

# **Não-sei-que-diga I**

Manuel Maria

Porto 2004

Manuel Maria

© 2004, Manuel Maria  
1ª edição: julho de 2004  
Tiragem: 500 exemplares  
Depósito legal nº 213672/04  
ISBN 972-99300-0-7

## Índice

Não-sei-que-diga I.....	1
Abertura.....	6
Prefácio.....	10
O Rei Vai Nu!.....	15
25 de Abril: Falta Cumprir-se Portugal.....	21
Quem Atira a Primeira Pedra?.....	26
EXPO 98: a Capital Megalomania da Capital.....	32
10 de Junho: Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades .....	38
Referendo: Sim ou Não?.....	44
Quem Semeia Ventos.....	50
Ao Referendo a Maioria Disse Não.....	55
Uma Atitude Romântica Num Exercício de Modernidade.....	60
Escola Secundária de Gondomar: 80 Anos ao Serviço da Edu- cação.....	65
O 4.º Poder.....	68
Um Nobel Levantado do Chão.....	73
Os Olharapos da Regionalização.....	78
A Vitória dos Olharapos ou o Verdadeiro Portugal Único.....	84
1.º de Dezembro: Dia da Restauração da Independência.....	89
Natal.....	95
Dia Mundial da Paz.....	100
Duas Reflexões.....	106
João Paulo, Superstar.....	111
Quo Vadis?.....	111
Portugal e o Futuro.....	116
Escravidão.....	121
Um Mundo minado.....	127

Força determinada.....	132
Força determinada II.....	136
Força Determinada III.....	142
8 de Agosto: a Esperança de Timor- -Leste.....	148
No Dia de Santo António, Vamos a Votos.....	154
Do Sentido do Penta a um Sexto Sentido que Prenuncia o Hexa .....	159
Ideias ao Acaso.....	164
Em Nome do Interesse Nacional.....	168
A Lógica Aritmética Que Fez Estalar o Verniz.....	173
Fátima Nunca Mais.....	179
Um Grito de Raiva por Timor.....	185
O Fantasma das Legislativas.....	190
Absolutamente Inequívoco.....	196
Romagem ao Espírito de Antero.....	201
Para uma Amiga da Filha do Prezado Leitor.....	208
Todos os Animais são Iguais, mas.....	213
Aldeia Global em Tempo de Natal.....	218
Celebração da Paz.....	223

Não-sei-que diga l

*A todos os que nele acharem alguma utilidade,  
dedico o presente livro.*

## Abertura

Há livros que, para além da função de apresentarem análises, factos, novelas ou meras inconseqüências, se afirmam como lições de civismo ou história. São, principalmente, histórias da nossa história e descrições de factos a ponderar, analisar e, eventualmente, colocar em prática. O livro de Manuel Maria, um dos mais consistentes colaboradores das quase duas décadas de existência do jornal “Notícias de Gondomar”, é disso um bom exemplo.

O autor do “Não-sei-que-diga” não se restringe a apresentar simples e ligeiros textos de opinião. Este livro é uma verdadeira pérola perdida num mar de ostras que, muitas das vezes, não nos faculta leituras inegavelmente interessantes.

De pouco adianta haver um oceano (de publicações), semeado de centenas de ostras (“opinion makers”) que produzem uns milhares de milhões de pérolas. Ou seja, artigos...

De facto há muito que se escreve. E há muitos que o fazem. Não obstante, e de forma muito directa e sem “paninhos” quentes, tem que se admitir que – tal qual na televisão – há muito lixo disponível para fácil leitura.

Manuel Maria apresenta um conjunto de textos que “fazem” um livro que é a excepção a esta regra – de “light

## Não-sei-que diga I

reading” – vigente. Apresenta qualidade, isenção, conhecimento, capacidade de escrita e, primordialmente, uma honestidade que, em ocasiões, desarma o leitor e obriga a uma paragem na leitura – para reflexão sobre aquilo que leu. Manuel Maria obriga-nos a ler. E, depois, a compreender...

“Não-sei-que-diga” são textos de coragem. Também o é a compilação do conjunto de “opiniões” – numa primeira edição – de ano e meio em livro. Porque não é um livro de leitura fácil. Porque a leitura ainda não é dos nossos mais instalados hábitos mas, igualmente, porque Manuel Maria é suficientemente inconveniente.

O “Notícias de Gondomar” foi, durante um relativamente longo período editorial, o palco para este actor nos oferecer aulas de História. Visto um jornal ser peregrino – comparativamente com a rádio ou a televisão –, estes são documentos que ficam. Que são lidos, relidos e, se a sorte nos sorrir, comentados.

Como (bom) professor que é, Manuel Maria não deixa escapar a ocasião de ministrar. E, logo no arranque do livro, “Não-sei-que-diga” começa com uma aula. De correcto Português.

Manuel Maria inicia, com “O rei vai nu”, por falar em monarquias. E, em simultâneo, associa a correcção da nossa língua a alguns traumas. Pelo que se lê (noutros locais), e como escreve Manuel Maria, os traumas “*foram muitos...*”. Depois, a propósito do 10 de Junho, refere-se ao fado de muitos portugueses... “*Supportar a falta de reconhecimento ou a indiferença dos que deveriam ter para com ele deferimento...* são as palavras escolhidas.

A propósito do “Referendo: sim ou não?”, o autor coloca-se numa posição que, moderadamente consensual, não deixa de apresentar uma perspectiva muito própria. E, prosseguindo num conjunto de textos que sempre foi actual, Manuel Maria insiste em ser acutilante, atento e, por vezes, crítico. “*Segundo as últimas informações de que disponho...*”, no texto “Quem semeia ventos”, é disso mais um exemplo.

Regressando ao referendo, e aos resultados de um qualquer desses meros “estudos de opinião”, o autor não desiste de apresentar uma opinião muito própria. “*Frontalmente contra...*”, para citar o próprio.

Mas as “armas” deste escritor não se apontam exclusivamente a terceiros. Até o próprio, e a classe que integra, são “alvo” de algumas considerações. “*É inegável que o estatuto e a imagem do professor [...] se tem vindo a degradar...*”, indica a determinada altura. Mas como opiniões é o que mais por aí há, Manuel Maria considera que todos deveriam estar “*elucidados*” sobre os porquês de tal no texto “O 4º poder”. Mas sempre, complementa, com “*uma atitude crítica e de reserva*”. Tanto mais que, como frisa, “*o cepticismo é, não raro, uma óptima arma de defesa...*”.

Resumindo, Manuel Maria é um discreto inconformado. Curiosamente, no texto final do livro, considera – em citação – que “*valeu a pena...*”. O mesmo o irão dizer, certamente, os leitores. E, assim, com este conjunto de textos, “*talvez possamos aprender a conquistar a liberdade de dormir menos e sonhar mais...*”.



Não-sei-que diga l

Restará apenas fazer uma citação que se enquadra perfeitamente com Manuel Maria e com o presente livro...

“Alguns homens vêem as coisas como são e dizem ‘Porquê?’

Eu sonho com as coisas que nunca foram e digo ‘Porque não?’...”

Bernard Shaw

**Rui Barbosa**

**Director do Notícias de Gondomar**

## Prefácio

*“Nós não quisemos ser cúmplices na indiferença universal.”*  
Eça de Queiroz, *Uma Campanha Alegre*

*Não-sei-que-diga*, podemos adivinhá-lo, é pura ironia. As crónicas de Manuel Maria, publicadas no jornal *Notícias de Gondomar*, têm a opinião como estilo e cumprem exactamente o papel cívico de informar e formar os concidadãos, de acordo, aliás, com o que o autor refere a propósito do jornal onde escreve. *“O Notícias de Gondomar começou já, há alguns números, a cumprir o seu papel cívico de formar e informar os seus leitores acerca dos aspectos mais importantes...”*

Ora, a crónica, sendo um texto que consiste num artigo de periodicidade regular, ou não, e tendo como fonte a sociedade de um determinado tempo e lugar, é o que melhor se adequa às incursões críticas do nosso autor.

Assim, pela sua natureza marcadamente temporal, as crónicas são textos que facilmente poderiam perder actualidade. No entanto, e por outro lado, o tempo que já nos separa do momento em que estes textos foram escritos e dos próprios acontecimentos que relatam torna-nos, a nós, mais conscientes da mudança do mundo e possibilita-nos já avaliar as expectativas, a decepção e, talvez, a frustração, nossa e do autor, em relação ao que aconteceu. *Não-sei-que-diga* é também, por isso, um documento de análise sociológica e histórica que nos possibilita ra-

Não-sei-que diga I

cionalizar a evolução social e, assim, antever e actualizar as nossas próprias leituras de outros acontecimentos.

Constituindo um tipo de construção literária com longa tradição nacional, a crónica sempre teve a melhor receptividade num país que gosta da crítica sibilina, irónica e atenta aos mais diversos fenómenos que se instituem como verdadeiros casos (nacionais), acerca dos quais todos têm algo para dizer.

Todos temos sempre algo a dizer! Mas como as nossas palavras têm voado no tempo! Aqui encontramos um colega, um amigo, um conhecido, um cidadão que, dando voz ao que muitas vezes também pensámos, faz perdurar aquilo que não dissemos, ou já lá vai! E somos dele contemporâneo, pelo que podemos partilhar, discordar, discutir, abanar a cabeça...! As nossas reacções podem ainda ter importância!

Em *Não-sei-que-diga*, não se trata apenas do discurso do quotidiano. É também o discurso da nossa voz que, pelo Manuel Maria, não se confina às meras conversas de café ou às discussões mais ou menos acaloradas entre amigos.

Estas “Crónicas” aliam ainda a experiência pessoal, a cultura e até erudição com o conhecimento, muito pessoal, da sociedade em que o autor vive, o que faz despoletar a crítica, a ironia, a revolta, a incredulidade e até a raiva. De todos os temas, o nosso autor retira as suas conclusões e dá-nos a ler, com clareza, o que nos rodeia.

Por isso, *passar pela vida, atento, interveniente, e não deixar a vida passar por ele*, poderia ser o lema de Manuel Maria ao denunciar o que, no nosso tempo, não está bem ou não é verdade, como, aliás, Eça e tantos outros o fizeram para o mundo de então. Dessa forma, só por muita desatenção nossa, estas crónicas nos podem parecer “ideias ao acaso”! A riqueza temática é exactamente a tradução da acuidade dos temas em ques-

tão e da consciência cívica do autor em os ver denunciados ou criticados. Numa breve resenha, poderíamos referir a atenção dada a: os regimes políticos, o referendo e a liberdade; a religião, a Igreja, Deus e os padres; o ensino, a literatura e o futebol; a hipocrisia do mundo, as guerras e o terrorismo; as injustiças, as desigualdades sociais, a fome; o desemprego e a terceira idade; Portugal, os outros países do mundo e a nossa “aldeia global”.

Fazer o prefácio a este livro constitui, assim e de certa maneira, uma perífrase grosseira do que o nosso autor escreveu. Abrir, como uma janela, este livro identifica-se com o movimento (já) realizado pelo autor, ao abrir-nos a (à) sociedade através dos diferentes temas abordados.

*Não-sei-que-diga*, em forma de livro, alcança a ambição de qualquer escrito, como referiu Fernanda Irene Fonseca. Contudo, a sua unidade não lhe é dada exclusivamente por esse facto; a unidade destes textos reside exactamente no seu estilo intrínseco – a atenção voltada para uma diversidade de vertentes da nossa sociedade, o óculo com que olha para o que vê e ouve, a sua matriz cultural, a persistência em não ceder, a atitude crítica e clarividente do quotidiano, no sentido de trazer à tona o que está submerso e que passa por normal, na teia de acontecimentos que nos afogam e que, por isso mesmo, nos desinteressam por vezes. Actualmente, ser culto é estar informado. E estar informado deve-nos levar à acção.

A acção deu-nos estas “nossas” crónicas. “Nossas” porque são para nós temas familiares, são acontecimentos que também nós vivemos, são factos dos quais também ouvimos falar.

Neste sentido, este livro cumpre, na tradição secular das crónicas passadas dos nossos escritores, a função de nos tornar

Não-sei-que diga !

cidadãos mais intervenientes e mais conscientes acerca do mundo que construimos todos os dias.

Daí o seu grande mérito – não nos deixar indiferentes, abanar-nos da comodidade das nossas cadeiras, provocar uma ventania na conveniência das nossas ideias feitas, ou, tão simplesmente, deixar-nos a pensar.

**Dulce Raquel Neves**

*O homem não é mais que o que ele faz. [...] E quando dizemos que o homem é responsável por si próprio, não queremos dizer que o homem é responsável pela sua restrita individualidade, mas que é responsável por todos os homens. [...] O quietismo é a atitude das pessoas que dizem: os outros podem fazer aquilo que eu não posso fazer.*

*[...] Podemos dizer que há uma universalidade do homem; mas ela não é dada, é indefinidamente construída. Eu construo o universal escolhendo-me; construo-o compreendendo o projecto de qualquer outro homem, seja qual for a sua época.*

Jean-Paul Sartre, *O Existencialismo É Um Humanismo*

Não-sei-que diga I

## O Rei Vai Nu!

Notícias de Gondomar, 30 de Março de 1998

Folheava o «JN» no domingo passado e eis que deparo com o título *Monárquicos procuram estrada Real*.<sup>1</sup> Num relance, verifico que o ilustre presidente da Real Associação do Porto (RAP), Sr. António de Sousa-Cardoso, ainda acredita ser possível o regresso da monarquia em Portugal. Segundo o mesmo diário, no 5º Congresso da Causa Real, que decorreu no Porto, considerou que esta deve “aproveitar o capital de simpatia que os duques de Bragança têm granjeado nos portugueses”, fazendo questão de lembrar que “nesta Europa dos ricos a que tanto nos orgulhamos de pertencer, a maioria dos países tem um regime monárquico” – apesar da sua simpatia por esta maioria, não somos néscios ao ponto de não percebermos a ironia! – o que, explicitamente, lhe permite acalentar justas esperanças de que “a questão venha a passar para a agenda política e a ser posta como relevante numa reforma das instituições e do Estado”.

Confesso que o artigo me despertou curiosidade e daí até um pulinho à *Internet* foi um saltinho de pardal. Fiquei então informado de que “a Monarquia é uma forma de regime, na qual o chefe de estado sucede ao seu antecessor por via hereditária” e que “na Monarquia existe uma Família Real que consiste de um Rei/Rainha e a sua família directa incluindo o Príncipe ou a Princesa Real, que será o futuro soberano, e seus irmãos que são Príncipes ou Infantes.”

---

1 JN de 15/01/98, p. 16;

A minha maior estranheza foi não ter estranhado, e isto perturba-me, que a Juventude Lusitana, em cujo site se encontra o artigo, sinta “nojo” pela “forma como a verdade é deturpada por aqueles que têm a responsabilidade de nos ensinar a história de Portugal” (apesar de procurar ser fiel à citação, tomei a liberdade de corrigir as gralhas gráficas) e, por isso, esclarece os potenciais consulentes sobre alguns factos da “Revolução/Traição de 5 de Outubro de 1910”, a data que nos proporciona um feriado nacional pela altura da N. S<sup>a</sup> do Rosário.

Mas, afinal, quem é a Causa Monárquica e que causas a movem numa República que confere igualdade de direitos a todo e qualquer cidadão? Que nobreza será esta que acusa os republicanos de traição? A que se manteve fiel a D. Teresa ou a que se aliou a seu filho Afonso Henriques? A que se manteve leal a Sancho II ou a que se colocou ao serviço do Bolonhês, seu irmão, com o apoio do clero, incluindo o do papado? A que executou Inês de Castro, ao tempo de Afonso IV, temendo que seu filho João pudesse vir a usurpar o trono a seu irmão, o «legítimo», futuro rei Fernando? A que se concluiu com Leonor de Teles (ao que consta, amancebada com João Fernandez, conde de Andeiro, ainda em vida do rei!) e com a aclamada rainha Beatriz, casada com D. João de Castela, ou a que lutou ao lado do Mestre de Avis? A que respeitava a regência de D. Pedro ou a que preparou a cilada de Alfarrobeira, levando Afonso V a matar o seu próprio tio e sogro? etc., etc., etc. E não sou mais exaustivo – casos idênticos espalharam-se por todas as dinastias – para que se não fique a pensar que, afinal, a nossa monarquia apenas se alimentou de ignóbeis intrigas e traições, muitas delas no seio das próprias famílias. Ah, o poder! “Ó ceptro rico,



Não-sei-que diga !

a quem te não conhece, /Como és formoso e belo!”<sup>2</sup>; “– Ó glória de mandar, ó vã cobiça / Desta vaidade, a quem chamamos Fama!”<sup>3</sup>

E vêm dizer que sentem “nojo” pela “forma como a verdade é deturpada por aqueles que têm a responsabilidade de nos ensinar a história de Portugal”. Será que esta gente a conhece? Duvido que conheçam a História de Portugal. Porventura nem a história dos reis de Portugal...

Alegam que os monárquicos pretendem a restauração da Monarquia pela Democracia ao contrário dos nossos sanguinários avós que impuseram a República pela força das armas, lamentando, ainda, que uma das matérias às quais é vedada toda e qualquer tentativa de revisão constitucional seja, precisamente, a do regime republicano: «As leis de revisão constitucional terão de respeitar: ... b) A forma republicana de governo; ...»<sup>4</sup>. É um rosário de lamentos sem fim...

Acusam também a República dos maiores males da nossa História do presente século, só lhes faltando afirmar que o regime republicano é o responsável pelos 48 anos de ditadura fascista que soçobrou com o 25 de Abril de 1974. Terá tido os seus erros como qualquer adolescente que se deixa deslumbrar com as descobertas dos seus quinze anos de idade, mas esquecem-se, ou, pior ainda, fazem-se esquecidos, de que o golpe de 28 de Maio, liderado por Gomes da Costa, foi desencadeado sob o estigma da ditadura, exactamente para pôr termo à 1ª República. O Estado Novo não teve talvez a perspicácia de Franco, na vizinha Espanha, que devolveu o poder a Juan Carlos,

---

2 António Ferreira, *Tragédia Castro, Rei*;

3 Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Velho do Restelo;

4 *Constituição da República Portuguesa* (Limites materiais da revisão), art.º 288º;

impedindo que um filho de rei, agora pai de rei, tivesse, ele mesmo, sido rei!

Além do mais, não devem esquecer-se de que foi a humilhação do Ultimatum inglês, na sequência do traçado do célebre Mapa Cor-de-Rosa, que muito contribuiu para a exaltação duma causa republicana já então desperta. E que fez então a Monarquia?

Depois vêm com o argumento de que as dotações orçamentais das Casas Reais Europeias são inferiores à da Presidência da República de Portugal. Não ando a coscuvilhar o que se passa nas casas dos outros, mas a avaliar pelo exemplo da casa real inglesa!... E não me venham dizer que as receitas do turismo tudo justificam. Aliás, depois de toda a série de escândalos de que tem sido objecto a dita casa real, é público que os próprios súbditos de sua majestade, the Queen Elisabeth II, também já debatem as vantagens e desvantagens da monarquia e da república. E mesmo no interior da Commonwealth, veja-se o caso da Austrália que se prepara para entrar no próximo milénio como uma República.

Em relação à sua alegação, devo admitir que o exercício do Dr. Mário Soares não se terá pautado muito pela contenção orçamental, o que, por diversas vezes, lhe valeu críticas de diversos quadrantes. Mas, convenhamos, o Dr. Mário Soares foi a personalidade que, a preceito e rigor, melhor desempenhou o papel de presidente-rei! Às tantas, pretenderá o acaso que seja esta a explicação... E que não seja... Há privilégios cujos custos gostamos de pagar, e não me parece que os anteriores presidentes (refiro-me aos do regime democrático), ou o actual, tenham caído na tentação do esbanjamento.

Reconheço que parece existir, no íntimo dos portugueses, uma certa propensão para a aceitação do tal presidente-rei.

Não-sei-que diga !

Caso contrário, como compreender que os anteriores ocupantes de Belém tenham sido reconduzidos por voto universal e secreto, facto que poderá vir a repetir-se com o Presidente Jorge Sampaio, se, daqui até lá, não houver uma derrocada sísmica que lance por terra os elevados índices de popularidade de que goza na actualidade, segundo todas as sondagens? Presidente-rei, mas Presidente... e da República!

Não admira, pois, que o presidente da RAP entenda dever “aproveitar o capital de simpatia que os duques de Bragança têm granjeado nos portugueses”. Certamente, o momento é propício! Com a mediatização de alguns fenómenos reais, como casamentos e baptizados que ocupam transmissões televisivas de horas, bem podemos afirmar que o momento é propício!

Eu próprio acho o duque de Bragança uma figura simpática. Curiosamente ou não, até defende alguns dos valores que eu defendo, não todos, mas alguns. Vejam só se não é de enaltecer a sua tolerância: “Os meus filhos podem ser republicanos!”<sup>5</sup> Trata-se, indubitavelmente, de tolerância de um pai real, isto é, de um pai verdadeiro ou, se se quiser, de pai no real sentido do termo.

Mas... ainda que, no meu imaginário, permaneçam os contos de fadas que começavam, quase invariavelmente, por «Era uma vez um rei...» – perdoe-me o Sr. D. Duarte, que até é pio de nome – não vejo motivos para abdicar de um regime baseado “na dignidade da pessoa humana e na vontade popular” e empenhado “na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.”<sup>6</sup> É que, para mim, “Todos os seres humanos nascem li-

---

5 Capa de *Nova Gente*, n.º 122 (18 a 24/3/98);

6 *Constituição da República Portuguesa*, art.º 1º;

vres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.”<sup>7</sup>

Chego a crer, dada a imagem que de si mesmo pretende fazer transparecer, que o próprio Duque de Bragança não comungará, por certo, do exagerado nefelibatismo em que parece mergulhada a causa monárquica. E, de resto, bem conhecerá as palavras de António Ferreira, na boca de Afonso IV: “Ninguém menos é rei que quem tem reino. / ... / Aquele é rei somente que assi vive / (Inda que cá seu nome nunca s’ouça), / Que de medo e desejo e d’esperança / Livre passa seus dias. ... / ... / Temo os homens; / Com outros dissimulo; outros não posso / Castigar, ou não ousa. Um rei não ousa. / ... / Não sou rei, sou cativo e tão cativo / Como quem nunca tem vontade livre.”

Bem haja o real pai se for vontade sua que os seus infantes possam ter a vontade livre.

Nefelibatas ou não, bem podem os monárquicos tentar transformar a figura real num motivo de folclore, revestido das mais magnificentes e tentadoras roupagens. O povo não se deixará iludir. No momento de sair à rua, o povo povo dirá: “O rei vai nu!”

P. S. : Ainda gostaria de saber como é que os americanos tratariam os «escândalos sexuais» de Bill Clinton, se este não fosse Presidente e fosse, simplesmente, Rei! Tentariam, de igual modo, levá-lo a tribunal?!

---

7 *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, de 10 de Dezembro de 1948, art.º 1º.

Não-sei-que diga l

## 25 de Abril: Falta Cumprir-se Portugal

Notícias de Gondomar, 15 de Abril de 1998

1. «Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.»<sup>8</sup>

«Aqui, posto de comando do Movimento das Forças Armadas. Conforme tem sido difundido, as Forças Armadas desencadearam, na madrugada de hoje, uma série de acções com vista à libertação do país do regime que, há longo tempo, o domina.

[...]

Consciente de que interpreta os verdadeiros sentimentos da Nação, o Movimento das Forças Armadas prosseguirá na sua acção libertadora e pede à população que se recolha às suas residências. Viva Portugal!»

Arrepio-me de emoção ao transcrever as palavras que me soaram mágicas naquela manhã de há quase vinte e quatro anos. – Parece-me que foi ontem e, no entanto, no próximo ano, já se comemoram as bodas de prata! – Muitos dos homens da minha geração não tiveram a felicidade de experimentar essa sensação única, pura, se, efectivamente, as há na verdadeira acepção do termo: a guerra colonial levava-nos a quase todos! Mas ainda cá ficaram os bravos da madrugada!

«... / Subitamente às três da madrugada. // Andando o Povo levantado andando / Álvaro Pais de rua em rua: «Acudam / ao Mestre cá ele é filho d' El-rei D. / Pedro». Entre Abril e Abril. Memória e acto. / Verás florir as armas: lua cheia. // Saiu de Santarém o Capitão / já o Mestre matou o Conde Andeiro / e

8 Fernando Pessoa, *Mensagem, Mar Português, O Infante*;

Álvaro Pais nas ruas cavalgando: / Matam o Mestre nos Paços da Rainha.»<sup>9</sup>

Três eram os «DD»: Democratizar, Descolonizar e Desenvolver.

O país, do orgulhosamente sós, retoma a sua sina ecuménica de abertura ao mundo, proporcionando o mais alargado debate de ideias, ideias até então despudoradamente amordaçadas pela inépcia acéfala duma censura ao serviço da mais vil ditadura, e, a 2 de Abril de 1976, os Deputados à Assembleia Constituinte aprovam a nova Constituição.

Entretanto, o processo de descolonização pusera termo à guerra colonial, sustendo a multiplicação de famílias enlutadas e o acréscimo de corpos mutilados e mentes irreversivelmente perturbadas para o resto da vida.

Não sem custos, já que a debandada das ex-colónias, de um momento para o outro, contribuiu para um rápido aumento da população no continente, na ordem das 700 000 pessoas, com todo o rol de desgraças e tragédias que representou esta imigração de retornados, mesmo para os que já cá se encontravam. Por certo, ninguém se esquecerá de que a prioridade de emprego na Função Pública, ou nas empresas de capital público, era sempre para o retornado: eram os custos da solidariedade.

Traumas, foram muitos. Mas, apesar das contingências particulares em que a descolonização se desenvolveu, sempre ouvi as queixas contra os que os «obrigaram» a abandonar África – alguns fizeram-no de uma forma intempestiva e inconsequente, conforme pude verificar em Moçambique à época em que lá era Oficial Miliciano – e nunca dei conta de que, alguma vez,

---

9 Manuel Alegre, *Crónica de Abril* (Segundo Fernão Lopes) in *30 Anos de Poesia*, Atlântico;

Não-sei-que diga !

se tivessem insurgido contra um governo que nunca lhes criou condições para que nunca tivessem tido necessidade de abandonar a sua terra natal. Só se é emigrante por obrigação, já que a vida de imigrante não se assemelha, propriamente, à de um turista. Refiro-me, naturalmente, ao governo da ditadura.

É claro que a nossa economia se ressentiu da perda de mercados tradicionais, ainda que por incapacidade da nossa política de Negócios Estrangeiros, renitente em compreender que os negócios de Estado não se compadecem com ideologias ou cores dos partidos que, em determinada circunstância, ocupam determinado governo. Dizem os especialistas que, em estratégia, não há lugares desocupados: se alguém sai, há sempre quem ocupe. Mas, apesar de tudo, é o próprio Dr. Mário Soares quem diz que “superámos a perda das colónias e hoje estamos muito mais ricos.”<sup>10</sup>

Parece que navegamos num mar de desenvolvimento! No entanto, no horizonte, apenas «o som presente desse mar futuro»!<sup>11</sup>

É bem verdade que a adesão de Portugal à CEE, consumada no Tratado de Lisboa de 12 de Junho de 1985, trouxe os tão desejados fundos estruturais! É bem verdade que Portugal faz parte do chamado pelotão da frente da moeda única! É bem verdade que se construíram auto-estradas, pontes, hospitais, escolas, universidades! É bem verdade que as universidades se vêem estranguladas, apesar da sua tão propalada autonomia! É bem verdade que hospitais recém-inaugurados se encontram subaproveitados por continuarem com a dotação financeira dos, entretanto, desactivados! É bem verdade que, apesar do alarga-

---

10 VISÃO, n.º 263 (2 de Abril a 8 de Abril de 1998), p. 28;

11 Fernando Pessoa, *ibidem*, *Os Castelos*, D. Dinis;

mento da escolaridade obrigatória, se verifica que, nas nossas escolas, os alunos são todos iguais, mas que, no fundo, continua a haver uns mais iguais que outros, natural reflexo de desequilíbrios sociais onde o individualismo e a falta de valores parecem florescer! É bem verdade que inaugurámos a ponte que, afinal, já não é a maior da Europa! – Que raio de engenheiros que se não aperceberam de que a dinamarquesa mede mais uns metros! – É bem verdade que perdemos na ponte, mas ganhámos na feijoada! É bem verdade que vamos ter a Expo 98!... É bem verdade que vamos ter a Expo 98!... É bem verdade que vamos ter a Expo 98!...

É bem verdade que «Lisboa é Portugal»!<sup>12</sup> É bem verdade que «fora de Lisboa não há nada»!<sup>13</sup> É bem verdade que «o país está todo entre a Arcada e S. Bento!...»<sup>14</sup>

Mas não é menos verdade o que viu o Dr. Mário Soares (e todo o país!) nas suas Presidências Abertas! E também não é menos verdade o que tem visto o Presidente Jorge Sampaio (mesmo tendo em conta a sua Presidência na Madeira)!

Porque a última das mais duras e indesmentíveis verdades é que, em Portugal, (sobre)vivem dois milhões de pobres! Um em cada cinco portugueses! – Já não sei se pobreza é ou não um eufemismo, porque logo um responsável teve o cuidado de informar que pobreza não é miséria! – E isto apesar da não menor verdade do rendimento mínimo garantido!

Afinal, de que verdade é que nós, portugueses, nos devemos orgulhar?

«E já o Capitão entra na Praça / andando o Povo levantado andando / apoiando a coluna quando avança / para cercar o

12 Eça de Queirós, *Os Maias* (João da Ega);

13 Ibidem;

14 Ibidem;



Não-sei-que diga l

Carmo às doze e trinta. / ... / Onde matam o Mestre? Que é do Mestre? / ... / Se está vivo mostrai-o e vê-lo-emos. // E a gente não parava de juntar-se. / Quem fechou estas portas? perguntavam. // E já o blindado toma posição. / O Capitão olha o relógio e conta / e antes que diga três irrompem vivas.»<sup>15</sup>

«Aqui, posto de comando do Movimento das Forças Armadas. Continuando a dar cumprimento à sua obrigação de manter o País ao corrente do desenrolar dos acontecimentos, o Movimento das Forças Armadas informa que se concretizou a queda do Governo, tendo Sua Excelência o Professor Marcelo Caetano apresentado a sua renúncia incondicional a Sua Excelência o General António de Spínola...»

Arrepio-me de emoção...

«E o rouxinol cantou. Olhai as armas / desabrochadas. Cravo a cravo (ouvi / dizer). Andando o Povo levantado. // E não vereis na crónica senão / (sem falsidade) a certidão da História.»<sup>16</sup>

«Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez. / Senhor, falta cumprir-se Portugal!»<sup>17</sup>

---

15 Manuel Alegre, *ibidem*;

16 *Ibidem*;

17 Fernando Pessoa, *Mensagem, Mar Português, O Infante*;

## Quem Atira a Primeira Pedra?

Notícias de Gondomar, 30 de Abril de 1998

Lembro-me de D. António Ribeiro, numa das suas últimas mensagens de Natal, ter afirmado que a Igreja não deveria ignorar as revelações da ciência, nem permanecer de costas voltadas para ela. Não me recordo – a memória, por vezes, traiçoa-nos – se, na altura, contemplou as manifestações duma sociedade em franca evolução, evolução, por vezes, demasiado acelerada. Porém, a prática a que, hoje, assistimos parece confirmar que, uma vez mais, a mesma Igreja prefere demitir-se de uma atitude interventiva pela positiva, limitando-se a remar contra o normal decurso da História para, tempos volvidos – não importa se anos, décadas, séculos ou milénios – vir a reconhecer o seu erro, como já aconteceu por mais de uma vez ao longo da mesma História.

E vem isto a propósito de quê? A propósito de, no Domingo de Páscoa, ter assistido à desolação com que as pessoas de Pedrógão Grande se manifestavam à reportagem da televisão por, pela primeira vez na vida, passarem sem as tradicionais festividades pascais, e isto por o P.e Carlos ter tido a coragem de assumir a paternidade da sua filha. Perante a hierarquia, ser-lhe-ia mais fácil apresentar-se apenas como tio ou como padrinho – a tolerância da Igreja revela-se, nestes casos, apenas em relação à hipocrisia!

No mesmo Domingo de Páscoa, lembrava-me de como também Jesus Cristo fora crucificado por ser um rebelde em re-

Não-sei-que diga I

lação à ordem religiosa estabelecida, a que se encontrava perfeitamente sintonizada com o Império Romano, e que, por isso, andou de Pilatos para Caifás e de Caifás para Pilatos.

D. João Alves, o bispo de Coimbra, acabou decidindo do alto de funções, parecendo alhear-se das mais elementares realidades terrenas, bem ao jeito de quem parece falar em nome do céu sem ter os pés bem assentes na terra. Por isso, optou por estigmatizar o padre, ao contrário do espírito do Vaticano II e do pensamento de João XXIII, para quem a Igreja deveria afirmar a validade do seu ensinamento, não pela condenação, não pela inclemência, não pelas proibições, mas pela força do seu perdão. E isto numa altura em que, no mundo ocidental, a crise de vocações se acentua, os padres se tornam cada vez mais raros e algumas igrejas começam a já só ser visitadas por turistas.

Por ocasião da morte do Cardeal D. António, ouvi D. Policarpo, o novo Patriarca, afirmar a uma televisão – não sei se em directo, se em peça gravada passada para o efeito – que, perante a visível crise de vocações, começava a ser questionada a necessidade de se reflectir sobre a possibilidade da ordenação de pessoas casadas. Não sei se, eventualmente, o seu pensamento vai, porventura, além dos diáconos. É que, por curiosidade, ou talvez não, a menos que eu não tenha ouvido bem, não se referiu aos que abandonaram o exercício do ministério por terem optado pelo sacramento do matrimónio e pela constituição de família.

No entanto, existe um movimento de padres católicos casados, o Fraternitas, que tem desenvolvido alguns encontros, a um dos quais assistiu, ainda recentemente, D. Armindo, bispo do Porto, e que se prepara para aprovar os seus estatutos, afirmando-se, assim, para os respectivos efeitos, como um parceiro social a ter em conta.

Decorre o problema do facto da Igreja Católica impor o celibato como condição necessária à ordenação dos padres: «Todos os ministros ordenados da Igreja Latina, à excepção dos diáconos permanentes, são normalmente escolhidos entre homens crentes que vivem celibatários e têm vontade de guardar o celibato “por amor do Reino dos Céus”».<sup>18</sup>

Desde logo, louvo o facto de o texto conter a palavra «normalmente», o que, por via disso, admite, implicitamente, que nem sempre seja ou deva ser assim.

Logo a seguir, acrescenta o Catecismo: «Nas Igrejas Orientais vigora, desde há séculos, uma disciplina diferente: enquanto os bispos são escolhidos unicamente entre os celibatários, homens casados podem ser ordenados diáconos e presbíteros. Esta prática é, desde há muito tempo, considerada legítima; estes sacerdotes exercem um ministério frutuoso nas suas comunidades».<sup>19</sup>

Desta citação, devemos retirar as seguintes conclusões:

1 – trata-se apenas de uma questão de disciplina sem qualquer carácter dogmático;

2 – o que é ilegítimo à luz da Igreja Latina é perfeitamente legítimo nas Igrejas Orientais desde há séculos;

3 – os sacerdotes casados das Igrejas Orientais têm exercido um «ministério frutuoso nas suas comunidades».

Segundo os testemunhos que vieram a público, era, exactamente, o que se passava com o P.e Carlos.

No seu art.º 1582, declara o Catecismo o carácter indelével do sacramento da Ordem («O sacramento da Ordem confere, também ele, um carácter espiritual indelével, e não pode ser re-

---

18 *Catecismo da Igreja Católica*, art.º 1579, Gráfica de Coimbra, 1993;

19 *Ibidem*, art.º 1580;

Não-sei-que diga l

petido nem conferido temporariamente»), preocupando-se o artigo seguinte, embora em caracteres mais miudinhos, com a respectiva explicação: «Uma pessoa validamente ordenada pode, sem dúvida, por justos motivos, ser dispensado das obrigações e funções ligadas à ordenação, ou ser proibido de as exercer; mas não pode mais voltar a ser leigo, no sentido estrito, porque o carácter impresso pela ordenação é-o para sempre. A vocação e a missão recebidas no dia da ordenação marcam-no de modo permanente».<sup>20</sup>

À luz do art.º 1582 e da sua explicitação, os padres católicos casados nunca perderam a sua condição de ordenados, apesar de terem recebido o sacramento do matrimónio. Logo, se pretendermos utilizar a expressão eufemística, diremos que estão dispensados do exercício do respectivo ministério; se, pelo contrário, optarmos pelo disfemismo, concluiremos que estão proibidos.

E tudo isto por causa da lei do celibato, que persiste em figurar no Catecismo da Igreja Católica. Embora decretado já pelo papa S. Sirício no concílio de Roma (386), o certo é que o celibato jamais foi observado escrupulosamente pela hierarquia de Roma, sendo o mais flagrante exemplo o caso de Rodrigo Bórgia, papa espanhol que tomou o nome de Alexandre VI – o que deu a bênção ao Tratado de Tordesilhas – e que, quando assumiu o pontificado, ainda tinha vivos quatro dos cinco filhos que tivera de Vanosa de Catancia, sua amante, segundo uns, sua mulher, segundo outros.

Em contrapartida, condena o Catecismo o acto sexual (mesmo a masturbação<sup>21</sup>) fora das normais relações conjugais: «o

---

20 Ibidem, art.º 1583;

21 Ibidem, art.º 2352;

acto sexual deve ter lugar só e exclusivamente no Matrimónio, e, fora dele, constitui sempre um pecado grave e exclui da comunhão sacramental.»<sup>22</sup>; «Seja qual for o motivo, o uso deliberado da faculdade sexual fora das normais relações conjugais contradiz a finalidade da mesma»<sup>23</sup>6. Quer isto dizer, implicitamente, que o acto sexual deve ser considerado, exclusivamente, em função da sua finalidade procriadora, pelo que a restante prática, qualquer que seja a forma de que se revista, incorre naquilo que a Igreja define como pecado! Pecado mortal, bem decerto!

Agora, digam-me lá se esta atitude não é uma verdadeira aberração! Será esta hierarquia uma comunidade de eunucos? Se não são castrados fisicamente, pretendem que o sejam – muito pior! – psicologicamente, como se as descobertas da psicanálise não devessem ser tidas em conta ou como se as enzimas que actuam sobre a libido humana pudessem ser controladas conscientemente por qualquer um de nós!

Quem duvida, hoje, de que a ausência de uma sã sexualidade, ou uma sexualidade reprimida, conduz a estados neuróticos e a comportamentos desviantes?

Mas já nada me espanta, se até o uso do preservativo, recomendado pela Organização Mundial de Saúde como meio profiláctico na luta contra a Sida, é, de forma tão abjecta quanto perversa, condenado pela mesma Igreja. Comportando-se como a avestruz, não é capaz de reconhecer que os comportamentos do mundo actual já não são os do século passado e que as práticas sexuais fora do âmbito conjugal são hoje – não pretendo introduzir qualquer juízo de valor – tão comuns como as outras.

---

22 Ibidem, art.º 2390;

23 Ibidem, art.º 2352;

Não-sei-que diga !

Assim, certamente, pretende assistir à propagação da doença que não poupa sequer as crianças que são geradas nos ventres de mães infectadas. E lá estará, depois, para afirmar que a praga é a consequência dos desregramentos sexuais e, por isso, o terrível, mas justo, castigo de Deus. Segundo a minha crença, não do Deus misericordioso, mas de um qualquer deus sanguinário que se alimenta, exclusivamente, do sangue das suas vítimas!

A quem interessa uma doutrina de terror? O Deus cristão não é um Deus de terror e de angústia, que reine pelo medo, mas um Deus que se manifesta pela misericórdia e pela bondade que dimana.

De resto, a perenidade da fé cristã só existirá, se se alicerçar na eficácia das soluções que for capaz de propor, não ignorando as modificações da sociedade, a tal em permanente evolução, mas, pelo contrário, assumindo-as e, quiçá, assimilando-as.

Finalmente, uma palavra muito singela, mas de profunda solidariedade para com o P.e Carlos: Aquele que perdoou Maria Madalena perdoá-lo-á, se é que o seu acto carece de perdão.

## **EXPO 98: a Capital Megalomania da Capital**

Notícias de Gondomar, 15 de Maio de 1998

Tudo o que é MEGA é grande! E aí está a EXPO!

Já agora, permitam-me um curto parêntesis: em português, porque abreviatura de exposição, [eispo], e, em lisboeta, talvez por abreviatura de eksposição, [ekspo]! Nada como ficarmos entendidos!

Como dizia, aí está a EXPO! A 98, entenda-se! E até pode acontecer que o Notícias de Gondomar chegue às mãos de alguns já depois da sua inauguração.

Há seis anos atrás, por esta altura, comunicação social que se prezasse – falo da portuguesa, que não haja equívocos – já se tinha pronunciado em relação à Exposição de Sevilha como a Feira das Vaidades. No entanto, não deveria ignorar que Portugal havia formalizado a sua candidatura – sua, de Lisboa! – junto do BIE (Bureau International des Expositions) em Dezembro de 1989.

Mas, curiosamente, até ao momento, que eu desse conta, ainda nenhuma – continuo a falar da portuguesa – se referiu à de Lisboa nos mesmos termos. Confesso que não tenho acompanhado a do país vizinho, mas, se formos retribuídos na mesma moeda, não temos de que reclamar: quem tem telhados de vidro... Pois, eu sei... É que a atribuição a Lisboa da organização da exposição internacional de 1998 foi apenas em Junho de



Não-sei-que diga !

92 – numa votação por maioria, em que os países de expressão portuguesa acabaram por ter importância determinante (23 votos a favor, 18 contra e 1 abstenção)! – quando a de Sevilha estava praticamente a meio do seu percurso!

A grande diferença é que, na vizinha Espanha, o tal país donde não vem nem bom vento, nem bom casamento, num hino à descentralização, nesse mesmo ano, entregaram a Capital Europeia da Cultura a Madrid, mas realizaram os Jogos Olímpicos em Barcelona e a EXPO 92 em Sevilha. Exactamente como é costume em Portugal!

Mas não pensem as más línguas que a decisão dos nossos sublimes governantes não assentou em critérios de eloquente razoabilidade política ao decidirem pela zona oriental de Lisboa! Ou, se se preferir, como hoje, por moda, se diz, não foi uma decisão politicamente correcta! Se assim não fosse, como eliminar a poluição do Trancão? Como desmantelar o ferrovelho da refinaria e das diferentes companhias petrolíferas? Como dar sumiço ao obsoleto matadouro industrial da capital? Como enterrar o cemitério de contentores? Como aterrar o aterro sanitário de Beirolas? Como tratar a Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos de Lisboa? Como? E depois, neste belo jardim à beira mar plantado, que é Portugal, toda esta triste paisagem desfigurava!

Digam lá, caros leitores, se já viram coisa assim tão triste nas vossas terras! Aliás, se a questão se estender a todos os portugueses, do Minho ao Algarve ou do litoral até à raia, certamente que a resposta será uniforme: Portugal, todo ele, inteirinho, é um jardim! O que destoava era a zona oriental de Lisboa! E, no fundo, quem é que não se sente orgulhoso por contribuir com uma pequena bagatela para acabar com a única zona degradada do país? Sim, quem?

Além disso, não nos esqueçamos de que, por razões de solidariedade para com o resto do país, Lisboa não tem sido devidamente compensada, já que, no dizer de alguns arautos, na sua região, gera-se 43% do Produto Nacional, paga-se 45% dos impostos totais e só têm recebido 30% dos investimentos públicos! – Com que então 30% só para a capital e 70% para todo o resto do país! Nada mau, caro lisboeta! – Do que se esquecem esses arautos é de dizer que consideram como suas todas as unidades produtivas espalhadas por todo o país, pequenas, médias ou grandes empresas, que, por razões de ordem prática e burocrática, nomeadamente, as que decorrem do facto de estarem perto do poder de decisão, estabelecem as suas sedes sociais na capital, onde são recenseadas para efeitos de tributação.

Quem é que, tendo poder, quer abrir mão dele?

Centenas (duas? cinco? nove? quinze? vinte?) de milhões de contos!<sup>24</sup> O que não admira, se o capital social da Parque EXPO 98 S.A. (sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos) é de 7,8 milhões de contos, e a reabilitação do Caminho do Oriente (de Santa Apolónia até Marvila) vai custar um milhão de contos, metade do qual pago pelo mesmo Parque EXPO. Lamento imenso nada saber dizer sobre as condições em que a FIL (Feira Internacional de Lisboa) vai adquirir o seu pavilhão de exposições, integrado no actual Parque, mas espera-se que seja de acordo com os valores do mercado, caso contrário já se adivinha a reacção da AIP (Associação Industrial Portuense) que, para construir a Exponor, em Matosinhos, e o Europarque, em Santa Maria da Feira, teve de abrir os cordões à bolsa.

---

24 Primeiro Ministro em declarações à RTP, em 29/04/98, a propósito da greve anunciada dos pilotos da TAP;

Não-sei-que diga !

Mas, da herança que Lisboa receberá da EXPO (empregos e habitação para não sei quantos milhares de pessoas, 4 hotéis, 6 escolas, 4 farmácias, 2.000 camas em residências universitárias, 60.000 lugares de estacionamento e 80 hectares de áreas verdes, além das construções para a exposição propriamente dita), todos os portugueses beneficiarão no futuro! Sempre saberão, pelo menos, onde poder visitar um oceanário sem terem de recorrer ao estrangeiro, que é bem mais longe para a maioria, em vez de se ficarem pelo Aquário Vasco da Gama da terra. Ah, perdão! Mea culpa: é que me esquecia de que também o Aquário Vasco da Gama é em Lisboa!

De qualquer modo, oferece-se-lhes ainda, aos portugueses, a possibilidade de assistirem a um qualquer espectáculo, de qualquer espécie, comodamente instalados no Pavilhão Multiusos, podendo desembarcar, para o efeito, no Cais do Oriente, do arq. espanhol Santiago Calatrava, viajando de comboio ou circulando na acrescida e renovada rede do metropolitano. – Por favor, portugueses do resto do país, incluindo os das Regiões Autónomas, não peçam metropolitanos ao Governo, porque não há quaisquer possibilidades técnicas ou financeiras!

Além do mais, temos o Festival dos 100 Dias! Todos nós! É em Lisboa, mas destina-se a todos os portugueses! E decorrerá no CCB (Centro Comercial de Belém, como alguns, incorrectamente, lhe chamaram, tão incorrectamente, que, pelo que se sabe, o seu comércio continua deficitário), no Teatro Nacional D. Maria II, no Teatro Nacional de S. Carlos, no Coliseu (dos Recreios!), etc., etc., etc.! Ele vai ser teatro, ele vai ser dança, ele vai ser cinema, ele vai ser moda, ele vai ser ópera, ele vai ser exposições, ele vai ser música, clássica, jazz, etc., etc., etc.!

Ceguei a pensar em obter um passe da CP para as viagens do Alfa. Era assim uma espécie de ir e voltar... Não o fiz, e

sinto-me arrependido!... Mas nem tudo é mau! O Porto vai ter programação cultural de qualidade! E o mesmo acontecerá com Évora e Viseu! Falta um pequeno pormenor: por iniciativa de Espanha! O tal país donde não vem nem bom vento, nem bom casamento! Aproveitando a exposição de Lisboa, banqueteia os portugueses de diferentes regiões com iniciativas de afirmação cultural. Obrigado e bem haja!

Não obstante, declaro, aqui, solenemente: este tipo de política não cava um fosso entre o resto do país e a sua capital! Nem que seja apenas psicológico! Dizem os paladinos que do que se trata é da «globalidade da imagem do país»! Além disso, segundo os mesmos, «os países são grandes quando as suas capitais são grandes»! «A imagem dos países tem muito que ver com a imagem das suas capitais»! – definitivamente, não quero que o meu país tenha má imagem: só Deus sabe quanto me custa não ver Portugal no mundial de Paris! – Ainda de acordo com os ditos, «o objectivo da EXPO é promover Portugal nas suas diversas valências, e todo o país vai beneficiar com isso»! – neste momento, a minha grande preocupação é não saber como aplicar, no futuro, o benefício que me toca.

E o dinheiro que outras regiões do país já receberam por causa da EXPO?! Não sabiam?! É impressionante!!! Pensam que, se a EXPO fosse, por exemplo, nas Ilhas, ou no Alentejo, ou em Trás-os-Montes, ou nas Beiras, as outras regiões do país receberiam esse dinheiro impressionante? Estão muito enganados! Porquê?! Porque todos os trabalhos seriam encomendados só a Lisboa ou, então, ao estrangeiro!

Se não vou à EXPO?! Claro que tenciono ir. Por duas razões: primeiro, porque também fui a Sevilha e não resisto a comparar; segundo, e não menos importante, porque, apesar de tudo, respeito todos os que, com o seu trabalho, para ela contri-

Não-sei-que diga !

buíram, desde o mais humilde trabalhador da construção civil ao técnico, ao artista e ao cientista, as melhores provas de que, independentemente das regiões, também há massa cinzenta em Portugal. Ainda uma terceira razão: apesar de ser em Lisboa, acho-me no direito de usufruir daquilo que também é pago com o meu dinheiro.

P.S.: É profundamente lamentável assistir-se ainda a peças televisivas como aquela que passou a propósito do Hospital de Oliveira de Azeméis, à beira da ruptura, cujos directores, administrativos e clínicos, se encontram demissionários devido às degradantes e humilhantes condições em que trabalham e atendem os respectivos pacientes. Por mim, não abdicó de um direito fundamental: o direito à indignação.

## **10 de Junho: Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades**

Notícias de Gondomar, 30 de Maio de 1998

10 de Junho. No anterior regime, comemorava-se o dia da raça! Como se a nação portuguesa, depois de terem passado pela península tantos povos, mesmo antes da fundação da nacionalidade, e da diáspora iniciada com as descobertas, com a inevitável miscigenação, pudesse constituir, por si, uma raça.

Dia de Portugal. Lembro-me de, após o 25 de Abril, ter surgido uma vaga com o intuito de mudar o Dia de Portugal para aquele que é hoje comemorado como o Dia da Liberdade. Creio mesmo ter sido a hipótese discutida na Assembleia da República. Confesso que, então, a minha juventude não me permitia discernir, com a conveniência que tal requer, a importância da escolha dos símbolos de um povo. E, no caso concreto, o símbolo era o dia representativo da nacionalidade. Hoje, porém, não duvido de que, por muito importante que seja a conquista da liberdade – e é-o sem quaisquer laivos de dúvida – todo o símbolo, e mais ainda o que está em causa, deve ser erguido à dimensão do mito e congregar, em torno de si, a maioria dos cidadãos, na impossibilidade da sua totalidade. Raros serão os que, hoje, contestam a figura de Camões, para o que muito tem contribuído a escola, nomeadamente, os programas da disciplina de Português, apesar dos inúmeros que, mesmo assim, ainda desconhecem as diversas vicissitudes por que pas-

Não-sei-que diga I

sou e as inúmeras incompreensões e injustiças de que foi vítima, com ou sem lenda.

Não é digno de respeito o que não respeita os seus, mas menos digno ainda é o que não respeita os seus maiores. E Camões, mesmo existindo, nos bastou e, por não ser um mito, não se tornou menos mito, nem menos símbolo, pelo que, mais do que nenhum outro, nos criou.<sup>25</sup>

E contudo... Até a tença que obtive de D. Sebastião era irregularmente paga!

«Irás ao Paço. Irás pedir que a tença / Seja paga na data combinada. / Este país te mata lentamente / País que tu chamaste e não responde / País que tu nomeias e não nasce. // Em tua perdição se conjuraram / Calúnias desamor inveja ardente / E sempre os inimigos sobejaram / A quem ousou mais ser que a outra gente. / E aqueles que invocaste não te viram / Porque estavam curvados e dobrados / Pela paciência cuja mão de cinza / Tinha apagado os olhos no seu rosto. // Irás ao paço irás pacientemente / Pois não te pedem canto mas paciência. / / Este país te mata lentamente.»<sup>26</sup>

Dia de Camões. Do Poeta, cujo canto é um hino de altruísmo sublime e de desinteressado amor pátrio digno apenas dos eleitos, como o testemunham as palavras eloquentes da Dedicatória a D. Sebastião: «Vereis amor da pátria, não movido / De prémio vil: mas alto e quase eterno; / Que não é prémio vil ser conhecido / Por um pregão do ninho meu paterno. / Ouvi: vereis o nome engrandecido / Daqueles de quem sois senhor superno, / E julgareis qual é mais excelente, / Se ser do mundo Rei, se de tal gente.»<sup>27</sup>

25 Confrontar Fernando Pessoa, *Mensagem, Ulisses*;

26 Sophia de Mello Breiner, *Grades*;

27 Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Canto I, estr. 10;

Poeta e soldado, cujo ideal não o dispensava de ter «Numa mão sempre a pena e noutra a espada», ao cantar «Aqueles que por obras valorosas / Se vão da lei da Morte libertando», também ele se libertava da mesma lei da Morte: uma imortalidade cimentada nos valores da humildade.

Possuidor indesmentível de um estilo grandíloquo, não necessariamente por inspiração das ninfas, nunca a pena escorreu para a tentação do auto-elogio, reservando o discurso panegírico aos heróis do seu Canto. Mas também estes pareciam querer merecer a honra do criador, como se depreende das palavras de Vasco da Gama, quando, a solicitação do rei de Melinde, se prontifica a contar a História de Portugal: « – Mandas-me, ó Rei, que conte declarando / De minha gente a grão genealogia; / Não me mandas contar estranha história, / Mas mandas-me louvar dos meus a glória. / / Que outrem possa louvar esforço alheio, / Cousa é que se costuma e se deseja; / Mas louvar os meus próprios, arreceo / Que louvor tão suspeito mal me esteja».<sup>28</sup> Poderíamos afirmar que, aqui, o Gama funciona por metonímia: o receio do Capitão era o receio do Poeta. E este sabia-o bem. Por isso, entrega ao Argonauta a expressão do seu amor pela Pátria, quando, diante do mesmo rei, ao localizar o Reino Lusitano na Península Ibérica, exclama: «Esta é a ditosa Pátria minha amada / À qual se o Céu me dá que eu sem perigo / Torne, com esta empresa já acabada,<sup>29</sup> / Acabe-se esta luz ali comigo.»

Não o moveram fingidos gostos, esperanças presumidas ou promessas vãs, como aqueles a quem se dirigiam as palavras do Vaticinador do Restelo, que o Poeta quis que tivesse a auto-

28 Ibidem, Canto III, estr. 3/4;

29 A descoberta do caminho marítimo para a Índia (ibidem, Canto III, estr. 21);



Não-sei-que diga l

ridade moral de um velho ancião, com um aspecto digno de veneração e «cum saber só de experiências feito»: «– Ó glória de mandar, ó vã cobiça / Desta vaidade a quem chamamos Fama! / [...] / Chamam-te ilustre, chamam-te subida, / Sendo digna de infames vitupérios.»<sup>30</sup>

Esta era a voz do chamado «bom senso». Como em qualquer decisão política de monta com que nos deparamos no dia-a-dia, também, na época, havia os favoráveis e os da oposição, e, como sempre, depois de tomadas as decisões, só a História se encarregará de as julgar, pelo menos à luz dos que têm poder para a fazer e interpretar.

Aparentemente, parecem em contradição a atitude atribuída ao Velho do Restelo e a atribuída a Vénus, ao conceder o prémio aos Argonautas Lusos na Ínsula Divina, mas só não compreenderá quem não entender a essência do ser dividido que é o humano, mais ainda se se trata de um génio. Por outro lado, não nos devemos esquecer das palavras de Thétis a Vasco da Gama: «Só para fazer versos deleitosos / Servimos».<sup>31</sup>

Seja como for, também me incluo nos que advogam que as palavras do Velho do Restelo não são mais do que o parecer e a argumentação dos que menos tinham a ganhar com as viagens, ou seja, o povo. Sim, porque – parece ser uma máxima intemporal – embora todos iguais, há sempre uns mais iguais do que outros... Sim, porque, aos mais iguais, o que interessava era o ouro, o vil metal de que fala o Poeta: «Este rende munidas fortalezas; / Faz traidores e falsos os amigos; / Este a mais nobres faz fazer vilezas, / E entrega Capitães aos inimigos; / Este corrompe virginais purezas, / Sem temer de honra ou fama alguns

---

30 Ibidem, Canto IV, estr. 95/96;

31 Ibidem, Canto X, estr. 82;

perigos; / Este deprava às vezes as ciências, / Os juízos cegando e as consciências. / / Este interpreta mais que subtilmente / Os textos; este faz e desfaz leis; / Este causa os perjúrios entre a gente, / E mil vezes tiranos torna os Reis. / Até os que só a Deus omnipotente / Se dedicam, mil vezes ouvireis / Que corrompe este encantador, e ilude, / Mas não sem cor, contudo, de virtude.»<sup>32</sup>

E, de resto, lembre-se, a propósito, o Auto da Índia, do mestre Gil Vicente.

Com mágoa profunda, Camões lamenta que, para além do infortúnio do seu fado, ainda tivesse de suportar a falta de reconhecimento ou a indiferença dos que deveriam ter para com ele deferimento. Era a medrança dos indignos em detrimento dos de merecimento (como ainda hoje em muitos casos!): «E ainda, Ninfas minhas, não bastava / Que tamanhas misérias me cercassem, / Senão que aqueles que eu cantando andava / Tal prémio de meus versos me tornassem: / A troco dos descansos que esperava, / Das capelas de louro que me honrassem, / Trabalhos nunca usados me inventaram, / Com que em tão duro estado me deitaram!»<sup>33</sup>

Qual voz duma consciência colectiva, seu canto zurziu o ócio, a cobiça, a ambição e a tirania : «Por isso, ó vós que as famas estimais, / Se quiserdes no mundo ser tamanhos, / Despertai já do sono do ócio ignavo, / Que o ânimo, de livre, faz escravo. / / E ponde na cobiça um freio duro, / E na ambição também, que indignamente / Tomais mil vezes, e no torpe e escuro / Vício da tirania infame e urgente; / Porque essas honras vãs, esse ouro puro; / Verdadeiro valor não dão à gente. / Me-

---

32 Ibidem, Canto VIII, estr. 98/99;

33 Ibidem, Canto VII, estr. 81;

Não-sei-que diga l

lhor é merecê-los sem os ter, / Que possuí-los sem os merecer.»<sup>34</sup>

A maior mágoa, porém, a que macerava a sua alma de poeta épico, era a consciência da inércia e ausência de vitalidade em que mergulhava a Pátria, nada condizente com o seu canto: «Não mais, Musa, não mais, que a lira / Tenho destemperada e a voz enrouquecida / E não do canto, mas de ver que venho / Cantar a gente surda e endurecida. / O favor com que mais se acende o engenho / Não no dá a Pátria, que está metida / No gosto da cobiça e na rudeza / De ua austera, apagada e vil tristeza.»<sup>35</sup>

Era já o desconcerto da própria Pátria no seu mundo desconcertado: «Os bons vi sempre passar / No mundo graves tormentos; / E, para mais me espantar, / Os maus vi sempre nadar / Em mar de contentamentos. / Cuidando alcançar assim / O bem tão mal ordenado, / Fui mau, mas fui castigado. / Assim que, só para mim / Anda o mundo concertado.»<sup>36</sup>

Dia das Comunidades. Mas no sentido que lhe daria a alma do Poeta. Nunca no daqueles que, a coberto de vãs palavras de circunstância, apenas se lembram dos seus votos em época de eleições ou, então, de forma não menos vil, apenas se preocupam com as suas remessas para o equilíbrio da balança de pagamentos.

É urgente que o desconcerto do mundo deixe de ser uma fatalidade! Afinal, o homem pode comandar o seu destino!

---

34 Ibidem, Canto IX, estr. 92/93;

35 Ibidem, Canto X, estr. 145;

36 Camões, *Lírica*, Esparsa sobre o desconcerto do mundo;

## Referendo: Sim ou Não?

Notícias de Gondomar, 15 de Junho de 1998

No tempo do Governo do Prof. Cavaco Silva era impensável colocar-se sequer a hipótese de alterar a Constituição da República por forma a ser possível que os portugueses se pronunciassem em relação a decisões tão importantes para a vida nacional como foi, por exemplo, o caso do Tratado da União Europeia, hoje conhecido por Tratado de Maastricht.

Por um lado, entendem os profissionais da política, e para isso é que são profissionais, que os demais cidadãos não têm competência para poderem avaliar os reais interesses nacionais, sobretudo no que diz respeito a política externa. Por outro, nunca fiar em sondagens, porque os mesmos profissionais sabem melhor do que ninguém como é que as mesmas são feitas – só assim se compreende que, sobre um mesmo assunto, surjam sondagens para todos os gostos e intenções.

Não é difícil apercebermo-nos de que a filosofia política da época foi bem diferente da dos países do Norte da Europa. A Dinamarca não recebeu o sentido de voto do seu povo, ainda que o que estivesse em causa fosse a União Económica e Monetária. O povo dinamarquês decidiu pelo NÃO e o Estado respeitou o veredicto popular (há poucos dias, votou já em sentido contrário).

Os outros países nórdicos também referendaram a sua integração europeia, tendo o povo norueguês optado pela não integração. E o povo foi soberano, tanto nuns casos como no outro.

Não-sei-que diga !

Se com razão ou não, só a História o dirá mais tarde, mas, seja como for, em democracia, o povo, mais do que ninguém, tem o direito a enganar-se. O que se não pode é sonegar-lhe o direito de se pronunciar.

Pessoalmente, entendo que se não pode estar a referendar por tudo e por nada, porque, além dos custos das campanhas eleitorais, o referendo é um instrumento democrático que não deve cair num estado de banalização sob pena de perder a sua eficácia. E àqueles que argumentam contra o referendo com a falta de maturidade, preparação, conhecimento – chamem-lhe o que quiserem! – sobre o objecto a referendar, direi apenas que os que decidem em referendo são os mesmos que os elegem para os cargos que ocupam. Até me apetece chamar-lhes ingratos. De resto, o país tem sido o que os responsáveis políticos têm permitido que seja. Pessoalmente, como profissional da educação, tudo tenho feito para ajudar a inverter a situação.

E tudo isto a propósito do referendo em que vamos participar no próximo dia 28.

Confesso que não me sentiria bem com a minha própria consciência se aqui não deixasse umas palavras sobre o assunto, pese embora o facto de estar plenamente consciente de que o tema é tremendamente susceptível de dividir as consciências.

No entanto, faço questão de deixar bem claro que a minha opinião mais não é do que a voz da minha própria consciência, negando-me até a pretensão de que a virtude possa estar exclusivamente do meu lado.

Desde já me declaro frontalmente contra o aborto. Contra o aborto, enquanto método e prática anticoncepcional. Mas, com a mesma frontalidade e não menor convicção, me declaro a favor da despenalização da interrupção voluntária da gravidez. E

faço-o em nome dos valores que condenam a hipocrisia e o cinismo.

Sobre o assunto, deu já o Notícias de Gondomar conta da posição da Vigaria na sua V Assembleia da Pastoral da Família, que teve lugar na Igreja dos Padres Capuchinhos.

D. José Policarpo, em entrevista à R.T.P., conduzida pela jornalista Judite de Sousa, declarou, peremptoriamente, que a questão do aborto não era um problema do foro religioso, pelo que a Igreja, enquanto tal, não participaria na campanha institucional. Também não será preciso: não lhe faltam procuradores.

Se se não trata de uma questão de religião, como afirmou o Patriarca de Lisboa, estamos, então, diante de valores humanos e sociais cujas raízes só poderemos encontrar no domínio da ética e da moral, que, como sabemos, não são interiorizados por todos do mesmo modo.

Mais recentemente, vi o mesmo D. Policarpo um tanto desagrado em relação a declarações que terão sido proferidas pelos bispos de Bragança e de Viseu e que, segundo o mesmo, pelo menos no implícito, não estariam muito na linha de orientação da Conferência Episcopal Portuguesa. Pelo contrário, as suas atitudes poderiam até estar a prejudicar as intenções da Igreja.

Aos que argumentam com o quinto mandamento da Lei de Deus, lembro apenas que quem permitiu que se matasse em nome de Deus, como aconteceu na época das Cruzadas – até mesmo na época das nossas descobertas que também se revestiram do mesmo espírito de cruzada, em nome da qual tudo era permitido – ou, mais recentemente, no período da Inquisição, em que o Tribunal do Santo Ofício, em nome do mesmo Deus, mandou para a fogueira um número incalculável de vítimas,

Não-sei-que diga !

cruelmente transformadas em churrasco, não tem força moral para o fazer.

Dir-me-ão: já foi há tanto tempo! Pois foi, mas ainda há muito pouco a Igreja Católica incluía, no seu Catecismo, a possibilidade da pena de morte.<sup>37</sup> O mesmo Catecismo que condena, no seu art.º 2399, a contracepção: «A regulação dos nascimentos representa um dos aspectos da paternidade e da maternidade responsáveis. A legitimidade das intenções dos esposos não justifica o recurso a meios moralmente inadmissíveis (por exemplo, a esterilização directa ou a contracepção).»

E então o planeamento familiar? Não apontará esta proibição para a via que mais directamente pode conduzir ao aborto? Quantas mulheres não foram traídas por Ogino por o seu período ser desregulado? E as que são vítimas de violação? Violação não é apenas a perpetrada por um estranho, mas toda a que é concretizada contra a vontade da mulher, mesmo se levada a cabo pelo próprio marido. E não temos nós conhecimento dos maus tratos de que são vítimas muitas mulheres, sobretudo quando os maridos entram em casa embriagados? E o filho que, duma dessas relações, pode resultar? Tem que ser aceite por uma mãe que o não desejou ou por um pai que nem sequer sabia o que estava a fazer? Um filho é uma coisa que deve ser muito desejada, para que possa ser amado com toda a plenitude.

Estou convencido de que a maior condenação da mulher é a que impõe a si própria no momento da decisão irreversível. Não acredito que alguma o faça de ânimo leve e não gostaria de passar pelos momentos difíceis por que, forçosamente, passam, quando são compelidas a tal resolução.

---

37 *Catecismo da Igreja Católica*, art.º 2266, Gráfica de Coimbra, 1993;

Que fará um padre, quando uma mulher, ainda mal cicatrizada do corpo, confessa a causa da mortificação da sua alma? Despede-a sem a absolvição? Não quero crer em tamanha falta de misericórdia: tal não seria digno dum ministro de Cristo! Então, se se admite o perdão a posteriori, por que razão se envereda agora pela condenação de quem nunca praticará tal acto de forma premeditada, antes o fará sempre numa atitude de desespero muito íntimo, quando a alternativa é já nenhuma?

De quem é a culpa se os nossos jovens não têm uma saudável educação sexual nas escolas? De quem é a culpa da inexistência de um programa de planeamento familiar que cubra, eficazmente, todo o território nacional?

Por acaso, educar um ou dois filhos será o mesmo que educar uma caterva?

Dos três filhos dos meus pais, dois conseguiram fazer estudos universitários e o outro, se os não fez, foi por opção pessoal na altura. Mas de vinte e quatro primos, de apenas dois casais, nenhum entrou sequer no liceu!

Andam a pregar a quem? Deixemo-nos de hipocrisia. Não sejamos cínicos.

Se é verdade que, em Portugal, se fazem mais de 150.000 abortos clandestinos por ano, os que defendem o NÃO vão ter que construir muita cadeia... A menos que, hipócrita e cinicamente, se continue a admitir a clandestinidade como a via a privilegiar. Não importa se a desgraçada o tem ou o vai roubar para pagar, na hora, o desmancho feito quase sempre em circunstâncias tão precárias, capazes de pôr em risco a sua saúde e, tantas vezes, a sua própria vida. Desgraçada, sim, porque estas situações só tocam às pobres, porque as ricas, ainda que agora respondam NÃO, na hora em que lhes tocar, dirigir-se-ão a uma clínica privada de luxo, de preferência no estrangeiro,



Não-sei-que diga !

para que não tenham de passar pela vergonha de se exporem publicamente.

Só o SIM à despenalização poderá dar uma machadada num monopólio amoral e sem escrúpulos exercido sob a mais ignominiosa e cínica capa moralista.

E se o SIM for o resultado da manifestação popular, só espero que a classe médica não esconda, por detrás duma objecção de consciência, a mais cínica atitude dos que se recusam à prática nos hospitais públicos, para que a possam exercer, com o maior despudor e falta de escrúpulos, a troco de verdadeiras fortunas, nas tais clínicas privadas.

Há tanta hipocrisia a bater com a mão no peito!

## Quem Semeia Ventos...

Notícias de Gondomar, 30 de Junho de 1998

É dramática a situação por que está a passar a população da Guiné, mas não menos dramático é o facto de, ao momento em que escrevo estas linhas, não se adivinhar se as tentativas diplomáticas serão capazes de pôr termo a uma guerra que, mais parecendo uma luta de clãs, acaba por mais penalizar aqueles que para ela menos contribuíram: a população civil, entre a qual se conta já o maior número de vítimas, seja ao nível dos mortos, seja ao nível dos feridos, com a agravante da existência de um hospital praticamente inoperacional e a previsibilidade do aparecimento e propagação de doenças infecto-contagiosas.

Até ao momento, tudo se tem confinado a uma luta entre militares e, ainda que possa haver quaisquer apoios sub-reptícios, o certo é que, felizmente para a causa da paz, os partidos políticos têm manifestado uma certa prudência, cuja ausência poderia conduzir o país a uma guerra civil.

As imagens que nos chegam deste país depauperado são de cortar o coração mais empedernido. Como é possível que um país tão pobre, com carência de quase tudo, mesmo dos bens de primeira necessidade, devido a um acto de verdadeira loucura, se torne ainda mais pobre!

Não sei de que lado está a razão, porque ninguém é bom juiz em causa própria e, até ao momento, não ouvimos senão acusações de cada uma das partes, sem qualquer possibilidade de acareação. Além do mais, toda a gente sabe que, nestas cir-

Não-sei-que diga !

cunståncias, joga-se sempre muito forte no papel da contra-informaçaõ.

Independentemente das causas remotas e, eventualmente, mais profundas, parece que o que é apresentado como pretexto próximo para o deflagrar do conflito será um alegado tráfico de armas. Ainda que a palavra tráfico possa ser tomada como sinónimo de comércio, ou acto de comerciar, o certo é que, actualmente, o seu uso ocorre com um sentido cada vez mais disfé-mico, muito próximo do de negociata, e, por isso mesmo, profundamente pejorativo. Atribui-se, hoje, o termo tráfico a uma transacção ilícita, isto é, não contemplada ou não autorizada pela lei, ou pela natureza do produto que é objecto da transacção, ou pela fuga à alta tributação devida ao Estado, ou, ainda, pelas instituições envolvidas na mesma. São exemplos elucidativos o tráfico de droga, o tráfico de diamantes ou o tráfico de armas, respectivamente.

Pelo seu carácter ilícito e criminal, o tráfico é altamente rentável para os que nele se envolvem e altamente perigoso para os que, de uma forma consequente, mesmo que legal, tentam opor-se-lhe ou impedi-lo. É por demais sabido – e não é preciso ver muitos filmes – que algumas dessas organizações sinistras têm exércitos e arsenais mais importantes que os dos próprios Estados.

Não está em causa saber agora qual das partes é que está envolvida no tráfico que foi o pretexto para o início das hostilidades. O que é visível é que o Presidente Nino Vieira não foi capaz de restabelecer a ordem do Estado com os meios de que dispunha no país, tendo sido forçado a solicitar a intervenção de forças estrangeiras que, a pretexto de contribuírem para a estabilidade política daquela área, desencadearam uma série de

acções do tipo de guerra convencional sem os resultados imediatos que o Governo local esperaria.

Segundo as últimas informações de que disponho, a cidade de Bissau estará cercada pelos Rebeldes, pelo que qualquer reabastecimento logístico apenas poderá ser efectuado por via marítima, sendo que mesmo esta não tem garantias de segurança, já que se encontra ao alcance da artilharia dos Revoltosos.

Considerando que o Senegal, um dos países com forças envolvidas, tem reforçado as suas fronteiras, dificultando ou até impedindo a circulação entre os dois países, conclui-se que a ajuda humanitária só com muita dificuldade chega à população necessitada, pelo que não espanta que, num tal cenário, os mais desprotegidos, os que mais sofrem na pele as mais gravosas consequências, aproveitem as circunstâncias que propiciam todo um tipo de comportamentos característicos de quem luta pela sua própria sobrevivência e pela dos seus.

Se as últimas tentativas da via diplomática falharem, adivinha-se o pior. E o pior que poderá acontecer a este país irmão é a concretização da ameaça dos Rebeldes, que é, na impossibilidade de uma das partes aniquilar a outra, devido ao equilíbrio de forças, passarem à guerra de guerrilha que, como sabemos melhor do que ninguém, é uma guerra que nenhuma das partes consegue vencer pela força das armas, mas com a qual morrem milhares e, quando se não morre, se pode ficar estropiado para o resto da vida. Vejam-se os exemplos da guerra colonial em que nos vimos envolvidos, da do Vietname ou ainda das que opuseram a Renamo à Frelimo, em Moçambique, ou a Unita ao M.P.L.A., em Angola.

Entretanto, parece assistir-se a uma certa passividade da comunidade internacional, a ver no que aquilo dá, como que indiferente ao sofrimento daquele povo, mas sempre à espreita, a

Não-sei-que diga I

fim de saber com quem, no futuro, será negociada a exploração do petróleo, cujas prospecções apontam para jazidas consideráveis e estratégicas. Não será por acaso que para lá se encontram direccionados satélites franceses e americanos. Como, certamente, também não terá sido por acaso, nem exclusivamente a pedido do Presidente Nino Vieira, que forças de países de influência francófona entraram no conflito.

Os interesses portugueses, comparados com os das grandes potências, são de outra dimensão, o que não implica que devam ser ignorados ou desprezados, pelo que considero de louvar a atitude que tem sido assumida, até ao momento, pelo nosso embaixador, bem como a ajuda humanitária em que Portugal se tem envolvido.

Se o rumo dos acontecimentos for o que menos desejamos, não será de admirar que aqueles que até agora engordavam com o tráfico de armas passem a contribuir para a engorda de outros, porque, com o decorrer do tempo, terão de as pagar a bom preço. Aliás, todos sabemos que, quando eclodem conflitos deste género, o valor das acções das fábricas de material de guerra sobe em flecha nas respectivas bolsas.

Quem semeia ventos...

P.S.: 1 – Do ponto de vista ético e moral, é incorrecto que alguém tente obter dividendos políticos a propósito da forma como o Governo actuou em relação à evacuação dos nossos compatriotas e até de estrangeiros residentes na Guiné. Quase de certeza que os evacuados não partilham da opinião do eng.º Cardoso e Cunha. Será que este senhor já alguma vez se encontrou em circunstâncias idênticas? Duvido.

2 – Se a nossa Marinha Mercante resolve todos os nossos problemas, mesmo os militares, como o provou o Ponta de Sa-

gres, dispense-se a Marinha de Guerra, entregando-a, definitivamente, ao Museu da Marinha para ser utilizada em efemérides como o Dia de Portugal: a fragata Vasco da Gama só depois de participar nas comemorações do 10 de Junho é que zarpou de Lisboa em direcção à Guiné!

3 – Era bem preferível que toda a animosidade entre pessoas e povos fosse resolvida em campos de futebol. Foi bonito ver os iranianos a entregarem flores aos americanos, deixando-se fotografar em conjunto, o que não os impediu de se entregarem à luta até à obtenção de uma vitória de inegável valor simbólico. E as bancadas souberam dar o exemplo aos hooligans ingleses e, pelos vistos, agora, também alemães.

Não-sei-que diga I

## Ao Referendo a Maioria Disse Não

Notícias de Gondomar, 15 de Julho de 1998

Era inevitável voltar ao tema. Havia-o prometido a mim mesmo, quaisquer que fossem os resultados do último referendo.

Surpreendentemente, venceu o NÃO. E não me admira que os mais surpreendidos tenham sido, precisamente, os defensores do mesmo NÃO. Desde o momento em que a Assembleia da República decidiu referendar a lei, que começaram a chover sondagens por tudo quanto é comunicação social, atribuindo as mesmas uma arrasadora maioria ao SIM. Posso citar o exemplo de uma publicada no Jornal de Notícias no último sábado da campanha eleitoral, sondagem JN/TVI/Euroteste, na qual as intenções de voto no SIM atingiam os 60,1%, quedando-se o NÃO pelos 26,5%, não respondendo 3,3% e revelando-se ainda indecisos 10%. Previa ainda esta sondagem que a afluência às urnas iria ser da ordem dos 71,3%.

Pois é! Como confrontar então estes dados com os que a realidade nos mostrou? Até me apetece dizer que, infelizmente, tinha razão, quando afirmei que, sondagens, havia-as para todos os gostos, mas, muito sinceramente, creio que, no presente caso, há algo que escapou a toda a gente.

Assisti, no próprio dia, às mais diversas explicações, na tentativa de se compreender um resultado que, esse sim, verdadeiramente, surpreendeu tudo e todos e que foi o da abstenção. Falou-se de tudo, consoante as conveniências, menos do facto

dos resultados das sondagens poderem ter contribuído, efectivamente, para a desmobilização de uma massa muito significativa do eleitorado.

«Se a discrepância é assim tão abismal, que vou lá eu fazer neste dia de sol tão bonito? Infelizmente, apenas o meu voto não vai alterar nada...» – terão pensado, ainda que de forma isolada, centenas de milhares de defensores do NÃO. «Está no papo!» – terão dito os defensores do SIM – «A falta do meu voto nunca porá em perigo o resultado que defendo.» E, assim, outras tantas centenas de milhares de votos terão ficado em casa.

Mas, como deixei expresso no artigo anterior, tratava-se de um assunto de consciência muito delicado, pelo que não admirava a existência de um elevado número de indecisos. Estes terão meditado: «reconheço que não me sinto suficientemente à vontade para decidir sobre uma questão, em relação à qual a própria Assembleia da República evidenciou bastante tibieza, ao ponto do diploma ter sido sujeito a votação por duas vezes na mesma legislatura.» Normalmente, são aqueles que não querem estar de mal nem com Deus, nem com o Diabo, por isso lavam as mãos como Pilatos e, no fim, qualquer que seja o resultado, sempre poderão dizer, em defesa de suas consciências, que em nada contribuíram para tal, já que nem tão pouco saíram de casa, esquecendo-se de que também se pode «pecar» por omissão. Mas tudo bem: fiquem as consciências tranquilas, que é o mais curto caminho para a sanidade mental.

Recuso-me, no entanto, a advogar, como o fez muita da inteligência nacional, que a abstenção foi uma atitude política consciente do eleitorado, procurando-se ler, na mesma, aspectos positivos que, em abono da verdade, não descortino. Que me perdoem os analistas.



Não-sei-que diga !

Antes de mais, o voto é um direito, sagrado, mas é, igualmente, um dever cívico. Quem não respeita os seus próprios direitos e não cumpre os mais elementares deveres cívicos sem motivo impeditivo de força maior não é credor do mínimo respeito. E não me venham com aquela de que não votar é, igualmente, um direito. A civilidade é uma coisa que também se aprende. Aqueles que, em consciência, não se encontravam em condições de colocar o sinal no SIM ou no NÃO descarregariam o seu nome nos cadernos eleitorais e votariam em branco. O voto em branco é, igualmente, um voto válido. Quem vota, mesmo que em branco, respeita um dos mais elementares direitos e cumpre um importante dever para com os demais cidadãos. Então, sim, deixariam aos políticos, aos sociólogos, aos psicólogos, aos psiquiatras, aos religiosos, etc., matéria para profunda reflexão.

A propósito dos resultados propriamente ditos, permitam-me as seguintes considerações:

1 – A divisão do país em suevos, moçárabes e mouros apenas deve ser entendida como uma metáfora;

2 – São visíveis, mesmo no seio da Igreja, diferentes tendências e sensibilidades, sendo que a mesma só tem a ganhar se privilegiar a pluralidade;

3 – Aprecio a afirmação do patriarca de Lisboa que, na linha da sua anterior posição, admitiu que a Igreja não estava no referendo como ganhadora ou perdedora (tinha afirmado, categoricamente, que a questão do aborto não era do foro religioso); de igual modo, acho positiva a sua admissão de que as culturas são mutáveis (numa cultura em mutação, é inevitável a mutabilidade dos valores);

4 – Apesar de entender que a atitude do bispo de Bragança é própria do tempo da trágica e funesta Inquisição (“A quem

não abominar o aborto eu não dou sacramentos.” (sic)), penso que a sua atitude é muito mais coerente do que a do bispo de Viseu, que, na noite de domingo, perante as câmaras da televisão, passou todo o tempo a negar o que afirmara anteriormente, mesmo quando confrontado com testemunhos presentes (a atitude terrorista não era então necessária, porque já colhera o seu fruto: os resultados eram evidentes e tranquilizadores, por isso podia enveredar já pela hipocrisia da tolerância e do perdão);

5 – É inegável que a Igreja ainda tem um insofismável poder de persuasão, sobretudo no norte e no interior, onde a população é mais idosa (muitos já na idade em que as pessoas têm cada vez menos tempo para ganharem o lugar no céu a que, por direito de consciência e por fé, muito justamente, aspiram; não há já muito tempo para «cometerem pecados» de que se não possam arrepender), menos escolarizada (a maior parte com um elevado grau de analfabetismo) e, por isso, mais permeável à sua influência;

6 – Apesar de tudo, e salvaguardando as devidas excepções, foi exactamente nestas zonas que a abstenção atingiu os índices menos elevados, o que prova a considerável capacidade de mobilização da Igreja;

7 – Os resultados verificados não têm, em termos constitucionais, um carácter vinculativo, pelo que a Assembleia da República poderia prosseguir com o processo conducente à promulgação da lei.

O Partido Socialista, na minha opinião, fez a leitura adequada dos resultados e até tomou a atitude que, como agora se diz, é a politicamente correcta: a suspensão do processo.

Não creio, tão pouco, que seja politicamente favorável aos interesses do PS a apresentação, no novo programa de governo, da questão da despenalização do aborto. Tão em cima do acon-

Não-sei-que diga I

tecimento, seria dar um trunfo demasiado importante à oposição. Além disso, não interessará ao PS, e muito menos ao actual Primeiro Ministro, num momento em que todas as sondagens lhes são favoráveis (lá estamos nós, novamente, a falar de sondagens!), manter um braço de ferro em relação à Igreja, pelo que não me espantaria que a futura iniciativa pudesse partir, não do partido ou alguém afim, mas do próprio Movimento pelo SIM, que se mobilizaria numa recolha de assinaturas que obrigasse a Assembleia da República a retomar a discussão do diploma.

Uma vez mais, me declaro frontalmente contra o aborto como, aliás, quero crer, a esmagadora maioria da população, não só no país, mas no mundo inteiro, independentemente de culturas, mas, de igual modo, reafirmo, com a mesma frontalidade e não menor convicção, ser favorável à descriminalização e despenalização da interrupção voluntária da gravidez. Só espero que todas as partes até agora envolvidas na polémica lutem energicamente pela implementação de uma adequada e saudável educação sexual e por um planeamento familiar que cubra, eficazmente, todo o território nacional. Se assim procederem, verão regredir o número de abortos em Portugal, porque estes, mesmo com a vitória do NÃO, acreditem, continuarão a ser praticados.

## Uma Atitude Romântica Num Exercício de Modernidade

Notícias de Gondomar, 30 de Julho de 1998

No passado dia 16 de Junho, o Auditório Municipal de Gondomar foi palco de mais um acontecimento cultural de realce, o lançamento do livro *Memórias de Ansiães* (Vol. 2), de Vitorino Almeida Ventura (edição audEo), devendo a Escola Secundária de Gondomar sentir-se orgulhosa por mais um dos seus professores contribuir para a afirmação cultural do país (num território onde a iliteracia – como agora se diz! – assume quase foros de escândalo, havemos de concordar que é profundamente meritório e de enaltecer).

Sob uma imagem de modernidade, consciente e assumida, perpassa, pela obra, uma certa atitude romântica, desde logo manifestada pela tentativa de salvaguarda e preservação do que é popular e nacional: «Não tem nada que ver com isto, mas com aquela minha ideia de que a maior beleza está em sabermos escutar o nosso costume, e olhar a nossa história.» E bem ao jeito do que aconteceu com os românticos do século passado, se me pedirem para catalogar este livro, direi apenas que lhe não posso colocar simplesmente um rótulo, tendo em consideração as suas próprias características e aquelas que, de acordo com a História e a Teoria da Literatura, o permitiriam fazer.

Ao determo-nos no título, somos, desde logo, alertados para uma atmosfera de memórias e, à medida que penetramos

## Não-sei-que diga I

no seu âmago, invade-nos a sensação – diria que imediata – de que se trata duma monografia ficcionada. Ficção desde logo indelevelmente marcada por uma inquietação expressa na didascália: «quando todos se vão, quem fica?, e o quê? – Apenas a memória de um tempo...».

O autor inicia então um percurso deambulatório pela base de um tal «triângulo do signo de Salomão, em cujo vértice superior, são as cercanias do castelo, de onde partem dois carreiros – o que vai dar à Igreja, a Marzagão, e o outro, que vai aos paços do concelho, a Carrazeda.», e, à medida que percorre os recônditos caminhos, vai escrevendo, com um pauzinho, a sua memória na terra, sempre à espera de que uma qualquer chuva não acabe por tudo apagar: «S.ra Valentina, que me deu permissão para aqui, no chão da terra, depor o seu nome. Até que chova, e a água o leve..»

Surge, pois, a escrita como uma corrente que flui muito naturalmente até que algum obstáculo surja no seu seio e obrigue à separação das águas ou, então, entronque numa outra corrente que conduza ao desvio da circunstância. Entregue, pois, a esta torrente, deambula e rabisca com o pauzinho na poeira da memória, em que as imagens como que se puxam umas às outras, sendo, por vezes, interrompidas pela errância do caminhante, que as retoma sempre um pouco mais além: «Mas há pouco interrompi o raciocínio, e fui por outro caminho logo de seguida, quando o meu primo falava em banhar árvores.»; «Depois de tantas errâncias, ... , vou contar-vos a história da minha Paixão, caminhando em fazendo a digestão.» E segue-se a lenda, porventura a mais bela das metáforas deste livro.

Se algumas dúvidas ainda subsistissem, desvanecer-se-iam com outros exemplos não menos significativos: «Formada de um banjolim, duas violas, um violino, não sei qual deles senta-

do estava na minha memória, ..., cantarolando as quadras anunciadas já no chão do caminho/ lauda anterior...» (não deixa de ser deveras curioso o facto de o autor, talvez receando que os leitores menos atentos ou menos prevenidos ainda não tivessem dado conta de que ele tem vindo a escrever no chão do caminho, ter tido a preocupação de advertir que se refere aos versos que ganharam corpo na página anterior àquela em que se encontra o presente da enunciação).

Apesar de se tratar de um livro de memórias, de características marcadamente monográficas, não permitiu o autor que o mesmo redundasse num arrazoado balofo e sem estofos. Pelo contrário, a tessitura com que o mesmo se tece é a de uma linguagem que se impõe pela surpresa que suscita a cada momento, mesmo quando envereda pelo uso de um registo eminentemente popular e regional, do qual ressalta não uma atitude simplista de um mero acaso, mas a consciência de que também é possível fazer estilo sem renegar o que de mais característico e genuíno existe no linguajar do povo. É o caso, por exemplo, da assídua utilização do gerúndio precedido da preposição em («em verificando..., em tratando...») e dos inúmeros regionalismos, espalhados pelo texto como quem arremessa, com um movimento firme de mão, a semente que, forçosamente, germinará no sentido global da obra.

Se a literatura é, por excelência, a destruição da gramática convencional, só o consegue fazer quem conhecer minimamente a mesma gramática. Assim, aparentemente num exercício de ambulatório do turbilhão da memória, em que pensamento arrasta pensamento, tudo resulta de um trabalho criteriosamente estruturado, bem ao jeito da teoria do fingimento de Fernando Pessoa, ortónimo: «O poeta é um fingidor / Finge tão completamente / Que chega a fingir que é dor / A dor que deveras sen-

Não-sei-que diga l

te.»;<sup>38</sup> «Dizem que finjo ou minto / Tudo que escrevo. Não. / Eu simplesmente sinto / Com a imaginação. / Não uso o coração. / ... / Sentir? Sinta quem lê!»<sup>39</sup>

De igual modo, é este um livro para o sentir quem o ler. Seja na História reinventada em diegese, na qual participa também um EU, ainda que como narratário, seja no discurso crítico (à música made in Portugal ou aos nomes próprios importados das telenovelas brasileiras, com prejuízo evidente dos nossos tão tradicionais e com a natural perda de identidade cultural), seja nos costumes, seja nas receitas de culinária, seja nas lengalengas ou nas ladainhas com intenções curativas, seja nas lendas ou nos provérbios, seja nos pensamentos filosóficos ou nos mitos, etc.

Todo o texto é uma soma de textos, por isso este não foge à regra, nele se notando influências de correntes modernistas, evidenciando-se uma relevante preocupação com os efeitos significativos resultantes da composição gráfica, de que foi pioneira a corrente concretista. De referir também os sintomas de intertextualidade, como é o caso da alusão ao soneto de Camões «O dia em que nasci moura e pereça».

Não me surpreende uma certa preocupação no que concerne ao efeito fónico, diria mesmo musical – tendo em consideração a faceta pluridisciplinar do autor, nomeadamente, em relação à música, perante a qual não se resigna à simples condição de ouvinte ou de executante, apenas se realizando, na verdadeira acepção da palavra, na de compositor – evidenciada nos registos onomatopáicos, os quais atingem a sua mais conseguida

---

38 Fernando Pessoa, *Autopsicografia*;

39 Idem, *Isto*;

configuração nas imagens utilizadas para a imitação dos próprios instrumentos.

Entre o popular e o erudito, entre a atitude singela de um chamiço que vai esgaravatando a terra ao sabor da caminhada e o filtro dum pensamento criteriosamente elaborado, esta linguagem atinge momentos apoteóticos de uma prosa poética cujo deslumbramento supremo se alcança através de imagens de inegável valor estético: «Por isto tudo, neste momento, o meu cérebro apresenta as ramificações de uma oliveira, sem uma única azeitona. [...] Sinto a cabeça tonta, varejada...»

Sem explorar toda a simbologia que pode estar contida nos seus elementos constitutivos, fico-me com esta imagem tão própria da identidade geográfica a que se reportam as presentes memórias.

«– Meus senhores, o que tendes é munta-munta inbeja do pouco-nada, se feito.», diz uma das personagens da ficção. Infelizmente, é a atitude mais comum dos que não são capazes de fazer. Eu não tenho inveja e louvo, esperando que o autor continue a vir/ir, e a escrever, tal e qual um bicho-carpinteiro, na madeira onde é vivo.



Não-sei-que diga I

## **Escola Secundária de Gondomar: 80 Anos ao Serviço da Educação**

Notícias de Gondomar, 15 de Setembro de 1998

Ultrapassadas que estão as férias – mais do que merecidas para a maioria dos cidadãos – aí está o novo ano lectivo: renovadas esperanças, legítimas expectativas, quem sabe se as mesmas frustrações no final.

A Escola Secundária de Gondomar inicia-o – podemos dizê-lo – com a sessão solene que encerra um ano de comemorações dos seus 80 anos. Naturalmente sem pompa, mas com a dignidade que a circunstância exige e merece, e com a responsabilidade de quem tem a consciência dos novos desafios, decorrentes da aplicação do disposto no Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como dos respectivos agrupamentos.

Nascida em 1917 e sediada em Valbom, a Escola de Desenho Industrial de Gondomar viria a conhecer outros nomes e lugares até se fixar no Largo de Camões.

Ainda em Valbom, toma os nomes de Escola de Artes e Ofícios de Gondomar, em 1918, Escola de Ourivesaria de Gondomar, em 1919, e Escola Industrial Marques Leitão em 1930. Com este nome, muda-se para a Quinta da Igreja, em S. Cosme, em 1945, onde viria a receber a designação de Escola In-

dustrial e Comercial de Gondomar em 1948, que manteve, quando se transferiu, em 1962, para o espaço que ainda hoje ocupa. Ostenta o nome actual desde 1976.

Infere-se, da sua evolução onomástica, que a Escola foi tendo a necessidade de se ir adaptando a novas realidades e exigências do Concelho. Efectivamente, as instituições devem estar sempre ao serviço da sociedade, e, no caso presente, ao serviço da sociedade local.

Encontramo-nos na antecâmara de uma nova era: a que pressupõe uma cada vez mais alargada participação da sociedade civil – chamemos-lhe assim, ainda que grosseiramente, para a distinguir dos profissionais da educação. Se à autarquia, aos pais e encarregados de educação e aos alunos são conferidos direitos e deveres até agora não consignados na lei, outras entidades, como as de carácter cultural, artístico, científico, ambiental e económico, têm o direito e o dever cívico de reivindicar uma participação efectiva na vida da Escola por forma a que esta seja cada vez mais o espelho do meio envolvente. E os profissionais da educação não têm de que ter receio. Possuidores de uma formação profissional, científica, pedagógica e cultural, encontram-se, indiscutivelmente, numa posição privilegiada, que resulta sempre enriquecida se partilhada, sem complexos de superioridade ou preconceitos, com toda a comunidade em que se movimenta.

É inegável que o estatuto e a imagem do professor, por múltiplas razões que agora aqui não cabem, se têm vindo a degradar, o que contribui, inevitavelmente, para uma também deterioração da imagem da Escola. A ninguém interessa tal situação e, se bem que nunca advogasse a posição dos que, eventualmente, pensavam que o professor se deveria manter e comportar em bicos de pés, não tenho dúvidas de que, também ago-

Não-sei-que diga !

ra, a classe saberá encontrar a resposta adequada – equilibrada, criteriosa e sensata – à nova realidade.

«Aos professores pede-se que ensinem e aos alunos que aprendam» é uma frase já muito estafada e, por vezes, desajustada, porque não inserida no contexto das respectivas realidades. Por isso, uma vez mais, a Escola Secundária de Gondomar não será apanhada desprevenida. Em tempo oportuno, construiu o seu Regulamento Interno, que ia reformulando à medida das necessidades, e o seu Projecto Educativo de Escola, cuja filosofia vai integralmente ao encontro da Lei de Bases do Sistema Educativo, instrumento legal que reuniu o consenso absoluto da Assembleia da República.

Assim, destaco, das suas opções, o desenvolvimento harmonioso da personalidade do aluno e a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários, valorizando a pessoa humana do trabalho, em função da construção de novos saberes através do exercício do livre pensamento e da análise crítica da realidade. Missão difícil sem dúvida, mas deveras aliciante. Conseguindo-o, os nossos alunos continuarão a engrossar o número dos que frequentam as nossas universidades.

Resta-me formular votos de que a comunidade de Gondomar se associe às cerimónias que se iniciam, no próximo dia 19, pelas 10h 00, com uma Missa Campal no espaço da ESG.

## O 4.º Poder

Notícias de Gondomar, 30 de Setembro de 1998

Colaborar no Notícias de Gondomar foi uma honra a que não pude furtar-me, uma vez formulado o convite pelo seu distinto director, cuja amizade pretendo ver indelevelmente vinculada. E se o manifesto publicamente é apenas para deixar bem claro que, se a amizade é dos valores que mais preservo e de que procuro dar melhor testemunho, a mesma jamais poderá ser um óbice à liberdade da minha própria consciência.

No momento em que o Dr. Alberto Silva me desafiou a colaborar no nosso jornal – nosso, dos gondomarenses – não me perguntou que credo ou religião professava, ou se (não) professava, se tinha alguma simpatia político/partidária ou de que clube de futebol era eu adepto. Só a atitude contrária me surpreenderia e por duas razões: a primeira, por não se ajustar ao perfil ético e moral da pessoa em causa; a segunda, por me ter dado conta, desde que sou leitor do jornal, de que o mesmo tem veiculado artigos de opinião não coincidentes com a sua orientação editorial, porventura até opostos, embora com a responsabilização dos respectivos autores, como, aliás, é absolutamente lógico do ponto de vista ético e jurídico. Esta postura apenas prestigia o jornal e o seu director, que asseguram, deste modo, o exercício efectivo duma imprensa ao serviço dos ideais democráticos.

E vem tudo isto a propósito de quê? A propósito do chamado 4º poder.

Não-sei-que diga !

Na sequência de Revolução Francesa, cujo emblema foi a tomada da Bastilha em 14 de Julho de 1789, e em nome de valores tão elevados como os da liberdade, da igualdade e da fraternidade, representados nas cores da bandeira francesa, o poder do Estado, até então concentrado no rei absoluto (na época, Luís XVI), foi tripartido, passando a ser exercido por diferentes órgãos. É claro que este tema, por si só, alimentaria um livro e não é o que se pretende deste espaço. De qualquer modo, e por que pretendo que esta minha rubrica possa chegar ao maior número possível de leitores – que me perdoem aqueles a quem não transmito qualquer novidade! – atrever-me-ia a tomar como exemplo o caso português.

Assim, temos o poder legislativo confinado à Assembleia da República, que tem ainda a incumbência de zelar pelo cumprimento do programa do Governo, detentor do poder executivo. O poder judicial, absolutamente independente, é exercido pelos tribunais.

O chamado 4º poder afirma-se definitivamente durante o séc. XX e, curiosamente, é exercido, com a ressalva das devidas diferenças, tanto nos regimes democráticos como nas ditaduras, qualquer que seja a cor. A consciência deste poder estabelece-se com a difusão dos grandes órgãos de comunicação de massas, seja a nível local, nacional ou mesmo mundial: imprensa, rádio, televisão, Internet...

Já não é o dever de informar, é o poder de (de)formar opinião. Que faço eu neste preciso momento?

A informação já não é a finalidade, é o meio com que se ilude, é uma espécie de instrumento de que dispõem os que detêm este poder para poderem fazer passar outras mensagens que bem mais lhes interessam. Senão vejamos: imagine-se o que se passa no dia de hoje em Portugal merecedor de ser ob-

jecto de notícia. Estejamos, pois, atentos aos noticiários de hoje das rádios e das televisões nacionais:

1 – Os eventos escolhidos para objecto de notícia são os mais diversos de rádio para rádio ou de televisão para televisão;

2 – Os que são comuns a todos têm o tratamento mais diversificado, consoante o órgão que o divulga.

Se adoptarmos a mesma atitude em relação a quantos diários se publicam amanhã em Portugal, chegaremos à mesma conclusão.

Pergunto: será que a diferença reside apenas no facto de estarem pessoas diferentes a trabalhar nos diferentes órgãos?

Imagine-se ainda um qualquer jogo de futebol entre duas quaisquer equipas do nacional da primeira divisão e observe-se o relato e os comentários acerca do mesmo n’O Jogo, n’O Record ou n’A Bola. Estamos elucidados. Por isso, procuro inculcar nos meus alunos uma postura de reserva e sentido crítico em relação a toda a leitura, qualquer que seja. Façam-no os próprios leitores no justo momento em que estão a ler o presente texto.

Não há mau jornal, revista, livro, filme, etc. que nos possa molestar, desde que tenhamos, perante o mesmo, uma atitude crítica e de reserva. O cepticismo é, não raro, uma ótima arma de defesa.

E tudo a propósito do modo como os bastidores do poder se servem, por vezes com o maior despudor, dos efeitos provocados pelos mass media na população. Porventura, se assim não fosse, algum Procurador Geral se atreveria a transformar episódios da vida íntima e privada dum cidadão em factos políticos que se pretendem da maior gravidade? Nem nos Estados Unidos da América!

Não-sei-que diga !

Mas o Sr. Kenneth Starr, puritano na aparência, que não nas intenções, morrendo, pelos vistos, de simpatia pelos republicanos, tem a total consciência dos efeitos da divulgação pública dos elementos processuais que, por efeitos do Segredo de Justiça, num Estado de Direito e civilizado, deveriam manter-se apenas acessíveis aos órgãos do Estado para tal acreditados. E depois, é claro, cada órgão de comunicação trata o assunto conforme a conveniência.

Mas não tenhamos dúvidas: uma boa parte da população americana reage emotivamente e de acordo com a simpatia em relação às pessoas envolvidas; outros posicionar-se-ão de modo mais frio e racional perante os acontecimentos em si e as presumíveis consequências; mas a maioria comportar-se-á de acordo com as opiniões assumidas nos jornais que lêem ou nas televisões que vêem.

O mais grave é que as repercussões não se fazem sentir apenas no local. Nesta Aldeia Global, qualquer gemido solto num qualquer cantinho é perfeitamente audível nos seus antípodas.

Por decisão do Congresso, foi tornada pública a gravação do Presidente perante o Grande Júri. A CNN transmitiu e todo o mundo – mundo mesmo – assistiu, em simultâneo, à maior humilhação a que poderia ver-se sujeito um Presidente. Esta tortura ainda não fazia parte da mais radical prática fundamentalista: comparativamente, o mais inflexível Ayatollah não passa de um aprendiz de feiticeiro.

Independentemente do veredicto final, até por respeito do cargo e da instituição, mesmo no país das mais amplas liberdades, atitude tão ignóbil e hedionda deveria ter sido impedida. Não o foi e, antes que a transmissão se iniciasse, já a Bolsa de

Nova York abria em baixa com reflexos imediatos em todo o mundo, atingindo a de Lisboa uma quebra da ordem dos 6%.

Os que jogam no tabuleiro interno americano têm consciência de tudo isto. Mas os que decidem no tabuleiro das Nações Unidas votaram, de pé, tal como vivem e morrem as árvores, uma das maiores salvas de palmas alguma vez ouvidas naquela sala. Também todo o mundo pôde ver e não terá ficado insensível ao facto. Cabe a cada um de nós saber interpretar os gestos, mas parece-me que alguém está a disparar contra o seu próprio pé.

Entretanto, uma criatura, a soldo não sei de quê ou de quem, e precisamente à custa da comunicação social, desperta do anonimato e já se dá ao luxo de passar modelos na Europa da moda. Sinceramente, não sei se é mais hipócrita quem a transformou numa abjecta marioneta, se aqueles que, sabendo aproveitar-se da sua mediatização, procuram enriquecer com a sua promoção.

Que a dita criatura há-de ter inegáveis predicados, não duvido, até porque os confessou pública e despidoradamente. Resta-me apenas saber se também os exhibe em spots publicitários, daqueles que as nossas televisões passam no horário reservado aos maiores de 18 anos.



## Um Nobel Levantado do Chão

Notícias de Gondomar, 15 de Outubro de 1998

“Um escritor é um homem como os outros: sonha.”<sup>40</sup>

O pivot do Programa da Manhã, da Antena 1, o jornalista Francisco Sena Santos, decidiu fazer uma emissão especial consagrada à atribuição do Nobel da Literatura. Em entrevistas com representantes de algumas das editoras portuguesas na Feira de Frankfurt, foi salientada a importância para a literatura nacional de, no último ano, a Feira ter elevado Portugal a país tema, como acontece, este ano, com a Suíça. Do mesmo modo, se falou também da frustração de, pelo facto, toda a gente ter acreditado em que, finalmente, iríamos ser contemplados com o Prémio, tanto mais que, entre os nomeados, contávamos, tal como este ano, com dois verdadeiros «pesos pesados»: António Lobo Antunes e José Saramago (o critério da ordem é apenas de natureza alfabética).

Numa atitude que advém também da nossa cultura futebolística, a que nos permite, sistematicamente, resignarmo-nos com o infortúnio do presente, projectando sempre a renovada esperança no ano seguinte, confesso que me desliguei do assunto, o que me permitiu uma tranquila manhã de trabalho. Mas eis senão quando, uma emoção única! Verdadeira e completamente inefável! Em cima do meio-dia, em nova ligação a

---

40 José Saramago, *Levantado do Chão*;

Frankfurt, com Zeferino Coelho, editor da Caminho, ao telefone, Sena Santos dá, em directo, a notícia.

Almocei com uma rapidez sôfrega, tal a ansiedade de sair a correr para espalhar a notícia na escola. E tinha razões para isso: todos com quantos me ia cruzando ainda o não sabiam (na escola, enquanto se trabalha, não se ouve rádio). Hoje, porém, estranho a forma singular de o transmitir às pessoas: «Ganhámos mais uma medalha de ouro!» Olhavam-me como basbaques, mas insensato estava a ser eu, por isso me questionavam:

«Uma medalha de ouro?!»

«Sim, a da Literatura.»

«?!»

«O Nobel!»

«Quem?!»

«O Saramago!»

Ainda sinto o abraço espontâneo e comovido da colega que, nas discussões mais académicas, sempre defendeu com unhas e dentes o escritor da sua preferência.

A medalha de ouro... Tenho consciência de que as nossas emoções são algo de muito profundo. E justamente do mais profundo eram as recônditas reminiscências da memória que afloravam outros tantos estados de alma: Carlos Lopes, Rosa Mota, Aurora Cunha, Fernanda Ribeiro, António Pinto, Carla Sacramento, Lucrecia Jardim, Susana Feitor, Manuela Machado...

Para mim, naquele momento, não era a literatura, não era a maratona, não era a marcha, não eram os oitocentos, os cinco mil ou dez mil metros, era Saramago, era Portugal. Finalmente!

Fez-se justiça!

Não é necessária a atribuição de um prémio para a consagração universal de uma literatura, como, aliás, o próprio laure-

Não-sei-que diga !

ado o admite, mas, se o Prémio existe, não se compreendia o motivo por que a sexta língua mais falada do mundo, língua que dá corpo a uma literatura plurinacional e pluricontinental, ainda não havia sido contemplada. E a Literatura Portuguesa tem oito séculos!

Instituído em 1900 por Alfred Nobel, a atribuição do Prémio foi andando um tanto ao sabor dos ventos, segundo critérios nem sempre entendidos pela comunidade literária e não só. Talvez isso justifique que nomes mundialmente consagrados pelo público leitor continuem a aguardar pela sua vez, enquanto outros, até então praticamente incógnitos, o alcancem surpreendentemente.

Se tal não é surpresa para mim, menos ainda o será para um escritor que afirma que o êxito e o inêxito são coisas que dependem em parte de si, mas que desconfia que dependem de muitas outras coisas em que não tem acção. Plenamente de acordo. Mas, numa hora de regozijo, abstenho-me de fazer a desmontagem de tais palavras, com receio de poder ser mal interpretado na intenção.

Desta vez, a Academia Nobel, para justificar a escolha, relevou “as parábolas sustentadas pela imaginação, ironia e compaixão, que continuamente nos permitem captar uma realidade ilusória.” Seja como for, Luciana Stegagno Picchio, catedrática italiana, uma das mais ilustres autoridades em Literatura Portuguesa, não teve dúvidas em afirmar que este Nobel da Literatura foi “o mais justo dos últimos 15 anos”.

Também dignas de registo são as reacções de júbilo de expoentes da Literatura de Expressão Portuguesa, do Brasil e dos PALOP, que também tomaram como seu o Prémio agora atribuído. Não menos a exultação dos espanhóis, aqueles a quem o fado encarregou de connosco partilhar o destino da Jangada de

Pedra, que não enjeitaram a oportunidade de receber, com a honra e a dignidade devidas, o escritor vetado no seu próprio país. Mas hoje, em nome dum tal fair play e dum patriotismo de que não deu sinais em 1992, enquanto Subsecretário de Estado da Cultura, o senhor António Sousa Lara “regozija-se por um português e por Portugal ter recebido o Prémio Nobel.” Poderíamos, talvez, já ter rejubilado com a outorga do Prémio Literário Europeu, mas, nesse ano de 1992, um veto do Governo impediu a candidatura de Saramago.

Jorge de Sena, também ele exilado por circunstâncias históricas, questionado sobre a célebre frase de Fernando Pessoa, “A língua portuguesa é a minha pátria”, terá respondido que a sua pátria era aquela onde podiam viver os seus filhos.

A pátria dos que atingem a dimensão do Homem é a universalidade.

Não me custa ver Saramago a viver em Lanzarote: afinal, foi lá que encontrou a sua jangada e, pelos vistos, os marujos com quem navega respeitam-no mais do que os que o obrigaram a sair de Lisboa. Lamentavelmente, a própria Lisboa. Que se não perca de vista a metonímia, pois nem sequer, historicamente, é novo!

Não estranho a reacção do Vaticano publicamente manifesta no seu Osservatore Romano. Certamente, atitude contrária é que espantaria o próprio escritor. E não acredito que lhe tenha retirado qualquer serenidade, como o não faria se a mesma incluísse a pública excomunhão. No entanto, regozijo-me por verificar que uma boa parte da hierarquia da Igreja Católica portuguesa soube interpretar a importância deste facto nacional, pese embora algumas concessivas utilizadas por alguns dos prelados, nomeadamente D. Manuel Martins, bispo resignatário de Setúbal (se o nomeio particularmente é apenas pelo respeito

Não-sei-que diga I

absoluto que me merece a pessoa com quem tenho muitíssimo a aprender e nada a ensinar). O senhor D. Manuel Martins, pessoa que não se deixa influenciar muito pelo dito politicamente correcto, no seu íntimo, bem guardará a opinião de que alguns públicos ateus são bem mais cristãos do que alguns ditos católicos, que mais não fazem do que profanar a verdadeira doutrina de Cristo. E de resto, como toda a gente sabe, e a Academia Sueca também, a visão religiosa do escritor não é condição necessária à atribuição do Prémio Nobel.

Penso que a melhor homenagem que poderemos prestar a José Saramago é ler e estudar a sua obra. Desta forma, talvez possamos aprender a conquistar a liberdade de dormir menos e de sonhar mais: “Do chão sabemos que se levantam as searas e as árvores, levantam-se os animais que correm os campos ou voam por cima deles, levantam-se os homens e as suas esperanças.”<sup>41</sup>

---

41 Ibidem;

## Os Olharapos da Regionalização<sup>42</sup>

Notícias de Gondomar, 30 de Outubro de 1998

No dia em que o presente número do Notícias de Gondomar chegar às mãos dos seus leitores, estaremos em cima de mais um referendo nacional, desta vez para que o povo se pronuncie sobre a criação das regiões administrativas. E duma coisa estamos certos: uma vez mais, uma boa parte da população encontra-se deficientemente informada e outra tanta absolutamente desinformada. A quem interessará tal estado de coisas?

O nossos fantasmas são os parentes mais próximos dos nossos medos e estes, por sua vez, são os da nossa ignorância: a tendência natural é de desconfiança e de receio diante da incerteza do desconhecido. Mas há pessoas bem informadas, ainda que, eventualmente, não bem formadas, que sabem muitíssimo bem como tirar partido de tal situação: é mais fácil manipular um ignorante do que um esclarecido! Por isso, muitos apostam no obscurantismo e preferem que a população permaneça na ignorância: é-lhes muito mais fácil agitar os tais fantasmas, como aquele de que a regionalização dividirá o país e os portugueses. O que eles não querem é ver dividido o seu poder de

---

42 Figuras disformes (com deformações várias, algumas tinham duas caras, uma voltada para a frente e outra para trás) que, de uma forma alegórica, se passeavam pelas artérias da EXPO 98, em Lisboa, simbolizando todos os monstros do imaginário dos marinheiros portugueses, marinhos ou outros, no período das descobertas, e de que pode ser talvez o exemplo mais conhecido o gigante Adamastor;

Não-sei-que diga !

influência. Por acaso já deram a ler aos portugueses o que diz a Constituição da República Portuguesa no n.º 1 do seu art.º 6º? Claro que não! Claro que não lhes interessa! Pois a Constituição afirma, textualmente, o carácter unitário do Estado: «O Estado é unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime autonómico insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública.» Por conseguinte, quem vem publicamente afirmar que a regionalização põe em perigo a coesão nacional só o pode fazer de má fé.

Apesar da autonomia política das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, não há indícios de que tal tenha contribuído para a desagregação territorial nacional, mesmo sabendo que as ditas Regiões Autónomas possuem governos e assembleias legislativas próprias. Pelo contrário, o que constatamos é que a sua autonomia muito contribuiu quer para o seu desenvolvimento regional, quer para o afastamento de um certo fantasma que pairou sobre ambos os arquipélagos após o 25 de Abril e que se chamava separatismo.

E não é este tipo de autonomia política que está em causa no processo da regionalização, pois nem as regiões terão governos autónomos, nem poderes legislativos. As regiões são apenas uma das três categorias de autarquias locais previstas na Constituição: «No continente as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas.»<sup>43</sup>

No n.º 4 do mesmo artigo, afirma-se que «A divisão administrativa do território será estabelecida por lei.» Ora a lei que o estabelece é A Lei de Criação das Regiões Administrativas, Lei n.º 19/98, de 28 de Abril, que afirma no n.º 2 do seu art.º 1º:

---

43 Art.º 236º, n.º 1;

«Os poderes, a composição e a competência das regiões administrativas, bem como o funcionamento dos seus órgãos, são os constantes da Lei n.º 56/91, de 13 de Agosto.», isto é, a Lei Quadro das Regiões Administrativas.

O que não deixa de ser curioso é que esta Lei Quadro foi aprovada na Assembleia da República por unanimidade no tempo em que era seu presidente Vítor Pereira Crespo, eleito pelo Partido Social Democrata, o então partido do Governo. Promulgada pelo Presidente da República Mário Soares em 26 de Julho, foi referendada<sup>44</sup> pelo Primeiro-Ministro Aníbal Cavaco Silva em 31 de Julho. Quem diria! Pois não é este mesmo Sr. Cavaco Silva que anda por aí a apregoar aos quatro ventos que a regionalização é um tremendo erro e que acarretará mais despesa pública e mais desemprego? E fá-lo num anfiteatro numa Universidade para transmitir aquele ar de autoridade de quem fala de cátedra e de isenção de quem já não está na política. Nem me atrevo a dizer política activa. Toda a gente faz política, mesmo que por omissão. A abstenção, por exemplo, não é uma atitude cívica, mas é, indiscutivelmente, uma atitude política. O que, por vezes, dá um certo jeito é confundir política nacional, na qual devem participar, activamente, todos os cidadãos, com outra bem diferente que é a política partidária e que diz respeito aos interesses de quantos se congregam em torno de um determinado partido. Porque não confronta o Professor Cavaco Silva as suas opiniões com as do seu então Ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, que, muito recentemente, se declarou a favor da regionalização e apto a participar numa campanha que seja verdadeiramente esclarecedora? Não sabem

44 Referendar: assinar (o primeiro-ministro) por baixo da assinatura do Chefe do Estado, aceitando e corroborando a respectiva responsabilidade;



Não-sei-que diga !

porquê? Porque um dos raros estudos sérios sobre os custos efectivos da regionalização foi feito pelo Governo de Cavaco Silva no tempo em que Miguel Cadilhe era seu ministro. Só que este, como não tem nada de parvo, ao deixar o Ministério, levou consigo todo o dossier. Que peçam ao Doutor Miguel Cadilhe para falar dos números!

Pois a Regionalização que está definida na Lei Quadro é a que é agora contestada pelo partido do Professor Marcelo! Não é de espantar? E não venham com subterfúgios, porque o que está em causa na primeira pergunta do referendo é, exactamente, a institucionalização da regionalização, uma coisa absolutamente constitucional, conforme se pode constatar. E, aliás, se o P.S.D. não concordava com o mapa das regiões (matéria da segunda pergunta do referendo), era seu dever, por razões de interesse nacional, apresentar, em tempo oportuno, um mapa alternativo na Assembleia da República. Não o fez!

Mas o espanto não se esgota! Se alguém pensava que as piraetas se confinavam aos Professores e aos seus mais cegos seguidores, eis que o vulgarmente designado por *enfant terrible*, subitamente, deixou de o ser para acolitar o seu presidente, renegando o que até agora havia afirmado, nomeadamente, no Rivoli, no programa do Herman José. E a que é que assistimos agora? Ao Dr. Pedro Santana Lopes, com a maior desfaçatez, a reconhecer o «seu erro», com uma humildade e contrição que cheiram a bafio, e a endossar a totalidade da «razão» ao presidente do seu partido.

Mas se fosse só este... O que dizer do Presidente do Governo da Região Autónoma da Madeira? Então não é que também o Sr. Alberto João Jardim está agora contra a regionalização?! Ele não é pateta, muito menos ignorante. Aliás, até encarna muito bem a figura do Chico esperto. O que ele teme é que,

com a institucionalização das regiões, e participando estas na elaboração do plano nacional e regional, a sua Região Autónoma veja substancialmente reduzidas as verbas chorudas que eram canalizadas para a sua Região Autónoma e que, por força da subsidiariedade consignada na lei, terão de ser repartidas por todas as regiões do país e com equidade: «As regiões administrativas elaboram planos regionais e participam na elaboração dos planos nacionais.»<sup>45</sup>

Caros leitores, o que é que levará tais pessoas a assumirem este tipo de comportamento sem que se lhes note na feição o menor indício de pudor? Apenas uma questão de tática que vise responder à estratégia definida pelo partido? Mas não estarão os interesses nacionais acima de quaisquer interesses partidários?

Segundo o Programa do XIII Governo Constitucional, «A regionalização deve inserir-se numa estratégia de desenvolvimento equilibrado das várias regiões do País, de combate às assimetrias, de defesa da igualdade de oportunidades, de coesão económica e social, de solidariedade nacional, mas também de competitividade em vista dos desafios decorrentes da integração europeia.»

Perguntar-me-ão: e então as regiões não irão atropelar as competências dos municípios? Não! O art.º 257º da Constituição é claro quanto às atribuições: «Às regiões administrativas são conferidas, designadamente, a direcção de serviços públicos e tarefas de coordenação e apoio à acção dos municípios no respeito da autonomia destes e sem limitação dos respectivos poderes.»

---

45 Art.º 258º da *Constituição*;

Não-sei-que diga !

O que não podemos é confundir descentralização com desconcentração. Esta, em parte, já existe, embora organizada de uma forma incoerente e burocratizada, dependente da tutela, significando uma decisão administrativa lenta e penosa. O que se pretende realmente é mesmo uma descentralização de competências, a transferir de uma forma gradativa e de acordo com a lei, exercidas por órgãos eleitos democraticamente e aos quais o eleitorado possa pedir contas pelo respectivo exercício.

Os defensores do NÃO fazem-me lembrar os olharapos da Expo, aquelas criaturinhas que se passeavam pelo recinto (algumas com duas caras!), simbolizando todos os fantasmas e medos que, na época dos descobrimentos, assustavam os nossos navegadores, mas que, com a razão e a determinação dos mais esclarecidos, foram reduzidos à sua real dimensão, isto é, à sua insignificância, à sua inexistência, porque apenas fruto da imaginação, por vezes doentia.

Eu não tenho medo de olharapos!

Acredito que muitos dos leitores não se sintam em condições de, em consciência, fazerem uma opção. Nem por isso deixem de votar. Cumpram esse direito inalienável e esse dever cívico! Descarreguem o nome nos cadernos eleitorais, ainda que o voto, por razões de consciência, tenha de ser em branco.

Por Portugal, por mim, votarei SIM.

## **A Vitória dos Olharapos ou o Verdadeiro Portugal Único**

Notícias de Gondomar, 15 de Novembro de 1998

Por Portugal, por mim, votei SIM.

O meu voto do último Domingo, bem como o da maioria de Gondomar, foi derrotado, mas a minha consciência não. Quando as convicções são fortes e alicerçadas no uso da razão, não há derrota possível.

Por algum tempo, Portugal perdeu uma grande oportunidade de se munir de instrumentos democráticos que muito poderiam contribuir para um mais rápido desenvolvimento, por forma a, também mais rapidamente, se aproximar do nível médio dos países da União Europeia. O povo não o quis e o povo é soberano. E, em democracia, a soberania do povo deve ser respeitada.

Hoje, não sinto quaisquer complexos de culpa, nem encontro motivos para atribuir culpas àqueles que, com o seu voto, inverteram a decisão por mim advogada. Eu tive o cuidado de me ir informando e esclarecendo, uma vez que não era, nem sou um especialista na matéria: li tudo a que tive acesso de quanto foi publicado, nos últimos anos, na comunicação social sobre a regionalização, fossem os artigos a favor ou contra a mesma regionalização; li ambos os livros do Professor Valente de Oliveira (*Regionalização e Novas Considerações Sobre a Regionalização*), Ministro do Planeamento e da Administração

Não-sei-que diga l

do Território dos Governos de Cavaco Silva (1985/1995) e – pode-se dizer – o «pai» das CCR's, tendo sido, ele próprio, Presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte; li o livro Descentralização, Regionalização e Reforma Democrática do Estado, da Comissão de Apoio à Reestruturação do Equipamento e da Administração do Território, da responsabilidade do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território; e mais não li, porque o que apareceu a reclamar e a necessitar de uma leitura atenta foi tão em cima do acontecimento, que era humanamente impossível dar vazão a tudo, a menos que não tivéssemos mais com que nos ocupar.

Do nosso povo, do povo povo, quem teve tais possibilidades? Pode não ter decidido, na minha perspectiva, da melhor forma, mas fê-lo do modo mais acertado segundo a sua própria perspectiva e de acordo com os meios de que dispôs, diria mesmo de acordo com os meios que lhe facultaram. E todos nós sabemos como uma política de terror colhe sempre os efeitos que se pretende, até que as pessoas, à custa de tanta topada que lhes rebente as cabeças dos dedos dos pés, acabem por abrir os olhos: no desbravar de um caminho, quanta pedra não é necessário partir? Pois se for à topada, que o seja!

E os fantasmas foram muitos: ele foi o tacho vezes oito; ele foi o aumento dos impostos; ele foi a perda de competências dos Municípios; ele foi o enfraquecimento de Portugal na reivindicação dos fundos estruturais da União Europeia; ele foi a perigosa aproximação das «regiões» interiores a Espanha (como se essas terras pudessem estar, geograficamente, mais próximas do continente americano do que dos nossos vizinhos da Jangada de Pedra!) ; ele foi a desintegração nacional; ele foi...; ele foi...; ele foi...; etc., etc., etc.

O povo é sempre o menos culpado.

Que fez o Partido do Governo para ganhar a batalha da Regionalização?

Enquanto o movimento Portugal Único começou a movimentar-se há dois anos, quando entregou um abaixo-assinado ao Presidente da República para que a regionalização fosse referendada, que fez o Partido do Governo?

Fazendo parte do Programa de Governo apresentado ao eleitorado, aquando das eleições para a Assembleia da República, e possuindo, no hemiciclo, uma maioria qualificada resultante do somatório de ambos os partidos que apoiavam a Regionalização, que fez o Partido do Governo?

Na consciência absoluta de que era uma batalha perdida, a não ser que novos dados fossem introduzidos no plano institucional português, logo o Presidente do PSD, por acaso não deputado, se apressou a propor negociações que viabilizassem a alteração da Constituição por forma a institucionalizar o Referendo que, recusado pelo anterior Governo, o do Prof. Cavaco Silva, O Prof. Marcelo Rebelo de Sousa sabia, perfeitamente, que seria a sua única tábua de salvação. E que fez o partido do Governo? Negociou – o termo é este mesmo, caros leitores, porque, na política, o mais é um grande negócio, e de conveniências, entenda-se – negociou, perguntava eu, a revisão constitucional a troco de um entendimento em relação àquilo que, em termos públicos, era uma prioridade para a reforma administrativa do Estado? Não! Em pezinhos de lã, um homem que é contestado por largos sectores do seu próprio Partido, um homem que, nas sondagens, tem surgido sempre com um índice de popularidade extremamente negativo – ele que, antes de se tornar Presidente, se entretinha a atribuir classificações à actuação dos outros políticos – estende o tapete ao Partido do Governo com que o há-de prostrar por duas vezes consecutivas. E não faça-

Não-sei-que diga !

mos uso de eufemismos: é claro que há vitórias e derrotas. E a vitória nos referendos sobre a despenalização do aborto e sobre a regionalização é de quem soube perspectivar que, se não podia vencer dentro das paredes do hemiciclo, só tinha que conseguir levar o jogo para fora das mesmas. E a derrota? A derrota é de todos os que não compreenderam a estratégia: a tática do desgaste está a funcionar em pleno.

Já uma vez confessei que sou muito céptico. É que, sem grande esforço, dou comigo a interrogar-me se, por acaso, no «Quartel General» do PS, os seus generais serão todos assim tão ingénuos. Haveria mesmo vontade política de regionalizar? Ou será que, neste momento, haverá muita gente cúmplice e silenciosamente grata ao Prof. Marcelo? Sem terem de renegar a promessa feita ao eleitorado, tudo continuará como dantes. Por isso, fico na expectativa, a ver quais as medidas que, entretanto, virão a ser tomadas em nome da tão propalada descentralização.

O Prof. Marcelo anunciou que iria propor um novo pacote de descentralização; o Prof. Vieira de Carvalho declarou que o PSD deveria apresentar um novo projecto de regionalização; o Ministro João Cravinho também afirmou tudo fazer para levar até às últimas consequências tudo quanto, em termos constitucionais, puder ser feito que contribua para a mesma descentralização. Aguardemos. Pelo menos, o Dr. Alberto João Jardim é coerente e fiel a si mesmo: «Enquanto for Presidente da Região Autónoma da Madeira não serei a favor da regionalização.»

Quando foi revelada a sondagem das tendências de voto, mas muito antes do escrutínio final, chegou-se a falar na fundação de um Movimento Para a Criação da Região Piloto do Algarve. Alimentava-se a esperança de que, no Algarve – a região do país que, devido à sua geografia, era a mais pacífica em re-

lação aos seus limites – pudesse vencer o SIM, o que poderia, eventualmente, alimentar um grupo de pressão que pudesse conduzir a Assembleia da República a alterar o texto constitucional por forma a deixar de vincular o aspecto da simultaneidade na criação das Regiões. O Algarve poderia ser um bom exemplo para o resto do país, a menos que o mesmo Algarve, depois de ter provado e gostado do rebuçado, por condenável egoísmo, viesse a comportar-se como o Senhor da Madeira e a solidariedade, então, não deixasse de ser apenas uma palavra vã. Mesmo assim, valia a pena alimentar a esperança e correr os riscos inerentes. Creio que os algarvios deram um enorme tiro no pé de que, por certo, neste momento, já estarão seriamente arrependidos, mas de arrependidos está o inferno cheio.

O SIM, conseguiu-o o Alentejo, mas, em relação a esta Região, não restam quaisquer esperanças: ninguém vai alterar a Constituição para entregar o Alentejo aos proscritos dos comunistas. O Alentejo continuará condenado a uma esperança adia-da.

Entretanto, continua a haver inúmeras regiões no país que só em dia de acto eleitoral conseguem fazer ouvir a sua voz. Fazem-no, recorrendo ao respectivo boicote. Este, sim, é o tal, o verdadeiro Portugal único.



Não-sei-que diga I

## **1.º de Dezembro: Dia da Restauração da Independência**

Notícias de Gondomar, 30 de Novembro de 1998

Quem não sente a tentação de, no início de cada ano, confrontar a distribuição dos feriados nacionais com os respectivos dias da semana? E, entre eles, lá está o 1º de Dezembro que, por sinal, este ano, até é a uma 3ª-feira. Os feriados nacionais, seja por razões históricas, seja por motivos religiosos, são objecto, regra geral, de comemorações de âmbito político ou de culto.

Acontece que, desde que me conheço, nunca dei conta de que o 1º de Dezembro fosse objecto de comemoração oficial, sendo o facto, de há anos para cá, aproveitado pela direita mais à direita, que, habitualmente, se congrega em torno do monumento aos Restauradores, em Lisboa. Sob pena de a memória me atraiçoar, creio que a primeira manifestação do género terá sido promovida pelo jornal O Diabo, ao tempo em que Vera Lagoa era sua directora, já lá vão anos. E o que me espanta é que, por parte das forças políticas com representação na Assembleia da República, nunca se tenha verificado um gesto que indiciasse que, porque o feriado é nacional e permanece como tal no regime democrático, o dia deveria ser festivo para todos os portugueses. É óbvio que não me refiro a manifestações chauvinistas que pudessem pôr em causa o bom relacionamento com os nossos hermanos espanhóis, quanto mais não fosse,

pelo ensinamento do ditado popular: Quem é o teu irmão? O vizinho mais à mão. Sempre é o vizinho que, nos momentos de aflição, mais depressa nos pode valer. Pelo menos era assim nas comunidades onde terá nascido o provérbio.

Interrogo-me, pois, acerca de tais comportamentos e passeio pela História na tentativa de encontrar uma justificação. E que verifico? Verifico que o ideal da União Ibérica remonta a tempos muito remotos, sendo que, até ao séc. XV, Castela desempenhou o papel de actor principal, isto é, tomou a iniciativa de tudo fazer que pudesse contribuir para a união da península, tendo-se, depois, invertido os papéis, de tal modo que, durante o séc. XVI, proliferaram os laços matrimoniais entre as famílias reais portuguesa e castelhana. Assim, por exemplo, o imperador Carlos V (I de Espanha) casou com Isabel, filha primogénita de D. Manuel I, sendo que, pela mesma época, D. João III desposava a irmã mais nova do imperador, Catarina. Anos atrás, já D. Manuel se casara sucessivamente com três princesas espanholas, vindo então Filipe II a casar com D. Maria, filha de D. João III, enquanto a irmã do rei de Castela, Joana, o fazia com o príncipe D. João, herdeiro do trono português, de cujo matrimónio resultou um único filho, o que haveria de contribuir para a nossa perdição, D. Sebastião.

Pelos vistos, o sonho da reconstituição da antiga Hispânia – a Hispânia pagã dos Romanos, a Hispânia cristã do Baixo Império ou do Reino Visigodo, unificada pela última vez sob a ocupação árabe – parecia ser alimentado de ambos os lados da fronteira, pelo que não espanta que, depois do desastre de Alcácer Quibir e da penúria em que o país ficou, e considerando ainda a dependência de Portugal em relação a Castela (por causa da prata proveniente do México e do Perú) e os inimigos comuns, em número crescente e actividade diversa (a pirataria,

Não-sei-que diga I

por exemplo, prejudicava a navegação de ambos os países), houvesse adeptos fervorosos da mesma união.

Além disso, também para a grande burguesia, a União Ibérica era a possibilidade do fortalecimento e da consolidação do sistema financeiro do Estado, o que, por inerência, significava uma melhor protecção e uma defesa mais eficiente, fosse onde fosse, significando, de igual modo, a abertura de novos mercados e a supressão das barreiras alfandegárias. Por conseguinte, se outras razões não existissem, as de ordem externa justificariam a condição de Espanha e Portugal como aliados naturais.

O que acontece é que também factores de ordem cultural facilitavam a união, já que inúmeros homens de letras deram largas à sua arte, fazendo uso tanto do português como do castelhano, contribuindo, desta forma, para uma cultura marcadamente bilingue, pecado a que não escaparam autores como Gil Vicente e até Camões. Por isso, António Ferreira, o autor da tragédia *Castro*, sentiu a necessidade de sair a terreiro em defesa da língua pátria: «... Renova mil memórias / Língua aos teus esquecida, / Ou por falta de amor ou falta de arte / Sê para sempre lida / Nas Portuguesas Glórias... / Mas inda em alguma parte, / Ah Ferreira, dirão, da língua amigo!». <sup>46</sup>

Por outro lado, União Ibérica não significava perda de identidade, se considerarmos que Filipe II se limitou a repetir, em relação a Portugal, o que seu avô, D. Manuel, fizera em relação a Espanha em 1499: vinte e cinco capítulos, assinados pelo rei castelhano nas cortes de Tomar, garantiam ao País uma autonomia alargada, ainda que a política externa passasse a ser comum a ambos os países. A administração ficou inteiramente nas mãos dos portugueses, não podendo nenhum espanhol ser

---

46 António Ferreira, *Ode I*;

nomeado para cargos de administração, civil ou eclesiástica, de justiça ou de defesa. Vice-reis ou governadores só poderiam ser espanhóis quando pertencessem à família real (filhos, irmãos ou sobrinhos). Quanto a matéria legal, qualquer inovação ou alteração tinha de resultar de decisão tomada em cortes, reunidas em Portugal e em que só portugueses participassem. Por outro lado, o Império Ultramarino continuava a ser governado exclusivamente por portugueses, de acordo com as leis e regulamentos existentes. O Português permanecia como língua oficial e a moeda continuava separada, bem como as receitas e as despesas públicas. Não menos importante o facto de o rei não poder conceder terras nem rendas em Portugal a não ser a súbditos portugueses, assegurando a casa real a ausência de discriminação contra os portugueses.

Não admira, pois, que a nação aceitasse menos mal, durante várias décadas, a perda da independência, ao ponto das várias tentativas oposicionistas do Prior do Crato depararem com a indiferença geral e o escasso apoio da população. Nos primeiros quarenta anos do domínio filipino, a união das coroas permitiu vencer a crise financeira em que Alcácer Quibir e a conjuntura de então haviam lançado a nobreza portuguesa.

A situação viria a alterar-se significativamente nos reinados de Filipe III e Filipe IV, o que facilitou o ressurgimento dum sentimento nacionalista, o Sebastianismo, para o que muito haviam contribuído as profecias do Bandarra, um sapateiro de Trancoso que vivera no tempo de D. João III, e que anunciavam a vinda de um rei «encoberto», redentor da humanidade.

As várias frentes de batalha em que se encontrava envolvida Castela, nomeadamente, a Guerra dos Trinta Anos e, em território interno, a Catalunha, obrigavam a uma cada vez mais feroz cobrança de impostos, sacrificando o povo, ao mesmo tem-

Não-sei-que diga l

po que, por necessidade de contracção de empréstimos, a corte castelhana concedia benefícios excepcionais aos cristãos-novos, o que não era visto com bons olhos por parte da população. Não admira, pois, os sucessivos levantamentos populares, de que se destacaram as «Alterações de Évora» em 1637.

Neste contexto, astuto, o duque de Olivares, primeiro-ministro de Castela, oferecia aos nobres de Portugal campos de serviço por essa Europa fora, onde quer que a Espanha estivesse envolvida em guerra, afastando-os do seu país e evitando, deste modo, que este pudesse continuar dotado de camadas dirigentes.

Em 1640, os portugueses, uma vez mais, encontravam-se divididos, tal como já acontecera em 1580 (a História das nações faz-se sempre de um jogo de oposições) . Se as classes de condição inferior conservavam intacta a fé nacionalista e apoiavam D. João IV, já a nobreza, muita com laços familiares em Espanha, hesitou e só uma pequena parte dela alinhou firmemente com o duque de Bragança.

Por seu turno, também o clero se achava dividido. Membros do clero secular local e monges humildes apoiavam o duque de Bragança, mas, no seio das altas hierarquias, já o panorama se apresentava muito diferente. Os Jesuítas, por exemplo, deram o seu apoio a D. João IV, mas a Inquisição manteve-se favorável a Espanha, posição compreensível se considerarmos que fora aquela quem praticamente governara Portugal durante a União Ibérica, não se limitando a sua actividade à mera censura religiosa. Também exerceu um papel preponderante no que respeita à censura política e à repressão da expressão do sentimento patriótico. Por isso, o patriotismo, entre a gente culta, revelava-se através da leitura de obras de carácter nacional. Uma das formas menos arriscadas de se ser patriota era ler Os

Lusíadas, uma obra de exaltação nacional, que, entre 1580 e 1640, viu a sua edição repetir-se por vinte e quatro vezes. Não foi por mero acaso que Almeida Garrett, no Frei Luís de Sousa, colocou Madalena, no início do primeiro acto, a ler Os Lusíadas, independentemente da simbologia do momento da leitura se encontrar no episódio de Inês de Castro. A memória do passado era a chama alentadora do presente.

Face ao exposto, continuo sem perceber por que é que a direita mais à direita se há-de assenhorear desta efeméride nacional.

Não-sei-que diga I

## Natal

Notícias de Gondomar, 15 de Dezembro de 1998

Natal! A mais mágica palavra de todas as palavras mágicas. Mesmo antes de sobre ela reflectir, mesmo antes de lhe buscar um sentido, ainda antes de me interrogar sobre o que se comemora, é já, para mim, uma palavra mágica. O nomeá-la, o senti-la, simplesmente, bailar no silêncio do pensamento, é uma inefável magia que se não contém, sequer, no já de si mágico mundo feérico. Não me perguntem porquê. Afinal, António Damásio já teorizou, n' O Erro de Descartes, sobre o que, há muito, já muita gente sabia, ainda que empiricamente: o coração tem razões que a razão desconhece. E vá-se lá saber porquê... O que sei é que, várias vezes ao ano, sinto uma necessidade interior, premente, de me projectar neste espírito de Natal, ainda que o ano ronde o solstício de verão ou qualquer dos equinócios. O certo é que, não raro, dou comigo a procurar CD's com música de Natal, percorrendo, de olhos cerrados, um tempo que me parece o de todo o universo, enquanto as tarefas, entretanto em mãos, jazem esquecidas na mesa de trabalho.

Há quem afirme que o que de melhor tem o adulto é o que lhe resta de criança. Na parte que me respeita, procurarei, e mais ainda à medida que me vou encanecendo, agarrar essa criança com todas as minha forças de adulto.

Festa da família por excelência, Natal foi também para mim o momento de ver nascer uma filha. E, ao falar em filha, lembro-me de que também eu próprio sou filho de meus pais que,

por sua vez, são filhos de meus avós que, também por sua vez, são filhos de meus bisavós. Ponto final. E que triste é ser um ponto final! Poderia ter fechado a frase com reticências ou com um etc., mas não o fiz, e o doloroso está, precisamente, na razão que o determinou. Para mim, é mesmo um ponto final. Eu sei que os meus bisavós também tiveram os seus bisavós e estes os seus, e assim sucessivamente, mas só se vive enquanto uma memória o recordar e, dos meus bisavós, que não conheci pessoalmente, ainda poderei ter uma réstia de lembrança de uma ou outra fotografia, ou do que deles falavam meus pais, mas não vou mais além, porque não conheço mais ninguém. Os seus ascendentes, em mim, não vivem, ainda que eu possa transportar comigo alguns dos seus genes.

Por isso, na ceia de Natal, apesar de toda a atmosfera festiva justificada pelos presentes, paira sempre uma enorme nostalgia, ainda que muito interior e por todos cumpricemente silenciada, ao olharmos para determinado lugar da mesa e verificarmos que ou se encontra de vago ou ocupado por outra pessoa. É um sentimento muito estranho: um misto de alegria incontida pelos presentes e uma profunda saudade sentida pelos ausentes.

Mas, afinal, o que é para nós o Natal? Que significado tem para nós o Natal? O que comemoramos nós no Natal?

Não posso nem devo ter a veleidade de esperar que o seu sentido seja igual para todos. Desde logo, parece-me absolutamente lógico e racional considerar a existência, com igualdade de direitos, de crentes e não crentes, de cristãos e não cristãos, o que, certamente, condicionará a resposta às questões colocadas. Mas, hoje, mais do que nunca, penso que a postura do homem se deve pautar por um princípio ecuménico que, através



Não-sei-que diga !

de um denominador comum, privilegie o que une em detrimento do que separa.

Que significado tem o Natal? Independentemente do acto de Fé, independentemente duma questão de Credo, Cristo, O que começou por ser o Menino Jesus, por uma questão de tradição e cultura, será sempre uma metonímia de Amor, Paz, Fraternidade, Solidariedade e Esperança. É, certamente, neste sentido mais vasto e universal que tenho necessidade do Natal mais do que uma vez ao ano.

Entretanto, diariamente, assistimos, nos telejornais, a desgraças catastróficas, umas por acção directa do homem, outras por acção de uma natureza que o homem cada vez mais despreza e de que Deus cada vez mais se esquece ou, então, não domina – permitam-me esta blasfémia ou raciocínio herege, porque, se admitir que domina, sou levado a concluir que é ainda mais desumano, é ainda mais sádico do que o próprio homem: que culpa têm as crianças das Honduras ou de qualquer outra parte do mundo? Recuso-me a atribuir todo o mal ao demónio. Deus tem a obrigação de ter mais poder do que o diabo e de não o deixar fazer disparates a torto e a direito.

Entretanto, diariamente, somos bombardeados com anúncios de televisão que, servindo-se do que de pior existe no espírito do Natal, desenvolvem uma campanha apelativa que mais não visa do que promover o consumismo, por vezes, para além dos limites de cada um, independentemente dos efeitos nefastos que possam vir a resultar no futuro.

Entretanto, diariamente, deliramos com a beleza das iluminações de Natal que chegam a ofuscar – vejam só! – as próprias estrelas (os candeeiros das ruas já o fazem durante o resto do ano) e detemo-nos diante do fascínio das montras! E eu também... – que delírio! – também agarrado pela sociedade de con-

sumo! E assalta-me uma necessidade de justificar os meus actos, como, certamente, o fará o leitor: «E as pessoas que eu amo, as pessoas de quem gosto, não têm direito a uma prenda de Natal? Como é que lhes manifesto o meu amor, a minha amizade? Se posso, dou!» – e tranquilizo a minha consciência. Tranquilizo... Não... A dor é outra: é saber que nem toda a gente pode oferecer, é saber que há milhões de pessoas, por esse mundo fora, em miséria absoluta, carenciadas em relação aos mais elementares bens de primeira necessidade e que os não terão nem mesmo agora por ser Natal.

E então, forçosamente, terei de me questionar: onde está o Amor que começou a ser anunciado como Evangelho há dois mil anos? Que sentido tem para nós, cristãos ou não cristãos, crentes ou ateus, mas que nos pretendemos humanos e humanistas, a palavra Fraternidade? Onde e como sou eu solidário?

Por mais tréguas que se façam no Natal, continuamos a ver os horrores da guerra a esmagarem o mundo, ao longo de todo o ano, com uns tentáculos medonhos, feitos de acções cotadas em bolsa. E, no entanto, todos temos o direito à Esperança! Eu próprio também... Mas o meu espírito não dorme em Paz.

---

P.S.: 1 – Prezado leitor, se aqui escrevo, é também porque o estimo. Num espírito de tolerância, tão próprio da época, queira desculpar o que lhe parecer ser um disparate no presente texto, que lhe poderá parecer em abundância, mas creia que as palavras com que o escrevi são profundamente sentidas, se bem que não menos amarguradas. Por vezes, também há amargura em certos momentos de felicidade. Para todos – incluindo toda a família do Notícias de Gondomar – o melhor Natal junto dos seus.

2 – Um registo digno do espírito do Natal: comemora-se agora o cinquentenário da assinatura da Declaração Universal dos Direitos do Homem, declaração de princípios e valores, à qual já alguém chamou o Novíssimo

Não-sei-que diga l

Testamento. Pelo facto, a nossa alegria, embora a amargura de sabermos que, infelizmente, continua a ser desrespeitada por esse mundo fora, tal como o são os textos do Novo Testamento.

## Dia Mundial da Paz

Notícias de Gondomar, 30 de Dezembro de 1998

“Deus, a seguir, disse: «Façamos o homem à Nossa imagem, à nossa semelhança, para que domine sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos e sobre todos os répteis que rastejam pela terra. Deus criou o homem à Sua imagem, criou-o à imagem de Deus; Ele os criou homem e mulher. Abençoando-os, Deus disse-lhes: «Crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra. [...] Deus, vendo toda a Sua obra, considerou-a muito boa. Assim surgiu a tarde e, em seguida a manhã: foi o sexto dia.»<sup>47</sup>

“Adão conheceu Eva, sua mulher. Ela concebeu e deu à luz Caim, e disse: «Gerei um homem com o auxílio do Senhor». A seguir, deu também à luz Abel, irmão de Caim. Abel foi pastor; e Caim, lavrador.

Ao fim de algum tempo, Caim apresentou ao Senhor uma oferta de frutos da terra. Por seu lado, Abel ofereceu primogénitos do seu rebanho e as gorduras deles. O Senhor olhou favoravelmente para Abel e para a sua oferta, mas não olhou para Caim nem para a sua oferta. Caim ficou muito irritado e o rosto transtornou-se-lhe. [...]

---

47 *Génesis*, 1, 26-28 e 31;

Não-sei-que diga I

Entretanto, Caim disse a Abel, seu irmão: «Vamos ao campo». Porém, logo que chegaram ao campo, Caim lançou-se sobre o irmão e matou-o.”<sup>48</sup>

“ O Senhor reconheceu que a maldade dos homens era grande na terra, que todos os seus pensamentos e desejos tendiam sempre e unicamente para o mal. O Senhor arrependeu-Se de ter criado o homem sobre a terra, e o Seu coração sofreu amargamente. E o Senhor disse: «Eliminarei da face da terra o homem que Eu criei, e, juntamente com o homem, os animais domésticos, os répteis e as aves dos céus, pois estou arrependido de os ter feito». Noé, porém, achou graça aos olhos do Senhor.

Este é o relato da descendência de Noé. Noé era um homem justo e perfeito entre os homens do seu tempo, e andava sempre com Deus.”<sup>49</sup>

“O Senhor disse a Moisés: «Dirás o seguinte aos filhos de Israel: vistes que vos falei dos céus. Não Me associareis nenhuma divindade, não fareis para vosso uso deuses de prata, nem deuses de ouro. Erigir-Me-ás um altar de terra sobre o qual oferecerás os teus holocaustos e os teus sacrifícios pacíficos, as tuas ovelhas e os teus bois. Em todo o lugar, onde o Meu nome for lembrado, irei ter contigo para te abraçar. Se Me erigires um altar de pedra, não o construirás de pedras trabalhadas, porque tocando as pedras com o ferro, profaná-las-ás.”<sup>50</sup>

Senti-me tentado a citar estas palavras da Bíblia pelo facto do primeiro dia do ano ser o Dia Mundial da Paz. Suponho que não existem dúvidas de que, quando a comunidade internacional sente a necessidade de criar um Dia Mundial de Qualquer

---

48 Gn, 4, 1-5, 8;

49 Gn, 6, 5-9;

50 Êxodo, 20, 22-25;

Coisa é sinal de que essa Qualquer Coisa preocupa ou reclama a atenção da humanidade, ao ponto de, na maior parte dos casos, ser, por vezes, hipocritamente ignorada ao longo de uma vida inteira, mas lembrada até à exaustão, num dia determinado por convenção, chegando a perder o seu sentido por tantas vezes repetida. Sim, que se me puser a repetir, indefinidamente, qualquer palavra, a dado momento, dessa palavra, já só resta a sua sonoridade, esvaziando-se a mesma de qualquer sentido.

“Deus criou o homem à Sua imagem, criou-o à imagem de Deus. [...] Deus, vendo toda a Sua obra, considerou-a muito boa.”

Bem sei que toda a obra que perdura – mesmo a sagrada Escritura – deve ser sempre lida e interpretada, independentemente da fonte ou origem da Inspiração, à luz do contexto histórico-sociocultural, mas, da leitura do texto sagrado, o que verifico é que Deus é criado na proporção e à semelhança do Homem. Senão vejamos. De Adão e Eva, nasceu Caim, que se tornou lavrador, mas também Abel, que se tornou pastor. Ambos oferecem, ao Deus pai, produtos do seu modo de vida, frutos da terra e primogénitos do rebanho, respectivamente. Deus não aprecia a dádiva de ambos os filhos da mesma maneira, apesar de cada um ter ofertado do que possuía, distinção que viria a provocar em Caim um sentimento que não deve ser valorado, mas que, apesar de tudo, é humano, o ressentimento. É natural que este ressentimento fosse despertado por um outro sentimento humano que, daquilo que sei, é bem pouco racional, mas que pode conduzir aos mais absurdos disparates, como foi o caso. Caim, tomando Deus como perfeito, foi incapaz de ver que o erro estava em se não aceitar de cada um conforme o que cada um pode dar (Deus não privilegiou o direito à diferença) e, acto contínuo, não podendo vingar-se em Deus, transferiu o

Não-sei-que diga I

ressentimento, o ódio, para o objecto mais próximo e causador do seu ciúme, ainda que inocentemente, Abel, que pagou a sua inocência e os favores de um olhar contemplativo da divindade com a própria morte, que a mesma divindade, quando mais não fosse por reconhecimento, poderia ter evitado se tivesse intervido, como veio a intervir quando se dirigiu, depois, a Caim. Mas todos sabemos que a nossa cultura, incluindo a componente religiosa, assenta num princípio maniqueísta: de um lado está o bem e o bom e, do outro, está o mal e o mau. O que não compreendo é a razão por que Deus viu toda a Sua obra e a considerou muito boa.

Compreende-se que o autor deste Texto privilegiasse a dádiva de Abel, porque os Patriarcas eram semi-nómadas em vias de sedentarização e o acto do sacrifício com derramamento de sangue era ancestral: “Erigir-Me-ás um altar de terra sobre o qual oferecerás os teus holocaustos e os teus sacrifícios pacíficos, as tuas ovelhas e os teus bois.” O homem adorava um Deus que se alimentava do sangue das vítimas.

“ O Senhor reconheceu que a maldade dos homens era grande na terra, que todos os seus pensamentos e desejos tendiam sempre e unicamente para o mal. O Senhor arrependeu-Se de ter criado o homem sobre a terra.” – o homem não foi criado à Sua imagem e semelhança? – “Eliminarei da face da terra o homem que Eu criei.” E seguiu-se o dilúvio, do qual se salvou Noé e a sua geração. Mas, pelos visto, não se verificou a irradiação do mal.

“Se Me erigires um altar de pedra, não o construirás de pedras trabalhadas, porque tocando as pedras com o ferro, profaná-las-ás.”

Duas ilações a retirar desta citação: a primeira, a crença de que Deus, embora gostasse de sacrifícios, fazia a apologia do

desprezo pelo luxo ao preferir um altar de terra; a segunda, a de um certo repúdio pela guerra, simbolizada, metonimicamente, pelo ferro, cuja Idade corresponde, inequivocamente, à perda do paraíso e da felicidade, a que correspondia a Idade do Ouro.

Entretanto, acabámos de comemorar a vinda do Messias, cumprindo-se as profecias do Antigo Testamento ao mesmo tempo que se anuncia a Boa Nova redentora.

Detenhamo-nos, agora, numa mera curiosidade: a 3 de Janeiro de 1521, o Papa Leão X excomunga Lutero e, no mesmo dia do ano de 1962, o Papa João XXIII excomunga Fidel Castro.

Teólogo e pedagogo, também designado “Doutor Bíblico”, Lutero torna-se o reformador da Igreja Cristã na Alemanha, ao pretender o regresso à forma inicial do Cristianismo, isto é, o Cristianismo dos humildes, dos desfavorecidos. Isto aconteceu, quando, chamado a Roma pela sua Ordem Religiosa, verificou o luxo em que a Cúria vivia. Em 1516, não concordou com nova pregação de indulgências, ordenada por Leão X, carenciado de fundos para a conclusão da basílica de S. Pedro, em Roma. Nasceria assim o Protestantismo.

Hoje, o Papa João Paulo II apela à comunhão de todos os cristãos e de todos os crentes, independentemente das suas Igrejas. O mesmo João Paulo II, neste ano que agora finda, beijou o solo da pátria de Fidel Castro onde deixou uma mensagem: «Que Cuba se abra ao mundo e que o mundo se abra a Cuba.» Esta, sim, uma mensagem de paz.

É claro que sou contra qualquer forma de totalitarismo e de intolerância, mas compreendo uma certa auréola que envolve el comandante, ao ponto de ter sido a verdadeira estrela da Cimeira realizada no Porto. Há muitos, muitos anos, li *A História Me Absolverá*, que mais não é do que o seu depoimento de réu, em



Não-sei-que diga !

pleno tribunal, ao tempo do Presidente Baptista. Quem sabe se o título não será premonitório!

Duma coisa, estou certo: presunção e água benta, cada um toma a que quer... Em relação à excomunhão, direi o mesmo. O padre José Felicidade Alves, muito recentemente falecido, foi excomungado pelo Cardeal Cerejeira, mas D. Policarpo, felizmente, repôs a justiça atempadamente.

Entretanto, os bancos do Vaticano, de S. Marino e do Mónaco aderiram à taxa de juro definida pelos bancos centrais dos países que integram o EURO...

## Duas Reflexões

Notícias de Gondomar, 15 de Janeiro de 1999

**1** Há oito anos – completam-se no próximo dia 17 – ouviam-se os primeiros bombardeamentos de Bagdad, que iniciavam a Guerra do Golfo. Todo o mundo a esperava a todo o momento, inclusive o próprio Sadam Hussein, e atrever-me-ia a dizer que quase toda a gente ansiava que a mesma pudesse castigar o mau da fita, como acontece num filme de cowboys ou de polícias e ladrões.

Ainda me recordo de, naquele verão, no remanso duma sesta, ouvir, estupefacto, a notícia da invasão do Kweit. Pensei, imediatamente, que só um louco poderia supor que a comunidade internacional assistiria impávida e serena àquela bárbara agressão do direito internacional, e a prova foi o consenso gerado no seio da ONU, ao ponto de as Forças Aliadas integrarem elementos do mundo árabe. Não só estava em causa a agressão da invasão propriamente dita como também o total desrespeito pelos mais elementares direitos humanos da respectiva Declaração Universal.

Se muita gente pensava, dada a facilidade com que as Forças Aliadas rapidamente progrediram no terreno, quase a custo zero em relação ao número baixas, que as mesmas se encaminhariam para Bagdad a ponto de neutralizar, por completo, o veneno responsável por aquele estado de coisas, alguém receou criar um vazio de poder, perdendo um interlocutor que, pensa-

Não-sei-que diga !

vam, devido a semelhante humilhação, poderiam controlar no futuro.

Mas, como diz o ditado, quem o inimigo poupa...

Que a política é feita, tantas vezes, com muita hipocrisia, suponho que já não surpreende ninguém, mas, na política internacional, por vezes, o mais puro cinismo assume foros de escândalo, não me espantando, por isso, com o facto dos países que mexem os cordelinhos no Conselho de Segurança da ONU não terem adoptado a mesma atitude em relação à invasão de Timor Leste pela Indonésia, apesar da mesma ONU ter aprovado, em 16 Fevereiro de 1983, a resolução que afirma o direito à autodeterminação e independência do povo maubere.

A diferença? Muito simples: o Kweit é um dos mais importantes produtores de petróleo e a sua anexação pelo Iraque implicava não só a fuga ao controlo da produção como ao dos preços fixados pela OPEP, baralhando, por completo, a economia mundial; embora Timor Leste também possua importantes jazidas petrolíferas, o partido a retirar destas nunca esteve em causa, uma vez que a Indonésia é um aliado dos Estados Unidos e a Austrália, outro aliado, rapidamente se apressou a estabelecer acordos com o invasor para a exploração do petróleo. Neste caso, tão nosso conhecido, os direitos humanos foram às malvas... Haverá maior cinismo?

Entretanto, a pretexto de entraves levantados aos inspectores da ONU, um presidente a braços com um cada vez mais inevitável processo de destituição, consequência de um rocambolesco episódio de política interna, numa clara tentativa de distracção destes factos, dá início à operação Raposa do Deserto, pouco incomodado com o que possam pensar os restantes

parceiros do Conselho de Segurança da ONU. Afinal, se são o Polícia do Mundo,<sup>51</sup> devem comportar-se como tal...

Terminada a Raposa do Deserto, lá continua o Sr. Sadam Hussein em Bagdad a ameaçar com a construção de armas de destruição maciça e a declarar, agora, que não reconhece nem a fronteira do Kweit, nem as chamadas zonas de exclusão, enquanto Osama Bin Laden, em nome da Jihad (Guerra Santa), lá do Afeganistão, continua a ameaçar com o terrorismo.

Mas o maior espanto é um dos inspectores da ONU, Richard Butler, confessar a Kofi Annan que a sua missão em Bagdad, ao serviço da ONU, lhe permitiu passar informação estratégica aos Estados Unidos da América, embaraçando o próprio Secretário Geral das Nações Unidas e dando razão ao mau da fita...

**2** A designação de Souselas e Maceira como os locais escolhidos pelo Governo para a co-incineração dos resíduos tóxicos veio evidenciar, uma vez mais, a falta de habilidade política ao lidar com assuntos que mexem ,de uma forma muito particular, com o interesse das populações.

Lembro-me do Eng.º Ferreira do Amaral, utilizando um tipo de procedimento muito semelhante, ter anunciado o aumento da portagem da ponte 25 de Abril sem qualquer justificação plausível, ou melhor, ocultando mesmo a verdadeira e única justificação, que era a de salvaguardar o estabelecido no protocolo de acordo entre o Governo e a Lusoponte, por forma a que, no momento da abertura da ponte Vasco da Gama, a 25 de Abril não se apresentasse como uma desleal concorrente, em

---

51 Ver VISÃO, n.º 303, Os Olhos e os Ouvidos da América;

Não-sei-que diga !

função do diferencial tarifário. É que, se não se verificassem aumentos graduais ao longo do tempo que conduzissem à paridade de ambas as portagens na data da inauguração, dificilmente se verificaria o necessário desvio do fluxo de trânsito, o que acabaria por neutralizar a razão da construção da nova ponte, que era, precisamente, o de descongestionar o tráfego da outra. O resultado foi o que todos nós sabemos para além do enorme buzirão.

Em relação à co-incineração, não pretendo entrar na polémica do a favor ou contra, uma vez que não possuo formação técnica e científica que mo permita, mas gostaria de compreender por que é que duas conceituadas personalidades, que, no passado, estiveram no mesmo lado da barricada, o Eng.º Carlos Pimenta, ex-Secretário de Estado do Ambiente e actual Deputado do Parlamento Europeu, e o Eng.º José Manuel Palma, ex-Presidente da Quercus, cargo que exerceu durante longos anos, se encontram agora em campos radicalmente opostos.

Num debate promovido pela Antena 1, ouvi as preocupações do engenheiro deputado e as explicações técnicas do engenheiro da Quercus e fiquei com a nítida sensação de que o que alimenta a polémica são aspectos de natureza exclusivamente política.

É inegável que, qualquer que fosse a opção, assistiríamos a reacções públicas como aquelas a que temos assistido, com uma inequívoca diferença: é que, se a escolha tivesse recaído em Alhandra ou/e Outão, os manifestantes seriam, quantitativamente, em número muito superior. Se o Governo se mantiver irreduzível, é evidente que os custos eleitorais serão muito inferiores em Souselas e em Maceira, e seus arredores, mas uma coisa, desde já, fica clara: sempre que o povo decide assumir-se como personagem principal de uma democracia participativa,

os governantes acabam por tomar consciência de que foram ultrapassados pelos acontecimentos e de que mais não fizeram do que dar um tiro no pé.

Na presente legislatura, o partido do Governo, o do diálogo, somou duas importantes derrotas por ter falhado o adequado esclarecimento sobre o que estava em causa, provavelmente a reclamar um mais alargado período de informação. Parece que o mesmo se está a passar no presente caso, ainda que se argumente com o facto da necessidade de uma rápida decisão, tendo em conta a obtenção dos fundos comunitários.

Seja como for, no presente caso, a questão é também a de se saber se existe alternativa credível à co-incineração. Se existe, há que a considerar, independentemente dos seus custos financeiros, porque não há dinheiro que pague a saúde pública, ainda mais num país que não questionou uma montanha de milhões para levar a efeito a EXPO 98.

E em jeito de conclusão, questiono-me sobre a razão por que as populações de Alhandra e de Outão ainda se não manifestaram, em atitude de solidariedade, ao lado das de Souselas e de Maceira. Ou será que não acreditam em alternativa e, se assim for, mal por mal, que o lixo vá parar ao quintal do vizinho?

Não-sei-que diga I

## João Paulo, Superstar

### Quo Vadis?<sup>52</sup>

Notícias de Gondomar, 30 de Janeiro de 1999

«Ide e ensinai a todas as nações», disse Cristo aos seus discípulos. O Cristianismo assume, pois, esta característica de prédica, no que se distingue das crenças antigas, tornando-se aqueles os apóstolos do Evangelho, isto é, os enviados da Boa Nova.

A vastidão do império facilitava a propagação desta Boa Nova. S. Paulo, por exemplo, teve a ideia de evangelizar outros povos que não judeus e, voltando-se para ocidente, percorreu a Grécia e a Macedónia, pregando em Corinto e em Atenas. O facto de ser cidadão romano protegia-o contra os caprichos dos governadores, mas, chegado, por fim, a Roma, acabaria por ser decapitado no reinado de Nero.

Em todas as cidades onde os cristãos eram numerosos, estes formavam uma comunidade laica chamada Igreja, palavra grega (ekklesía) que significa assembleia,<sup>53</sup> na qual todos deviam assistência mútua. Estas sociedades tinham por presidente um bispo (do grego epískopos, «o que observa») – que superintendia e inspeccionava – sendo os bens administrados por diáco-

---

52 «Quo vadis, Domine?», «Para onde vais, Senhor?» – pergunta de Pedro a Cristo, que lhe terá aparecido, quando fugia à perseguição de Nero;

53 O sentido inicial de «assembleia» evoluiu, com o tempo, para o de «templo», local onde se reúne a assembleia;

nos (do gr. diákonos, «servidor»). Nos dias em que se reuniam para louvar a Deus em comum, a direcção competia aos mais antigos, os padres, que explicavam as palavras de Cristo, davam conselhos, animavam os mais desalentados e liam as cartas que vinham das Igrejas das outras cidades, terminando a assembleia com uma refeição, chamada ágape (do gr. agápe, «refeição fraternal»), que se celebrava em memória da última ceia que Jesus Cristo partilhou com os discípulos.

Não era de estranhar que o Cristianismo, com a sua característica de prédica, acabasse por se estabelecer também na capital do império, para onde confluíam todos os cultos da humanidade. Aliás, os Romanos eram tolerantes em matéria de religião, uma vez que, quando conquistavam povos, transportavam para Roma os seus deuses. Só que, por razões manifestamente políticas, instituía-se o culto dos imperadores, com clero e cerimónias próprias: prestar homenagem ao deus imperador significava manifestar fidelidade ao governo estabelecido e não o fazer era considerado crime contra a autoridade imperial. Porém, em relação ao facto, já Cristo fora muito claro: «Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus». Por isso, os cristãos, numa inequívoca atitude de separação das águas, recusaram-se a prestar honras divinas a César, distinguindo completamente o divino do humano.

Não se fizeram esperar as perseguições, num total de dez, sendo a primeira no reinado de Nero, que acusou os cristãos do incêndio de Roma, mandando-os queimar vivos e lançar às feras. Terá sido por altura desta primeira perseguição que Simão Pedro, o primeiro bispo de Roma, terá tentado fugir da cidade, tendo-lhe surgido, então, a imagem de Jesus a quem perguntou: «Quo vadis, Domine?». «A Roma, para que me crucifiquem pela segunda vez», ter-lhe-á respondido o Senhor. Pedro inter-



Não-sei-que diga I

pretou isto como uma vontade de que voltasse para trás, o que fez, vindo a ser crucificado mais tarde, de cabeça para baixo, por considerar indigna a imitação da morte do Senhor.

As perseguições, porém, pareciam dar efeitos contrários aos que se esperavam delas, uma vez que os perseguidos consideravam a morte como uma graça de Deus, que lhes permitia testemunharem, publicamente, a sua fé, surgindo, assim, os mártires (do gr. *Mártyr*, «testemunha»), isto é, testemunhas da divindade de Cristo, de que Sto Estêvão, um dos discípulos de Jesus, terá sido o primeiro exemplo.

As cerimónias de culto realizavam-se sobretudo nas Catacumbas (do gr. *katá*, «para baixo», e *túmbos*, «túmulo»), cemitérios subterrâneos, autorizados por lei, onde enterravam os seus mortos. Este facto permitia que, para além de venerarem os seus defuntos, pudessem celebrar os respectivos mistérios. Aliás, é de realçar o facto do culto primitivo cristão não exigir templos. Afinal, Deus é omnipresente, está em todo o lado, não mora num templo.

As conversões começaram a operar-se em grande número, não só no mundo grego, cuja língua foi, por muito tempo, a língua dos primeiros cristãos, mas também no coração do império, ao ponto de algumas das mais importantes damas da aristocracia romana se terem convertido à nova fé.

O bispo de Roma, o papa, estendia a sua solicitude e a sua autoridade a todas as igrejas das cidades do império, governadas por um bispo, assistido por um colégio de sacerdotes.

Em menos de dois séculos era quase um Estado dentro de um outro Estado, compreendendo, finalmente, os imperadores que estava ali uma força considerável.

Não admira, pois, que um deles, numa atitude que reputo de astuta e clarividente actuação política, procure servir-se da

nova realidade, ganhando para si não só a nova hierarquia como todos os seus seguidores, transformando o Cristianismo em religião oficial do império. Falo do imperador Constantino, que promulgou o édito de Milão no ano de 313. A partir de então, não mais o clero da Igreja de Roma deixou de ser uma classe privilegiada dentro de qualquer Estado. Recordo que a evolução foi de tal natureza, que, na Idade Média, imperador ou rei do mundo cristão só o seria de pleno direito desde que investido ou reconhecido pelo papa. Veja-se o caso nacional, o de Afonso Henriques.

De resto, quem quiser conhecer um rosário quase infinito de escândalos ao nível da mais alta hierarquia de Roma só tem que se dedicar a ler a História dos Papas. É que o espírito do Cristianismo primitivo, aquele que falava em nome dos mais desfavorecidos, o que aclamava os humildes, o que actualizava as palavras de Cristo – «É mais fácil passar um camelo pelo buraco de uma agulha do que entrar um rico no reino de Deus.» – esse está cada dia mais distante do Vaticano e do que ele significa.

João Paulo II, no momento em que escrevo, está em mais uma das suas viagens de apostolado catequético pelo mundo, no caso concreto, pela América Latina (México) e América do Norte (Estados Unidos). Viaja para pregar contra os abusos do capitalismo neoliberal que lança na mais vil miséria milhões de pessoas por esse mundo fora, de que são as maiores vítimas as crianças. No entanto, num passado relativamente recente, não se coibiu de condenar bispos e, até, encerrar seminários na mesma América Latina pelo facto de desenvolverem e propagarem a chamada Teologia da Libertação, que mais não visava do que, servindo-se das palavras do Evangelho de Cristo, dar voz aos mais humildes de todo o mundo. A acusação foi a de que se

Não-sei-que diga !

tratava de uma teoria comunista, como se se tratasse de uma ideologia de Estado ou pusesse em causa a própria crença religiosa.

Todavia, hoje, está a pregar contra os excessos do capitalismo – vejam só! – viajando com o patrocínio de duas dezenas de multinacionais – os verdadeiros donos do mundo, os que põem e depõem governos, nada, absolutamente nada, lhes incomodando as fronteiras que, numa perspectiva de economia global, efectivamente, não existem – multinacionais, entre as quais figuram a Mercedes, a Pepsi, a cadeia de hotéis Sheraton e a Kodak!

No México, uma marca de batata frita do grupo Pepsi deuse ao luxo de colocar, no interior dos seus pacotes, uma colecção de cromos em que a figura é a de João Paulo II, como se fosse uma superstar da NBA, do mundo do futebol ou da Fórmula Um!

Entretanto, o Vaticano justifica a necessidade destes patrocínios: a viagem do papa custa 300.000.000\$00 por dia. Não, não me enganei. O que escrevi em algarismos foi, exactamente, trezentos mil contos, ou trezentos milhões de escudos, se preferirem. Confesso que fiquei atónito, quando o ouvi pela primeira vez, mas todos os noticiários posteriores só confirmaram a minha estupefacção. Não havia engano.

O leitor acha que tenho necessidade de continuar a escrever? Claro que já entendeu tudo! Fico-me por aqui.

## Portugal e o Futuro

Notícias de Gondomar, 15 de Fevereiro de 1999

Há vinte e cinco anos – completam-se no próximo dia 23 – obtida a autorização de Costa Gomes, chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, o general António de Spínola publica o livro Portugal e o Futuro – uma fulminante pedrada no charco – no qual contesta a política colonial do governo e defende a liberalização do regime, a adesão de Portugal à CEE, o fim da guerra e a constituição de uma federação de Estados, parcialmente soberanos, da qual fariam parte, com Portugal, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe.

Pela importância histórica do evento, permito-me transcrever algumas das palavras do general, que abanaram os alicerces de um regime que se pretendia sólido, mas que, no curto espaço de apenas dois meses, se haveria de revelar na sua verdadeira e efectiva fragilidade.

«O livro é muitas vezes uma resposta...», começa por afirmar o general, no intróito, numa espécie de justificação da sua publicação. Mas uma resposta a quê? «...Responde-se com um livro... à exigência social de difundir ideias... Responde-se também com um livro aos imperativos do direito à informação, que a crescente complexidade do mundo contemporâneo situou na primeira linha dos direitos humanos. Responde-se ainda com um livro a concepções da vida social e política que surjam como um desafio aos factos e aos homens...»

Não-sei-que diga !

Porque surgiu, então, este livro? A questão também a formulou o próprio autor. Tomando-o como um instrumento de um debate que se não deveria evitar, o general não se esquivou à resposta, dando conta de um clima de disputa entre ideários extremados por posições antagónicas que se afastavam de um ponto de equilíbrio, e elegendo a questão ultramarina como primeiro problema nacional de então, já que, na sua opinião, e utilizando as suas palavras, o futuro de Portugal dependia de uma adequada resolução das situações decorrentes da guerra que enfrentávamos, consumindo vidas, recursos e capacidades.

Sobre o estado da Nação e no que à guerra propriamente dita dizia respeito, alega textualmente: «Na ordem militar, haverá de reconhecer que o caminho para o futuro próspero de sobrevivência da Nação passa necessariamente pelo rápido restabelecimento da paz...» Tal objectivo antevia o general na adesão não só das populações ultramarinas, mas também na da própria massa combatente do inimigo – «o que se não consegue senão pela via das soluções políticas.» Aliás, para que as suas palavras não suscitassem quaisquer dúvidas sobre a necessidade inequívoca de uma solução política negociada, afirma um pouco mais adiante: «Podemos assim chegar à conclusão que, em qualquer guerra deste tipo, a vitória exclusivamente militar é inviável.»

O seu sonho era o da «construção de uma vasta Comunidade Lusíada sobre a autonomia progressiva de todas as parcelas», comunidade em que os laços morais prevaleceriam sobre os estatutos políticos, e na qual o Brasil poderia ter um lugar de destaque.

Gizava-se o desenho de uma federação de estados: «...o problema reside no restabelecimento de uma paz portuguesa no nosso Ultramar, o que se considera perfeitamente possível em

clima de clarificação, legitimação e reconversão a princípios consagrados que devem reger as relações dos territórios portugueses entre si, com a Metrópole e com o exterior, e ainda o perfil estrutural interno de cada um deles... A característica teórica da lei única do Minho a Timor conduz, de facto, a perigosos desvios entre o conceitual e o real...

Haverá então que não confundir «unidade» com «uniformidade», pois no nosso caso parece bem flagrante que só conseguiremos a desejada unidade por uma atitude volitiva gerada na pluriformidade orgânica das partes a unificar... Chega-se assim à conclusão de que uma concepção caracterizadamente uniforme, ainda que flexível, conduz pelo antagonismo à desagregação; enquanto que uma concepção pluralista de tipo federativo, eliminando do quadro o seu carácter antagónico, leva, pelo contrário, à unidade pelo caminho da solidarização.»

Como se ainda restassem dúvidas, esclarece: «Por tudo isto se entende que o desenvolvimento dos territórios de além-mar só é possível num quadro estrutural desembaraçado de estrangulamentos e, portanto, num clima de liberdade de relações compatível com uma estrutura a manter unificada, não apenas por um estatuto, mas pela reciprocidade das vantagens – que o mesmo é dizer no contexto de uma constituição de tipo federativo.»

Compreende-se, assim, a sua angústia como Presidente da República, depois do 25 de Abril, e a comoção com que, em 24 de Julho, numa alocução ao país, reconhece o direito dos povos africanos à autodeterminação. Era o ruir das suas profundas convicções.

Mas para se chegar à questão ultramarina, era necessário, antes de tudo o mais, abordar o problema premente da liberalização do regime:

Não-sei-que diga I

«Em todas as épocas o Povo Português lutou pela independência política, para que a Nação fosse um Estado, e para que fossem nacionais as suas leis.

Todavia, o problema hoje é diferente e bem mais grave. Sem ir mais longe na análise de toda uma mentalidade em processo de evolução, o fenómeno migratório é bem o reflexo da crise actual, pois prova à evidência que a independência política deixou de ser a meta do cidadão comum. O Português, quando movido pelo aguilhão da sobrevivência, já não hesita em trocar as leis do seu país pela sujeição à lei estrangeira, prescindindo portanto dos seus direitos de cidadão em favor do seu bem estar...

Haverá então que cuidar do pacto social, em ordem a reequilibrar a balança dos fluxos entre cada Português e a Nação, restabelecendo uns laços, reforçando outros, procurando sobretudo que cada cidadão se sinta melhor vivendo entre os seus e à maneira dos seus, em cuja vida participe com pleno direito de expressão...

É que a obediência de outrora, o respeito pela autoridade que se aplaudia, a identificação incondicional do governante com o chefe, tudo isso cedeu lugar à noção de que mandar é servir a comunidade; e as sociedades pretendem cada vez mais ser senhoras de julgar a forma como são servidas.»

Apesar da apertada censura, também fruto do testemunho dos emigrantes que cá vinham passar as suas férias, o cidadão estabelecia uma permanente comparação entre a forma de viver na sociedade política em que se achava integrado e os padrões de vida das sociedades paralelas.

Sobre a Europa, podemos ler: «No quadro deste imperativo, situamo-nos em preocupante atraso em relação a uma Europa em clima de progressiva integração económica. Não sobrevive-

remos à margem dela; e dela somos afastados por motivos de ordem económica e política. [...]

Tomando como referência o prazo limite da vigência do acordo de Bruxelas e circunscrevendo a análise ao quadro da estrutura económica que lhe preside, o exame dos dados estatísticos revela que, na hipótese do crescimento da economia nacional às taxas mais favoráveis, precisaríamos de 30 anos para recuperar o nosso atraso em relação aos países menos desenvolvidos do Mercado Comum. [...]

No limiar da nossa integração no Mercado Comum... o desequilíbrio mantém-se a nosso desfavor... A situação de guerra aliada à pressão social interna cria um clima de carências, encargos e incertezas que não favorece a reconversão económica.»

O espaço não permite que me alongue.

No dia 14 de Março daquele ano de Abril, ambos os generais, Costa Gomes e António de Spínola, faltam à cerimónia de apoio à «política ultramarina» do governo – conhecida como a manifestação dos generais do reumático – e são demitidos pelo Presidente do Conselho de Ministros dos cargos de chefe e vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, respectivamente.

Dois dias depois, dá-se o levantamento do Regimento de Infantaria 5, das Caldas da Rainha, numa primeira tentativa falhada, mas cujas consequências viriam a desembocar no 25 de Abril.

Apesar de não ter concordado com muita da orientação política do general, volvido um quarto de século, não tenho dúvidas de que, em termos históricos, Portugal e o Futuro será sempre a obra de um verdadeiro estadista e um livro de indiscutível referência.



Não-sei-que diga I

## Escravatura

Notícias de Gondomar, 28 de Fevereiro de 1999

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.<sup>54</sup>

Resultou o meu anterior artigo do facto de, a 23 de Fevereiro, se ter comemorado o 25º aniversário da publicação de Portugal e o Futuro, de António de Spínola, mas, por curioso que possa parecer, a mesma data mensal acaba por estar ligada a um outro acontecimento de reputada importância para a História de Portugal. Também a 23 de Fevereiro, embora no ano de 1869, é abolida toda a forma de escravatura em todo o território português, tendo-se mantido, todavia, os escravos com alguma ligação aos seus «senhores» até 1878, segundo alguns, devido à impossibilidade de se efectuar o pagamento das indemnizações previstas na lei.

O comércio de escravos é uma actividade que remonta a tempos remotos da chamada civilização, sendo uma prática comum na Grécia antiga, no Egipto, em Roma, etc. Pessoas sem escrúpulos cativavam pessoas livres para as venderem como instrumento de trabalho ou objecto de luxo e de prazer.

Em Roma, por exemplo, que, no tempo das conquistas, foi um enorme mercado de escravos oriundos dos prisioneiros de

---

54 *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, de 10 de Dezembro de 1948, artº 1º;

guerra, uma escrava formosa chegava a valer dez vezes mais que um homem destinado ao trabalho das minas.

Na Península Ibérica, a escravatura advém dos tempos dos colonizadores fenícios, gregos e cartagineses, povos que, nas suas pátrias, exerciam a sua prática. Desenvolveu-se com a dominação romana, nunca desaparecendo de todo durante a Idade Média, variando o número de escravos de acordo com a intensidade e a violência das campanhas da reconquista do território aos muçulmanos.

No que respeita a Portugal, desenvolve-se nos primórdios da expansão ultramarina, assistindo-se à ocupação dos engenhos do açúcar da Ilha da Madeira com escravos provenientes das Canárias, de Marrocos e da costa africana.

Com a descoberta das ilhas de Cabo Verde e com o estabelecimento de uma feitoria em Ribeira Grande, entendeu-se ser este arquipélago um porto seguro para os barcos portugueses que navegavam ao longo da costa africana. Mais resistentes ao clima que as pessoas idas da metrópole, os nativos da Guiné foram escravizados para povoarem as ilhas, o mesmo acontecendo, mais tarde, em relação a S. Tomé e Príncipe que receberam escravos provenientes da costa do Zaire e de Angola.

Com a descoberta da América, a primeira tentação foi a de escravizar o índio como resposta à necessidade de mão de obra indispensável à colonização. Cristóvão Colombo, por exemplo, na sua segunda viagem, trouxe um carregamento de índios para vender em Espanha. A rainha, Isabel, a Católica, porém, entendendo tratar-se de gente susceptível de ser catequizada, determinou a suspensão de tal prática, o que já se não passou em relação aos negros, que eram muçulmanos e, por isso, a sua sorte determinava-se em função dum antagonismo de crença. Contudo, uma sublevação de índios serviu de pretexto para que uma

Não-sei-que diga I

nova ordem entregasse os rebeldes à cobiça dos defensores da sua escravatura.

No Brasil, a primeira tentativa foi também a de escravizar os índios, mas os missionários cristãos encontravam nos ameríndios terreno propício à sua evangelização, pelo que os concentravam em pequenos núcleos em aldeias ou reduções (grupos de aldeias), sob a sua directa responsabilidade. Neste capítulo, mostraram-se particularmente bem sucedidos os Jesuítas. Lembro, a título de exemplo, o caso do Pe António Vieira, cujo Sermão de Sto António aos Peixes é um hino em defesa dos índios do Maranhão.

Numa feliz e sábia alegoria, o Padre prega aos peixes, já que o não ouvem os homens, dividindo o seu sermão em duas grandes partes: uma em que fala das virtudes dos peixes e outra em que fala dos seus defeitos. Ora, ao iniciar esta última, diz ele: «Antes, porém, que vos vades, assim como ouvistes os vossos louvores, ouvi também as vossas repreensões. Servir-vos-ão de confusão, já que não seja de emenda. A primeira cousa que me desedifica, peixes, de vós, é que vos comeis uns aos outros. Grande escândalo é este, mas a circunstância o faz ainda maior. Não só vos comeis uns aos outros, senão que os grandes comem os pequenos. Se fora pelo contrário, era menos mal. Se os pequenos comeram os grandes, bastara um grande para muitos pequenos; mas como os grandes comem os pequenos, não bastam cem pequenos, nem mil, para um só grande.»

Passados três dias, abandonava S. Luís do Maranhão e embarcava para Portugal às ocultas para escapar à fúria dos colonos. Nesta sua viagem a Lisboa, faz com que D. João IV aprove legislação favorável aos índios, agravando, assim, e como consequência, o conflito com os colonos no seu regresso ao Maranhão.

Tal estado de coisas conduziu ao incremento da escravatura dos negros, sobretudo da costa ocidental africana, que, deste modo supria as necessidades inerentes à extracção mineralífera, às plantações da cana e aos engenhos do açúcar. Foram centenas de milhar ao longo de séculos.

Suponho que, apesar de tudo, mesmo num mundo em que ainda pontificam, aqui e acolá, fenómenos de chauvinismo, racismo e xenofobia, a escravatura é já encarada como uma prática abominável. No entanto, para espanto meu, constato que o termo escravo ou servo, consoante a tradução, aparece já nos livros do Pentateuco, atribuídos, como se sabe, a Moisés, se bem que, como é pacífico entre os especialistas, ninguém acredite que os mesmos saíram, tal e qual, do punho do mesmo, como se ele se tivesse sentado a uma mesa e passado à prática da escrita. Antes se acredita que os mesmos terão resultado duma fixação que se foi operando ao longo dos tempos, conforme as histórias iam circulando de geração em geração, numa tradição oral e popular.

Seja como for, podemos ler, textualmente: «Abrão partiu como o Senhor lhe dissera, levando consigo Lot. Quando saiu de Harran, Abrão tinha setenta e cinco anos. Tomou Sarai, sua mulher, e Lot, filho do seu irmão, assim como todos os bens que possuíam e os escravos que tinham adquirido em Harran, e partiram todos para a terra de Canaã...»;<sup>55</sup> «Sarai, mulher de Abrão, que não lhe dera filhos, tinha uma escrava egípcia, chamada Agar. Sarai disse a Abrão: “Visto que o Senhor fez de mim uma estéril, peço-te que vás ter com a minha escrava. Talvez, por ela, eu consiga ter filhos”»;<sup>56</sup> «...Vinde, vendamo-lo

---

55 *Génesis*, 12, 4-5;

56 Gn, 16, 1-2;

Não-sei-que diga l

aos ismaelitas e que a nossa mão não caia sobre ele, porque é nosso irmão e da nossa carne”. E os irmãos consentiram. Passando por ali alguns negociantes madianitas, eles tiraram José da cisterna e venderam-no aos ismaelitas por vinte peças de prata. E estes levaram José para o Egito.»;<sup>57</sup> «As Leis Referentes Aos Escravos – Estas são as leis que lhes darás: Quando comprares um servo hebreu, ele servirá durante seis anos; no sétimo, readquirirá a liberdade sem a pagar.»;<sup>58</sup> «O Senhor falou a Moisés, no monte Sinai, nestes termos: “...mas no sétimo ano será concedido à terra um descanso, um Sábado em honra do Senhor... O que a terra produzir durante o seu descanso, servir-vos-á de alimento, a ti, ao teu escravo, à tua serva...”»;<sup>59</sup> «(IV) Guardarás o dia de Sábado, para o santificar, como te ordenou o Senhor, teu Deus... não farás trabalho algum: tu, o teu filho ou a tua filha, o teu escravo, macho ou fêmea, o teu boi, o teu jumento ou qualquer outro dos teus animais...»;<sup>60</sup> «Recordate de que foste escravo no país do Egito, donde o Senhor, teu Deus, te fez sair com mão forte e braço poderoso.»<sup>61</sup>

Está bom de ver que aqueles que foram escravos no Egito também se esqueceram de que o foram, apesar de apresentarem leis que, de certa forma, pareciam proteger os escravos. Cristo ainda não tinha passado pela terra, por isso desconheciam que se não deve fazer ao próximo aquilo que se não quer que nos seja feito. Mas, mesmo depois de Cristo, muito «cristão» o ig-

---

57 Gn, 37, 27-28 (os ismaelitas são uma tribo árabe descendente de Ismael, filho de Abraão e de Agar, a escrava de Sara, mulher de Abraão);

58 *Êxodo*, 21, 1-2;

59 *Levítico*, 25, 1-6;

60 *Deuterónimo*, 5, 12-14;

61 Dt, 5,15;

Manuel Maria

norou ao longo de dezanove séculos. É que o poder do século  
nem sempre é compatível com a ética e a moral duma religião.

Não-sei-que diga I

## Um Mundo minado

Notícias de Gondomar, 15 de Março de 1999

*«No dia seguinte, lá se deu início àquela operação de rotina, com três picadores de cada lado da picada, seguindo José António na Berliet, entre alguns dos seus homens, em amena cavaqueira com Leonel. Ainda não haviam percorrido os primeiros cinco quilómetros, quando se ouviu um rebentamento.*

*– É morteirada! – gritou alguém.*

*A um só momento, toda a gente que seguia nas viaturas, duma forma muito atabalhoada, se lançou ao terreno, de tal forma que, escapando, por milímetros, de levar com o racial na cabeça, José António apanhou uma coronhada do radiotelegrafista que saltou logo a seguir ao rádio. Ainda meio atordoado, ouviu gritar pelo enfermeiro.*

*– Não é morteirada, é mina... é mina... O Cascais... é mina... é mina... – gritavam, aflitos, da frente.*

*Leonel arrancou com a bolsa dos primeiros socorros e, ao ver o estado do Cascais, gritou:*

*– Alferes peça uma evacuação zulu, que o Cascais está sem uma perna.*

*Ao longe, na direcção da serra Bungoé, ouviu-se uma sequência de rajadas em jeito de festejo. José António não queria acreditar, mas, como que instintivamente, não perde tempo e dirige-se ao radiotelegrafista:*

*– Entra já em contacto com a companhia.*

*Quando responderam, ele próprio falou:*

– *Chamem o nosso bravo julieta com muita urgência, mas, antes de mais, peçam um mosca para evacuação zulu. Repito: peçam um mosca para evacuação zulu. Um bravo alfa sem perna. Diga se entendido.*

*«Correcto e afirmativo. Evacuação zulu para bravo alfa sem perna. Mantenha escuta.»*

*José António manteve-se em escuta, assistindo ao pedido de evacuação. Decorridos breves instantes, já o tenente-coronel Morgado se encontrava em diálogo com Guimarães, dando instruções para que o transportassem numa viatura para a companhia para se poupar tempo e facilitar o trabalho do helicóptero que já vinha a caminho.*

*– Está demorado, Leonel?*

*– Já tem as compressas e o garrote, e já lhe dei uma injeção para as dores; falta apenas aplicar o soro.*

*Enquanto o enfermeiro procedia à aplicação do soro, ao lado, improvisava-se, a toda a pressa, uma maca com duas estacas e duas mantas para o transportarem para a viatura que o iria conduzir ao quartel sem perda de tempo.*

*José António queria manter-se afastado, pois já só tinha na retina as imagens traumatizantes das chegadas ao hospital de Tete de militares em idênticas circunstâncias, que eram o pão-nosso de cada dia, quando fora visitar o primeiro-sargento que havia sido operado a uma fístula.*

*– Está a viatura pronta? – perguntou Leonel, sustendo o frasco do soro, enquanto dois dos outros picadores transportavam a maca improvisada.*

*– Abram a passagem! – ordenou José António.*

*Ao passar pelo comandante, o Cascais, com o rosto alagado em camarinhas e desfigurado de dor, não conteve uma última súplica:*



Não-sei-que diga l

– *Reze por mim, alferes, que eu vou morrer.*

– *Não vais nada, vais ficar bom. O helicóptero já está a chegar ao Daque e já estão à tua espera no hospital.*

– *Tenho muitas dores... Já não volto a ver a minha mulher e os meus filhos...*

– *Não digas asneiras, que ainda te cansas mais.*

– *Não deve resistir muito mais sem desmaiar* – disse o enfermeiro, enquanto o colocavam na viatura.

*José António não conseguiu estrangular duas lágrimas e desviou-se para o lado, para que ninguém notasse a sua própria fragilidade. Procurou recompor-se rapidamente e voltou ao rádio, informando que a viatura tinha partido. Do outro lado, mandam que se mantenha em escuta e que aguarde novas instruções.*

*Dirigiu-se ao Almada que tinha colocado o seu pessoal no interior da mata:*

– *Vamos manter-nos aqui até novas instruções.*

– *Como é possível uma coisa destas... Passaram os outros dois, e ele, que era o último... Já é o destino. Se ele tivesse passado, tinha rebentado no pneu da viatura e não tinha feito mal a ninguém*

– *Era dos melhores operacionais no mato, mas, na picada, tinha um pavor de arrepiar: nunca o vi à frente, ia sempre em último lugar. Se se pudesse ter uma equipa de seis picadores, ele seria o sexto, mas se fosse de dez, nunca seria outro, senão o décimo. Destino?... Para já, uma vida estragada: mulher... filhos...»<sup>62</sup>*

---

62 Manuel Maria, *Checa É Pior Que Turra* (Caricaturas da Guerra Colonial), Porto, 1996, edição do autor;

Não sei quantos Cascais existem no nosso país. Mas lembro-me de os ver entrar na urgência do hospital de Tete, lembro-me de os ver na Associação dos Deficientes das Forças Armadas, em Lisboa, após o meu regresso, uns já com próteses, outros ainda agarrados a canadianas, a sobreviverem à custa de miseráveis pensões de invalidez.

Cada dia que passa, multiplicam-se, nos diferentes continentes, incluindo a nossa Europa, os estropiados, vítimas de minas antipessoal. Para termos uma ainda que pálida ideia, basta estarmos atentos aos horrores que passam, diariamente, nos jornais das nossas televisões.

Calcula-se que, só em Israel, em ambas as Coreias e na Índia, 70 novas pessoas, por dia, fiquem mutiladas, e calcula-se que, por esse mundo fora, existam semeadas 110.000.000 (cento e dez milhões) de minas!

Enquanto uma mina antipessoal custa cerca de 500\$00, a sua remoção do terreno ultrapassa uma centena de contos, já que, uma vez implantada, não há mapa rigoroso da respectiva localização, ainda que se trate de um arquitectado campo de minas. É que, neste caso, o rigor não é o da ourivesaria e o risco da sua colocação é incomensuravelmente inferior ao da sua remoção.

Apesar de não gostar de fazer discriminações, porque um ser humano é sempre um ser humano, independentemente da sua idade ou do que representa, o que se constata é que, para cúmulo da ironia, as maiores vítimas têm sido civis, entre os quais se destacam crianças inocentes.

Acaba de ser assinada a Convenção de Ottawa que põe termo ao uso de minas antipessoal. No entanto, os Estados Unidos da América, a Rússia e a China, países fabricantes, não ratificaram a Convenção, e a nossa vizinha França, apesar de a ter as-

Não-sei-que diga l

sinado, continuará a possuir um efectivo de cinco mil unidades, com o argumento de que destinam a treino militar...

## Força determinada

Notícias de Gondomar, 30 de Março de 1999

Trabalhava no artigo que destinava ao presente número e, de súbito, senti uma força determinada de interromper o que estava a fazer, face ao anúncio do início da operação da NATO na Jugoslávia, e tentar compreender um pouquinho do que se estava a falar. Dei um pulinho à Agência Lusa e, do que aprendi, procurarei dar conta aos meus queridos leitores.

Saibam, pois, que o termo Jugoslávia significa, na língua servo-croata, Terra dos Eslavos do Sul, e que a ideia de um estado jugoslavo unificado surge durante o séc. XIX, ao tempo em que o desmembramento dos impérios proporcionou movimentos que conduziram à unificação de novos estados europeus como a Itália e a Alemanha.

O estado jugoslavo, de uma forma particular, tornou-se mais conhecido devido à figura do General Tito, dirigente do Partido Comunista e comandante do movimento *Partisan*, uma das forças de resistência à ocupação nazi durante a Segunda Guerra Mundial.

Com o final da guerra, o movimento *Partisan* sai vitorioso ao lado dos Aliados e o General Tito reunifica o Estado Jugoslavo sob uma ditadura comunista, instituindo a República Socialista Federativa da Jugoslávia, constituída pelas Repúblicas Socialistas da Sérvia, da Crácia, da Bósnia-Herzegovina, da

Não-sei-que diga !

Eslovénia, do Montenegro e da Macedónia e pelas províncias autónomas de Vojvodina e do Kosovo.

A constituição do Estado Jugoslavo não foi aceite do mesmo modo pela totalidade dos povos eslavos que dele faziam parte, pelo permanecia latente todo um conjunto de problemas cuja génese remonta a tempos anteriores à ocupação romana e à divisão do seu império em Império Romano do Oriente e Império Romano do Ocidente.

O Kosovo situa-se a sudoeste da Sérvia e faz ainda fronteira com a Macedónia, a sul, com a Albânia, a sudoeste, e com o Montenegro, a noroeste.

Os habitantes do Kosovo, Kosovars, de maioria albanesa (90%), consideram-se descendentes dos povos balcânicos pré-românicos que, antes da ocupação romana, habitavam as regiões da Albânia, do Kosovo e a parte ocidental da Macedónia.

No séc. XII, os Sérvios, oriundos do Norte, ocupam a região e, em 28 de Junho de 1389, o seu exército, comandado pelo Príncipe Lazar, enfrenta os turcos otomanos na batalha do Kosovo, da qual sai derrotado e com o Príncipe morto. A região é ocupada pelos turcos e os albaneses convertem-se em grande escala ao islamismo, vendo-se os sérvios mais resistentes obrigados a emigrar para o norte para escaparem às perseguições.

Esta batalha do Kosovo, talvez por uma questão de orgulho ferido, tornou-se um marco histórico e mítico para a nação sérvia, ao ponto da sua data ter sido instituída como o dia nacional da Sérvia.

Em 1453, dá-se o colapso do Império Romano do Oriente com a queda de Constantinopla, e, em 1459, verifica-se a derrota final dos sérvios face aos turcos. A Sérvia só voltaria a recuperar o Kosovo no final das guerras balcânicas (1912-1913).

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Kosovo é anexado à Albânia, ocupada pelos italianos, e, no final, passa a fazer parte da República da Sérvia, como província autónoma, na Jugoslávia Socialista de Tito. O General, consciente das ambições nacionalistas eslavas em relação ao Kosovo, por um lado, por forma a acalmar a população albanesa (maioritária no Kosovo, mas minoritária na Sérvia e no resto da Jugoslávia) e, por outro, por forma a retirar ao nacionalismo sérvio um dos seus símbolos mais emblemáticos, foi concedendo uma cada vez maior autonomia à região.

A Constituição da Jugoslávia de 1946 cria a Região Autónoma do Kosovo-Metohija e a de 1965 cria a Província Autónoma do Kosovo, ao mesmo tempo que é também criada a Província de Vojvodina, com governo e parlamento próprios.

Com a morte de Tito, em 1980, sucede-lhe uma presidência colectiva, constituída pelos presidentes das Repúblicas, mas na qual têm assento as Províncias Autónomas, sendo a chefia do Estado rotativa. A cisão dos estados vai iniciar-se a pouco e pouco.

Em 1986, a Academia de Ciências da Sérvia redige o *Memorando*, documento ultranacionalista que apoia a constituição de uma Grande Sérvia, incluindo todos os territórios onde viviam sérvios.

Em 1987, Slobodan Milosevic ascende a líder dos comunistas sérvios, erguendo como bandeira da sua campanha o nacionalismo e agitando a questão da autonomia da província sérvia do Kosovo, e, em 1989, com o acordo dos comunistas do Kosovo e da Vojvodina, faz alterar a Constituição da Sérvia e retirar a autonomia das províncias, passando o Kosovo a ser objecto de medidas discriminatórias e vivendo os albaneses em clima de tensão e conflito.

Não-sei-que diga !

Em 24 de Maio de 1992, em eleições não oficiais, a maioria albanesa do Kosovo elege presidente o escritor Ibrahim Rugova, líder da Liga Democrática do Kosovo, que passa a seguir uma política moderada, evitando o confronto com os sérvios e defendendo a continuação na Jugoslávia, mas com o estatuto de República.

A difícil situação económica da Sérvia, objecto de várias sanções da comunidade internacional pela sua intervenção no conflito da Bósnia, faz-se sentir duramente na região do Kosovo, desde há muito a região mais pobre da república, sendo que a crescente discriminação e perseguição da comunidade albanesa aumenta o descontentamento, contribuindo para o recrudescimento de um sentimento nacionalista e gerando forças que defendem a ruptura com a Jugoslávia e a união com a Albânia.

Conforme disse o Papa, com esta guerra, só perde a humanidade. E se é para isto que servem os nacionalismos, prefiro apenas a bandeira do meu clube de futebol (que descarreguem toda a raiva e energia na pobre da bola!) e passo a considerar-me tão só cidadão do mundo, direito que me assiste da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assim mo permitam!

## Força determinada II

Notícias de Gondomar, 15 de Abril de 1999

Temos assistido, na televisão, a imagens e testemunhos que, até há escassos dias, pensávamos serem apenas possíveis nos filmes que nos relatam acontecimentos da Segunda Guerra Mundial: horrendas e comoventes... atrozes e chocantes... vis e emocionantes... sórdidas e impressionantes... perversas e repugnantes... cruéis e lancinantes... bárbaras e degradantes...

Por isso, continuo a sentir uma força determinada que me não permite o silêncio, e dou comigo, sozinho, a falar alto: “Porquê, meu Deus, porquê?”

Foi a Europa, na primeira metade do século que agora termina, fustigada por duas guerras mundiais que, curiosa, mas desgraçadamente, tiveram também como palco o espaço do presente conflito, sendo que a primeira teve lá a sua origem.

Em 14 de Agosto de 1941, em plena 2ª Grande Guerra, dois Homens lúcidos, daqueles a quem chamam «verdadeiros estadistas» e cuja falta, pelos vistos, é cada vez mais notória, Franklin Roosevelt, presidente dos Estados Unidos da América, e Winston Churchill, primeiro ministro britânico, numa declaração conhecida por Carta do Atlântico, deram a conhecer ao mundo a sua intenção de defender a criação de um sistema de segurança internacional após o termo da guerra.

Na sequência desta intenção, vinte e seis nações aliadas assinam, em 1 de Janeiro de 1942, a Declaração das Nações Uni-



Não-sei-que diga I

das, na qual exprimem o seu completo acordo em relação aos princípios definidos na Carta do Atlântico.

Em Outubro de 1943, representantes da China, dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, reunidos em Moscovo, declaram «reconhecer a necessidade de estabelecer logo que seja possível uma organização internacional, baseada no princípio da igualdade soberana de todas as nações pacíficas, e aberta a todas estas nações, pequenas e grandes, para a manutenção da paz e da segurança internacionais.»

No verão de 1944, os representantes das mesmas potências, em Dumbarton Oaks (Estados Unidos da América), chegaram a um acordo sobre os princípios essenciais da estrutura da futura organização, ficando as resoluções resultantes do acordo conhecidas como Proposições de Dumbarton Oaks, publicadas em 10 de Outubro de 1944.

Reunidos em Yalta (URSS), de 4 a 12 de Fevereiro de 1945, o presidente Roosevelt, Winston Churchill e o marechal Estaline anunciaram que tinham decidido a convocação de uma Conferência das Nações Unidas em S. Francisco (Estados Unidos), para 25 de Abril de 1945, «a fim de preparar a carta desta organização segundo os princípios considerados durante as conversações de Dumbarton Oaks».

A Conferência de S. Francisco esteve reunida de 25 de Abril a 26 de Junho de 1945, data em que a Carta das Nações Unidas foi oficialmente ratificada pelos representantes de cinquenta nações e cujo preâmbulo abre com as seguintes palavras:

«nós, os povos das nações unidas, decididos:

A preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra que por duas vezes, no espaço de uma vida humana, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade;

A reafirmar a nossa fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações, grandes e pequenas;

A estabelecer as condições necessárias à manutenção da justiça e do respeito das obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional;

A promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de um conceito mais amplo de liberdade;

e para tais fins:

A praticar a tolerância e a viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos;

A unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais;

A garantir, pela aceitação de princípios e a instituição de métodos, que a força armada não será usada, a não ser no interesse comum;

A empregar mecanismos internacionais para promover o progresso económico e social de todos os povos;

resolvemos conjugar os nossos esforços para a consecução desses objectivos.

Em vista disso, os nossos respectivos governos, por intermédio dos seus representantes reunidos na cidade de S. Francisco, depois de exibirem os seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, adoptaram a presente Carta das Nações Unidas e estabelecem, por meio dela, uma organização internacional que será conhecida pelo nome de Nações Unidas.»

Não-sei-que diga I

Definidos os seus fins e princípios, a Carta das Nações Unidas precisa as atribuições de cada um dos seus principais órgãos.

A Assembleia Geral<sup>63</sup> constitui o órgão deliberativo das Nações Unidas e possui toda a competência para tratar todos os assuntos previstos pela Carta. Pode fazer recomendações aos Estados membros ou aos outros órgãos da ONU no sentido de desenvolver a cooperação internacional, tanto sob o ponto de vista político como económico, social, cultural e nos domínios do ensino e da higiene. Cada Estado membro é representado na Assembleia Geral onde dispõe de um voto. As decisões são, regra geral, tomadas com a maioria dos membros presentes, mas as questões consideradas importantes obrigam a que a sua deliberação seja efectuada com a maioria qualificada de dois terços dos votos, como, por exemplo, entre outros, os casos de recomendações relativas à manutenção da paz e da segurança internacionais e da eleição dos membros não permanentes do Conselho de Segurança.

«A Assembleia Geral reunir-se-á em sessões anuais ordinárias e em sessões extraordinárias sempre que as circunstâncias o exigirem. As sessões extraordinárias serão convocadas pelo Secretário-Geral, a pedido do Conselho de Segurança ou da maioria dos membros das Nações Unidas.»<sup>64</sup>

O Conselho de Segurança é composto por cinco membros permanentes (a República da China, a França, a Federação Russa (este membro em substituição da ex-URSS), o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte e os estados Unidos da América) e por dez membros não permanentes, eleitos

63 A Assembleia Geral é o órgão de que foi presidente, muito recentemente, o Prof. Freitas do Amaral;

64 *Carta das Nações Unidas*, Capítulo IV, art.º 20;

pela Assembleia Geral por um período de dois anos, «tendo especialmente em vista, em primeiro lugar, a contribuição dos membros das Nações Unidas para a manutenção da paz e da segurança internacionais e para os outros objectivos da Organização e também uma distribuição geográfica equitativa.»<sup>65</sup>

O Conselho de Segurança é um órgão em sessão permanente, podendo mesmo reunir-se noutros locais fora da sede da Organização, se os julgar mais apropriados à consecução do seu trabalho. Competindo-lhe inquirir sobre todas as questões ou situações susceptíveis de produzir um desacordo entre dois ou mais países, assiste-lhe, de igual modo, o direito de recomendar os meios de um regulamento pacífico, e, mesmo, em certos casos, os termos desse regulamento. As decisões «em questões de procedimento» devem ser tomadas por um voto afirmativo de nove membros. «As decisões do Conselho de Segurança sobre quaisquer outros assuntos serão tomadas por voto favorável de nove membros, incluindo os votos de todos os membros permanentes.»<sup>66</sup>

Estabelece-se, assim, a «regra de unanimidade das Grandes Potências», que, a não se verificar, dá origem àquilo que é designado por «direito de veto».

«O Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou acto de agressão e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas de acordo com os artigos 41 e 42, a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais.»<sup>67</sup> No entanto, compete ao Conselho decidir «sobre as medidas que, sem envolver o emprego de forças armadas, deverão ser tomadas para tornar

---

65 Ibidem, Capítulo V, art.º 23;

66 Ibidem, Capítulo V, art.º 27;

67 Ibidem, Capítulo VII, art.º 39;

Não-sei-que diga I

efectivas as suas decisões e poderá instar os membros das Nações Unidas a aplicarem tais medidas.»<sup>68</sup>

Todos os membros das Nações Unidas devem colocar à disposição do Conselho de Segurança, na justa medida das suas possibilidades, as forças necessárias à manutenção da paz e da segurança internacionais, tendo sido criada, para orientar e assistir o Conselho em todas as questões relativas às exigências militares, uma Comissão de Estado-Maior.

Face ao exposto, e não sendo mais exaustivo, é fácil constatar que valores como o respeito pelo Direito Internacional, a igualdade entre Estados soberanos (grandes ou pequenos), a renúncia ao uso da força das armas, salvo no interesse comum ou em caso de legítima defesa, a atribuição exclusiva de operações de manutenção da paz à ONU através dos seus «capacetes azuis» ou, a título excepcional, a forças aliadas, agindo sempre sob o mandato e jurisdição do Conselho de Segurança, foram consciente, deliberada e perigosamente desrespeitados.

Podemos, pois, concluir, sem eufemismos de qualquer espécie, que esta intervenção militar da NATO, à revelia da ONU, é uma agressão a um país soberano, independentemente das razões que a tenham motivado.

P.S.: Continua no próximo número.

---

68 Ibidem, Capítulo VII, art.º 41;

## Força Determinada III

Notícias de Gondomar, 30 de Abril de 1999

Foi meu propósito não enveredar por uma reflexão de índole pessoal sem, primeiro, facultar aos leitores elementos não só de carácter histórico, mas também de âmbito da política e do direito internacional, elementos subsidiários que, certamente, ajudarão a um mais criterioso juízo sobre o que está em causa.

Depois de concluirmos que, à luz do direito internacional, a intervenção da NATO na Jugoslávia é uma agressão de uma aliança militar estrangeira a um país soberano – o mesmo não aconteceu com a operação Tempestade no Deserto, que se seguiu a uma resolução do Conselho de Segurança, em Novembro de 1990, que autorizou os Estados-Membros a utilizarem «todos os meios necessários» para obrigar o Iraque a retirar do Koweit – podemos, eventualmente, questionar a celeridade e a eficácia com que a ONU se debruça sobre os mais variados conflitos no globo (muitos deles em simultâneo), a filosofia que determina o processo de composição do Conselho de Segurança e a designação dos seus membros permanentes, ou ainda a democraticidade nos momentos de decisão, uma vez que qualquer um dos mesmos membros permanentes pode exercer o seu «direito de veto», embora saibamos que, por força do disposto no capítulo VI, no n.º 3 do art.º 52, «aquele que for parte numa controvérsia se absterá de votar.»

Não-sei-que diga !

Seja como for, a ONU, entendendo talvez não se terem esgotado todas as possibilidades da via diplomática, mesmo as de natureza coerciva, ainda se não tinha decidido pelo emprego de forças armadas. Tal decisão é da exclusiva responsabilidade da NATO que, com o presente conflito, pretenderá evidenciar a imposição de uma nova ordem mundial, tutelada pelos Estados Unidos da América, com o progressivo e inevitável apagamento do papel da própria ONU, pelo menos como hoje é entendida.

O pretexto para intervenção militar, como tem sido propalado aos quatro ventos, é uma causa humanitária. Só que, causas humanitárias, há-as por todo esse mundo fora, mesmo dentro das fronteiras de países com os quais os Estados Unidos mantêm relações amistosas e privilegiadas, e não consta que, «por dá cá aquela palha», se desencadeiem intervenções da NATO.

O que me espanta é que os países da União Europeia – os maiores e os menores – no ano em que deram corpo à moeda única e em que se fala no seu alargamento, continuem subalternizados em relação a um «aliado» que continua a teimar em querer ser o polícia do mundo. E em fazer a guerra... mas sempre fora da sua própria terra. A quem interessa uma Europa cada vez mais dividida e mais fragilizada? A quem interessa o retrocesso do processo de degelo das relações de desconfiança entre a Europa ocidental e a Europa oriental (Rússia e seus aliados) do tempo da Guerra Fria?

Não sou militar, mas penso que, antes de se partir para uma operação como esta – não falando da sua justiça à luz do direito internacional! – é necessário definir, com rigorosa exactidão, os objectivos da mesma, os seus custos, as suas consequências e as alternativas a que se deverá recorrer no caso dos primeiros não serem alcançados.

Lembro-me de – era menino do liceu – ter ouvido um professor de História dizer que uma das mais importantes virtudes militares de Napoleão era o de não menosprezar o inimigo, procurando conhecê-lo até à exaustão, por forma a melhor o combater e o poder vencer.

Não acredito que, estando Slobodan Milosevic no poder há uma década, depois de todos os problemas ocorridos na Croácia e na Bósnia-Herzegovina, os interlocutores da política internacional não conheçam suficientemente bem este senhor. Atrevendo-me a ir mais longe, não acredito que, no Pentágono, não haja especialistas no domínio da Psicologia capazes de definir, com rara precisão, o carácter das personalidades com capacidade de influência política no planeta e a reacção psicológica dos potenciais inimigos. Concretizando, em relação ao presente, creio ser de todo improvável que o aparelho de guerra americano não soubesse já – como um mestre de xadrez que antevê, a quatro, cinco ou mais lances, a jogada do adversário – qual iria ser a reacção de Slobodan Milosovic.

Se este meu raciocínio não ferir a lógica mais elementar, seria de esperar, por parte dos Estados Unidos, que Milosovic se não rendesse de um dia para o outro; seria, igualmente, de esperar que, não podendo este vingar-se directamente na pele dos agressores, enveredaria pela retaliação daqueles que não dispõem de meios para a sua defesa, tanto mais que tal atitude cumpriria, afinal, o seu mais importante objectivo, isto é, a limpeza étnica no Kosovo. Diria que tudo isto estava já, cinicamente, previsto, restando, agora – despertados os sentimentos de indignação, revolta e solidariedade face às imagens que invadem as nossas casas – esperar pelo dia do desembarque das forças terrestres que terão a nobre missão de reconduzir os desalojados às suas próprias casas.



Não-sei-que diga !

Cumprir-se-ão os «objectivos» (aliás, para quem tanta experiência adquiriu na construção de «reservas» para os índios americanos, a construção de reservas para índios europeus é apenas um elementar exercício académico de mera rotina). Entretanto, terá desaparecido a esmagadora maioria daqueles que poderiam assumir, em suas próprias mãos, a responsabilidade da retoma da autonomia conferida por Tito e usurpada por Milosevic. Até ao momento, o que é que conseguiram os aliados da NATO com a sua agressão? Que o «mau da fita», representando, de forma muito convincente, o papel de vítima, visse reforçado o seu poder, conseguindo congregiar, à sua volta, a quase totalidade dos sérvios – corajosa e metonimicamente, transformados em alvos humanos! – incluindo a oposição.

Temo falar dos custos de tamanha barbárie. E temo, porque, antes de mais, teria de enveredar pelos números das perdas humanas, independentemente do lado em que se verifiquem. Uma monstruosidade! Por detrás de cada figura, não se ergue apenas um corpo, um rosto, mas um verdadeiro drama humano: os velhos choram, novos e crianças choram; indistintamente do sexo, homens e mulheres choram; os avós choram, os netos choram; os pais choram, os filhos choram; os irmãos choram e os esposos choram também. A morte espreita, despidoradamente, a todo o instante, seja na forma física de um projectil certo, seja na de um estilhaço tresloucado e assassino, seja nas epidemias que, não tarda, grassarão por todos aqueles campos e montanhas sem as mínimas condições de higiene e salubridade. E o que mais me dói é a consciência de que aqueles que manipulam os «soldadinhos de chumbo» são os menos afectados por toda a catástrofe e infortúnio. – Ó meu Deus, que andas muito distraído! Só tiveste olhos para os filhos de Israel escravizados no Egipto! Se todos os outros não passam de me-

ros enteados, também Tu não terás o direito de reivindicar para Ti mais do que o estatuto de um estranho padraço! Desculpa-me o desabaço! Por vezes, o desespero impede-nos de ver mais longe, e até já me esquecia de que os mesmos judeus foram vítimas de um holocausto nesta mesma Europa! Os Teus afazeres do céu impedir-Te-ão de olhar para o que se passa nesta miserável Terra!

E os custos financeiros? Ouço, diariamente, falar de milhões... e milhões... e milhões... de dólares! Só para fazer a guerra! Fiquei estupefacto, quando ouvi quanto custa um F 117, o «avião invisível» que, afinal, também é vulnerável.

E os milhões necessários agora para a imediata e imprescindível ajuda humanitária? E para o posterior repatriamento? E para a reconstrução de quanto está a ser destruído? Sim, que as multinacionais não deixarão escapar mais uma oportunidade para multiplicarem os seus milhões!

Razão tinha aquele pobre idoso sérvio, quando lhe deram voz numa reportagem: «todo este dinheiro gasto nas bombas, se aplicado no desenvolvimento dos povos da região, teria evitado esta guerra.» Ouvi-o e lembrei-me logo do nosso ditado: em casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão. Aliás, não é inocentemente que o recrudescimento dos movimentos chauvinistas e xenófobos são precedidos sempre de grandes crises de ordem social de que sobressaem, regra geral, elevados índices de desemprego: o estrangeiro, sério concorrente a um posto de trabalho que falta, acaba por ser eleito como um abominável adversário ou mesmo como um odioso inimigo.

Entretanto, assistimos a uma ONU praticamente atada de pés e mãos...

Não-sei-que diga !

P.S.: recomendo, veementemente, a leitura do ensaio *A nova ordem internacional*, de Diogo Freitas do Amaral, inserto no n.º 315 da revista *Visão*, de 1 de Abril de 1999.

## 8 de Agosto: a Esperança de Timor-Leste

Notícias de Gondomar, 15 de Maio de 1999

Ana Gomes, chefe da Secção de Interesses de Portugal em Jacarta, afirmou, há dias, numa entrevista concedida à Antena 1, a propósito da situação difícil por que estão a passar os timorenses, que “a esperança é a última coisa a morrer” e, neste momento, nem ela nem os timorenses abrem mão dessa mesma esperança.

Há vinte e cinco anos, na sequência do 25 de Abril, também Timor-Leste estava no D de Descolonizar que fazia parte do programa do MFA. Porém, o caminho que tomou o nosso processo revolucionário até ao 25 de Novembro de 1975, um certo ascendente da Fretilin no território timorense e o clima de guerra fria presente na época fizeram com que o mundo ocidental temesse que viesse a ser criada uma nova Cuba naquela zona do globo. E tanto bastou como pretexto, apesar das tentativas de Portugal junto da ONU, mesmo que tardias, pelo menos na opinião do último Governador Geral, o brigadeiro Lemos Pires.

A 7 de Dezembro de 1975, a Indonésia invadiu militarmente o território que, até hoje, ocupa ilegalmente e à revelia da própria ONU, que continua a considerar Portugal como potência administrante e Timor-Leste como território não-autónomo.

A 31 de Maio de 1976, as autoridades indonésias convocaram uma «Assembleia do Povo», para a qual nomearam 28 de-

Não-sei-que diga I

legados timorenses, fazendo aprovar uma resolução que reclamava a integração de Timor-Leste na Indonésia, ratificando depois o presidente Suharto, a 17 de Julho, uma lei que declarava Timor-Leste como a 27<sup>a</sup> província do seu país.

Das dificuldades por que tem passado Portugal no mundo diplomático ao longo de todos estes anos por forma a que ao povo timorense fosse reconhecido o direito de decidir sobre o seu futuro, todos nós sabemos. O que nem todos conhecem são as atitudes e posições assumidas por muitos dos chamados parceiros ocidentais, e não só.

Na sequência da publicação do livro de John Pilger *Distant Voices*,<sup>69</sup> Noam Chomsky<sup>70</sup> publica um artigo no jornal inglês *The Guardian*, a 5 de Julho de 1994, no qual desmascara toda a hipocrisia e cinismo do mundo ocidental e respectivos aliados em relação a tudo quanto se passou em Timor-Leste aquando da sua invasão pela Indonésia. Aliás, algumas das citações utilizadas por Chomsky são confirmadas por Lemos Pires no seu livro *Descolonização de Timor: Missão Impossível?*, apesar de utilizar fontes diferentes, o que apenas vem demonstrar a veracidade das afirmações.

A acusação de Chomsky de que a Indonésia, bem antes de invadir Timor, tinha já o aval da Embaixada Britânica em Jacarta, na pessoa de Gordon Duggan, é comprovada não só no livro de Pilger, que cita, como também no de Lemos Pires: «... sem dúvida, conforme visto por cá, é do interesse da Inglaterra que a Indonésia absorva o território logo que possível e com o menor espalhafato, e se se chegar a uma situação em que haja problemas nas Nações Unidas, devemos manter a cabeça baixa

69 Vozes Distantes (tradução pessoal);

70 Professor no departamento de Linguística e Filosofia do Instituto de Tecnologia de Massachussetts (EUA);

e evitar tomar uma posição contra o Governo da Indonésia.»<sup>71</sup> Por sua vez, também a atitude do embaixador australiano em Jacarta, Richard Woolcott, é igualmente criticada por Pilger que denuncia o interesse deste país no chamado «Timor Gap»,<sup>72</sup> que poderia ser mais facilmente negociado com a Indonésia que com Portugal ou um Timor independente. Vejamos a citação utilizada por Lemos Pires: «Temos todos consciência do interesse da defesa australiana na situação do Timor Português mas gostava de saber se o Departamento já se apercebeu do interesse do ministro ou do Departamento de Minerais e Energia na situação de Timor. Parece-me que esse Departamento poderia ter interesse em colmatar a brecha no acordo sobre os limites marítimos e isso seria mais facilmente negociável com a Indonésia encerrando o presente, do que com Portugal ou com o Timor Português independente.

Sei que estou a recomendar uma posição pragmática mais do que de princípio mas afinal é disso que trata o interesse nacional e a política externa, tal como foi reconhecido mesmo por países como a China e a União Soviética, que formulam a sua política externa em bases ideológicas.»<sup>73</sup>

No entanto, segundo a denúncia de Chomsky, as razões para apoiarem os «crimes da Indonésia» ultrapassavam a mera defesa dos interesses no caso do petróleo: estava em causa o controlo duma passagem, em águas profundas, para submarinos nucleares e a Indonésia tornara-se um aliado privilegiado

---

71 Lemos Pires, *Descolonização de Timor-Leste: Missão Impossível?*, citando *Australia's Defense and Foreign Policy Documents 1968-75* (Tradução da Comissão para os Direitos do Povo Maubere), Publicações Dom Quixote;

72 Tratado sobre a exploração do petróleo da costa de Timor;

73 Lemos Pires, *ibidem*;

Não-sei-que diga I

desde que o general Suharto tomara o poder, em 1965, com um «banho de sangue a ferver», «as melhores notícias provenientes da Ásia nos últimos anos para o Ocidente», segundo a Time.

Aliás, o embaixador australiano Richard Woolcott, na mesma mensagem para o Ministério dos Negócios Estrangeiros do seu país, evidencia, numa forma eloquente e elucidativa, que a Austrália, a adoptar o seu ponto de vista, não se encontraria isolada. Nesse documento, dá conta da posição dos Estados Unidos através das palavras do seu embaixador, David Newson: «Conto tornar a encontrar-me com Newson na segunda-feira, mas a sua atitude presente é de que os Estados Unidos devem manter-se afastados da situação do Timor Português e deixarem os acontecimentos seguir o seu curso. O seu comentário um tanto cínico foi de que, se a Indonésia deseja intervir, os Estados Unidos esperam que o façam “eficazmente, rapidamente, e que não utilizem o nosso equipamento”.»<sup>74</sup>

Ainda segundo Chomsky, o próprio embaixador na ONU, Danil Patrick Moynihan, respeitado pela sua postura no que concerne à defesa da lei internacional e dos direitos humanos, terá afirmado, nas suas memórias, que “os Estados Unidos desejavam que as coisas acontecessem como aconteceram e que dessem este resultado”. E continua: “O Departamento de Estado desejava que, nas Nações Unidas, quaisquer medidas empreendidas resultassem absolutamente ineficazes. Esta tarefa foi-me confiada e eu levei-a adiante com considerável êxito”.

Os governos ocidentais estavam, pois, totalmente conscientes do que estava a acontecer, ao contrário do que pretenderam dar a entender depois. O próprio Secretário de Estado Henry Kissinger, ainda segundo Chomsky, apenas temia que esta

---

74 Ibidem;

cumplicidade viesse a público, podendo ser usada contra si “por inimigos políticos reais ou imaginários”.

O resultado de tudo isto são os números do genocídio, que Moynihan compara ao que se passou na União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, países ocidentais, mesmo da União Europeia, continuaram a fornecer armas à Indonésia!

Pelo caminho, ficam Santa Cruz, Alas, Ermera, Liquiçá, Suai, Díli e as imagens de todos os terrores perpetrados, impunemente, pelo exército ou pelos bandoleiros das milícias armadas que actuam odiosa e irracionalmente perante a passividade e a complacência das chamadas forças da ordem, mesmo depois de assinado o acordo de 5 de Maio, em Nova Iorque.

Não duvido do empenho e da seriedade do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, mas tenho todos os motivos para duvidar, sem quaisquer reservas, das intenções da Indonésia. Bem sei que, por vezes, sou muito céptico, mas sempre me pareceu que o rápido volte-face da Indonésia em relação a Timor-Leste, mesmo depois da deposição de Suharto, mais não era do que um presente envenenado. É claro que compete às pessoas de boa fé libertar o presente do respectivo veneno por forma a que a Indonésia, no fim, conclua que, afinal, o tiro lhe saiu pela culatra. Até lá, tudo farão, ou permitirão, no sentido da situação evoluir para uma verdadeira guerra civil, que justificaria não só a sua agressão de há vinte e quatro anos como a evidência da impossibilidade da sobrevivência pacífica do povo timorense fora da sua própria alçada.

Mais do que nunca, apesar da sentida e justa revolta dos dirigentes do CNRT,<sup>75</sup> é absolutamente indispensável a manuten-

---

75 Conselho Nacional da Resistência Timorense;



Não-sei-que diga I

ção do necessário sangue frio, mesmo quando ainda se assiste ao derramar de sangue palpitantemente quente, por forma a não facultar ao inimigo qualquer pretexto de que possa tirar partido, por menor que seja.

É evidente que Portugal e toda a comunidade internacional devem continuar a pressionar a ONU para que, efectivamente, se criem condições para uma verdadeira consulta popular. No fundo, pressionar a ONU no sentido de permitir que a esperança não morra e se concretize efectivamente. Então, entender-se-á, de forma conclusiva, o verdadeiro alcance da atribuição do Nobel da Paz a D. Ximenes Belo e a Ramos Horta.

Um abraço para todo o povo timorense na pessoa do seu líder carismático Xanana de Gusmão, que continua a pensar mais nas condições de terror em que vive o seu povo do que na sua própria libertação. Mas esta é a dimensão dos verdadeiros homens e dos verdadeiros líderes.

## No Dia de Santo António, Vamos a Votos

Notícias de Gondomar, 30 de Maio de 1999

No dia de Santo António, vamos a votos.

Do santo popular, muita gente sabe tão pouco e, no entanto, dos portugueses, foi dos maiores entre os maiores, dos mais ilustres entre os mais ilustres. E foi-o, porque não quis ser apenas cidadão de um país que ainda afirmava a sua nacionalidade, optando por ser evangelizador do mundo, tendo passado pelo norte de África e indo parar a terras de Itália ao encontro do patrono da sua ordem religiosa, S. Francisco de Assis.

Nascido em Lisboa, a 15 de Agosto de 1195, reinava em Portugal D. Sancho I, Santo António viria a morrer em Pádua a 13 de Junho de 1231, data que agora comemoramos.

Fernando de Bulhões – assim se chamava – aprendeu as primeiras letras na Sé de Lisboa, já que seus pais viviam muito próximo do local.

Desde muito cedo, ter-se-á sentido atraído pelo misticismo que observava em torno da Sé e, aos quinze anos, resolvia voltar as costas ao mundo, pedindo aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, com claustro em S. Vicente de Fora, às portas da cidade, que o acolhessem no seio da comunidade. Terá sido breve e fervoroso o seu noviciado, mas a sua sede por uma ciência que lhe alimentasse ainda mais a sua religiosidade levou-o até Santa Cruz de Coimbra, afamado centro de estudos dos

Não-sei-que diga I

mesmos Cónegos Regrantes, onde se viria a revelar como um profundo estudioso e conhecedor das Escrituras Sagradas. Mas o seu modelo era mesmo Cristo, o crucificado, revelando, desde muito cedo, uma atracção por uma vida de martírio que o pudesse aproximar da figura do redentor.

Certo dia, terão chegado a Coimbra, enviadas pelo infante D. Pedro, as relíquias de cinco Franciscanos que haviam morrido em Marrocos quando tentavam espalhar a sua fé. Estes Santos Mártires tê-lo-ão feito sentir que, afinal, o que exultava dentro de si não era o estudioso e homem de claustro, mas o pregador que sente a necessidade de espalhar a luz pelo mundo.

Na sua simplicidade, faz voto de pobreza e troca a túnica branca de linho dos Cónegos Regrantes pela estamena dos Franciscanos. Os seus sermões tornam-se célebres e, numa homilia, não poupou aquilo que considerava as pragas do mundo: os usurários, os soberbos e os homens da lei, que «para ganhar dinheiro ladram nos pretórios como cachorros». É, pois, um verdadeiro advogado dos humildes e um acérrimo crítico em relação aos que simbolizam o poder. Se todos nos assemelhássemos mais com o santo popular, este mundo seria bem mais humanizado.

Pois no dia de Santo António, vamos a votos... Vamos votar para eleger deputados para o Parlamento Europeu, os chamados eurodeputados. E assim como me palpita que muita gente conheça mal o santo popular, também me palpita que, no próximo dia 13, haja ainda muita gente que não saiba, efectivamente, o que está a fazer. Por isso, não me espanta que, neste momento, os responsáveis políticos estejam muito preocupados em relação à abstenção, tendo, até, já alguém da nossa praça lamentado que os responsáveis da União Europeia não se tenham preocupado com a particularidade portuguesa – eu diria mais

lisboeta! – de o dia das eleições coincidir com um feriado que, na sequência de um outro de carácter nacional, propicia uma ponte alargada, o que facilitará a desmobilização daqueles que trocam tudo por um bom dia de praia, de preferência no Algarve.

Mas mais do que tudo, se existe défice de informação em relação à União Europeia, a culpa é dos políticos, dos nacionais e dos da União. O que é que têm feito uns e outros para que os cidadãos dos diferentes países da União se sintam, efectivamente, cidadãos europeus? Pelo menos no nosso país, nada! Nada que seja visível. Mas em terra de cegos, quem tem um olho é rei! O pior é que, na mesma terra, ao contrário do nosso santo, não falta quem faça uso dos dois! É que, assim, são duas vezes reis!

Sigamos nós, pois, um pouco o exemplo de Santo António, mesmo aqueles que entendem que a estamenha está totalmente fora de moda, e procuremos aprender sempre mais qualquer coisinha, para que haja, cada vez, menos reis com um só olho. Era até uma forma de ajudarmos o nosso bom amigo Dr. Mário Frota – que muita gente adora ver e ouvir – no seu tão louvável combate.

O Notícias de Gondomar começou já, há alguns números, a cumprir o seu papel cívico de formar e informar os seus leitores acerca dos aspectos mais importantes relacionados com a União Europeia. É provável que outra imprensa o faça também por esse país fora, mas, pelas razões mais diversas, as pessoas acabam, as mais das vezes, por não ter acesso à leitura, quedando-se apenas pela informação redutora que lhes é proporcionada pela televisão, no que concordo com a análise que faz o Professor Milan Radhos na entrevista concedida ao nosso jornal e publicada a 30 de Abril.

Não-sei-que diga !

Pretendemo-nos cidadãos europeus, mas duma Europa bem mais próxima do espírito de Santo António, isto é, mais justa, mais fraterna, mais solidária. Não duma Europa monetarista, apenas preocupada com uma moeda única e com a livre circulação dos bens de consumo. Esta seria uma Europa totalmente desumanizada. A Europa que se pretende deverá ser um território onde não haja exclusão social, onde se verifique a igualdade de tratamento em relação às pessoas, independentemente da diferença de sexo, raça, ou crença religiosa; a Europa que se pretende deverá ser guardiã de uma sã política ambiental e defensora intransigente de uma verdadeira e eficaz saúde pública; a Europa que se pretende deverá zelar, permanentemente, pela protecção dos consumidores; a Europa que se pretende deverá ser uma Europa onde se não ouça falar de desemprego. Não faz sentido que, num território que assegura 20% da produção mundial, quando a sua população apenas representa 6% da população do globo, se faça sentir ainda o espectro da fome; não faz sentido que, num espaço económico que, em larga medida, é auto-suficiente (92%), ainda subsistam 18 milhões de desempregados e um nível preocupante de desemprego de longa duração.

Por tudo isto, devemos vincar, de forma que não suscite dúvidas, que as pessoas desejam viver numa União em que os seus direitos fundamentais sejam plenamente respeitados; por tudo isto, devemos manifestar que os cidadãos pretendem que as Instituições da União sejam compreensíveis para todos – e não apenas para quem tem um olho, ou mesmo os dois – e transparentes.

Julgo começar a ser tempo da União pensar em reunir numa espécie de Magna Carta ou Constituição Europeia toda a legislação fundamental que anda espalhada por não sei quantos tra-

tados de que a maioria dos cidadãos não tem conhecimento. É uma condição essencial para que a União seja melhor compreendida e aceite pelos seus cidadãos. E, além do mais, um cidadão informado é mais e melhor cidadão, por mais que custe aos que já têm um ou mesmo os dois olhos... Mas estes não sabem por que comemoramos o dia de Santo António...

P.S.: Para que os governantes portugueses não percam a autoridade moral junto da Comissão Europeia em relação às suas reivindicações no âmbito do 3º Quadro Comunitário de Apoio, é indispensável que, de uma vez por todas, reconheçam que Portugal não é apenas Lisboa e o Vale do Tejo. Há muita região por este país fora a necessitar, urgentemente, de uma solidária aplicação dos fundos comunitários.

## Do Sentido do Penta a um Sexto Sentido que Prenuncia o Hexa

Notícias de Gondomar, 15 de Junho de 1999

Penta- é um elemento de formação de palavras, de origem grega, que exprime a ideia de cinco.<sup>76</sup>

O cinco é um número que vai buscar muito do seu simbolismo ao facto de, por um lado, ser a soma do primeiro número par com o primeiro número ímpar ( $2+3$ ) e, por outro, estar no meio dos nove primeiros dígitos, sendo, por isso, segundo os Pitagóricos, um símbolo de união. É também símbolo da harmonia e do equilíbrio por ser o número do centro.

Na cultura ocidental, o cinco associa-se a coisas como o Pentateuco, os cinco livros atribuídos a Moisés, que constituem a Tora do Antigo Testamento. O milagre da multiplicação dos pães, fê-lo Cristo a partir de cinco, saciando, assim, a fome de quatro mil pessoas. Cinco são também as suas chagas, facto tão importante, que até no escudo da bandeira nacional as mesmas estão simbolizadas.

O simbolismo pentagonal está ainda associado aos cinco sentidos do homem, e a sua harmonia surge também, por vezes, de uma forma exuberante, na arquitectura gótica, onde a estrela de cinco pontas ou a flor de cinco pétalas firmam o seu testemunho.

---

76 Do grego pénte, «cinco» (*Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto Editora);

O seis também não deixa de ser um número significativo, se tivermos em conta que a criação do mundo, chamada Hexaemeron, segundo o Génesis, foi consumada em seis dias: “Deus abençoou o sétimo dia e santificou-o, visto ter sido nesse dia que Deus repousou de toda a obra da criação.”<sup>77</sup> Por seu lado, Santo Agostinho considerava o seis um número de profundo significado por representar a soma dos três primeiros números (1+2+3), sendo que o três é o símbolo da perfeição, como veremos mais adiante. Seis são as obras de caridade mencionadas no Evangelho de S. Mateus (25, 35-37), e de seis pontas é também a estrela do “selo de Salomão” e a estrela de David, formada pela sobreposição de dois triângulos, e que faz parte da bandeira de Israel.

O três, na nossa cultura, simboliza a perfeição por excelência: é o número da Santíssima Trindade. Para além disso, traduz uma atitude intelectual ou espiritual em ordem a Deus, ao cosmos e ao homem; resulta da união do 1 e do 2, logo da União do Céu e da Terra. Três são as virtude teologais e três foram os Reis Magos. Assim sendo, o seis acaba por ser o símbolo duma dupla perfeição, e começamos, então, a compreender a insistência com que já se fala do hexa ou, segundo o neologismo agora criado, do bitri.

Para bom entendedor, meia palavra basta, pelo que não me restam dúvidas de que o caro leitor já sabe de que é que estou a falar.

Há alguns anos atrás – era, então, deputado ao Parlamento Europeu – disse o já falecido Francisco Lucas Pires (creio que era simpatizante do Benfica): «Fez mais o Futebol Clube do Porto pela sua cidade e por todo o norte do país do que quantos

---

<sup>77</sup> *Génesis*, 2, 3;



Não-sei-que diga !

governos passaram pelo Terreiro do Paço depois do 25 de Abril.» Não vou jurar que tenham sido, exactamente, estas as palavras utilizadas, porque estou a citar de memória, mas o seu espírito não andará muito distante.

Efectivamente, quando ainda miúdo da escola, já ouvia dizer que o Porto trabalhava, Coimbra estudava, Braga rezava e Lisboa mandava. Era uma tetralogia em perfeita sintonia com a trilogia, dita perfeita, do Deus, Pátria e Autoridade. E depois lá vinha a anedota do Salazar e dos quatro FF:

«– Eu entretenho todos os portugueses com os quatro FF!

– Mas então Fátima, fado e futebol não são só três?

– São! Mas aqueles que não forem com Fátima, fado ou futebol, lixo-os!»

Como compreende o leitor, «lixo-os», por razões óbvias, não começa por F, mas qualquer um o pode fazer começar.

Já Eça de Queirós, n' Os Maias, notava a rivalidade existente, no século passado, entre o Porto e Lisboa, e dizia o escritor que o grande mérito dessa rivalidade era o progresso que poderia propiciar o facto de cada uma das cidades querer suplantar a outra. Até aqui, tudo bem, só que o desenvolvimento da capital fez-se sempre à custa duma vontade política suportada financeiramente pelos impostos e contribuições de todo o país, enquanto o Porto tem desenvolvido a sua fisionomia, sem nunca perder nada da sua identidade, sempre à sua própria custa. Bem sei que, agora, não faltará quem diga que este tipo de discurso revela provincianismo e complexo de inferioridade, e que até já não tem razão de ser, já que vamos ter o Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura e até já está adjudicado o Metro de superfície. Grande favor, que muito agradecemos do fundo do coração... Compare-se, todavia, quantos milhões são gastos em Lis-

boa e Vale do Tejo por cada milhão que seja gasto na Área Metropolitana do Porto ou no resto do país.

Talvez por isso, contra tudo e contra todos, o Futebol Clube do Porto ergueu-se numa espécie de porta-estandarte de quantos aspiram a ver-se livres do jugo imposto pela capital, e, se me permitem, até já pode ser considerado o Campeão da Democracia, já que, neste momento, tem já mais campeonatos de futebol que todos os outros, mesmo que somados, desde 25 de Abril de 1974. Sim, que, no futebol, também se fez sentir o 25 de Abril!

E porque despertou o Futebol Clube do Porto e não outro? Porque – sempre se soube – o Futebol Clube do Porto é o único, repito, o único clube de província que nunca aceitou, na sua direcção, alguém que fosse adepto ou simpatizante de qualquer dos de Lisboa. Conhece-se, por exemplo, a simpatia que o ex-presidente do Boavista, Major Valentim Loureiro, nutre pelo Sporting, de que, eventualmente, até poderá ser sócio... É público que o Dr. Pimenta Machado, presidente do Vitória de Guimarães, se tornou sócio do Benfica, talvez sonhando com a possibilidade de poder vir a ser, um dia, candidato à presidência dos encarnados... Apenas dois exemplos dos mais conhecidos, e do Norte... Outros terão, hoje, simpatia pelo Futebol Clube do Porto. Admito-o. Mas só será possível assistir-se a novos fenómenos como o do Futebol Clube do Porto, quando os dirigentes da província entenderem que os interesses do clube da sua região estão acima das suas próprias simpatias e interesses.

Confesso que nutro muita simpatia pelos clubes representativos das diferentes regiões do meu país. Por isso, também me congratulo pela subida do Santa Clara dos Açores, independentemente das cores da sua bandeira; por isso, me deixei também envolver pela alegria efusiva dos alentejanos ao verem o

Não-sei-que diga !

Campomaiorense na final da Taça de Portugal; por isso, lamento que Trás-os-Montes se veja privado do seu representante na 1ª divisão; e o mesmo em ralação à Académica de Coimbra, que atrai a simpatia de quase toda a gente, embora, por vezes, como chegou a acontecer este ano, pareça ser perseguida pela desdita, ou pelos desditos... E até o Beira-Mar, clube representativo da Beira Litoral e que se viu morrer na praia... Ah se o Salgueiros jogasse sempre assim...

Agora o que não favorece nada o despontar de clubes representativos das regiões são, sem dúvida, as rivalidades mesquinhas alimentadas por populações de duas freguesias vizinhas. Talvez, um dia, despertem para o que, realmente, lhes é mais importante, em prejuízo natural do absolutamente acessório.

Para finalizar, uma pergunta apenas para quem tem telhados de vidro: quem é que acompanhava o Sr. Major Valentim Loureiro, no camarote do Estádio do Bessa, no jogo entre o Boavista e o Beira-Mar? As imagens da televisão não deixam enganar... A propósito: o árbitro não viu uma claríssima grande penalidade sobre o Ricardo Sousa, mas o Boavista ganhou e o Beira-Mar perdeu... Já agora, o resultado: 2 – 1!

P. S.: 1. Só espero que os profissionais do Futebol Clube do Porto cumpram a sua promessa: a de não entregarem o título a ninguém, e muito menos de mão beijada. Os outros, se o quiserem, que o conquistem.

2. Se eu ocupasse a Presidência duma Câmara Municipal da Área Metropolitana do Porto, já teria encomendado a contabilidade dos adeptos e simpatizantes do F. C. do Porto no conselho. O contrário é, no mínimo, uma distração politicamente incorrecta...

## Ideias ao Acaso

Notícias de Gondomar, 30 de Junho de 1999

Pois, no dia de Santo António, fomos a votos... E, tal como já o disse um dia, antes de mais, o voto é um direito sagrado, mas é, igualmente, um dever cívico. Disse também que quem não respeita os seus próprios direitos e não cumpre os mais elementares deveres cívicos sem motivo impeditivo de força maior não é credor do mínimo respeito, e desenvolvi o meu pensamento sobre o assunto, em relação ao qual as pessoas não têm que manifestar qualquer concordância, ainda que tal as leve a reflectir. Fi-lo a posteriori, pelo que o meu juízo em nada poderia prejudicar o acto eleitoral entretanto realizado.

Porém, o senhor Presidente da Comissão Nacional de Eleições, na alocução que antecedeu o último acto eleitoral, não esteve com papas na língua e tratou de chamar maus cidadãos a quantos viessem a optar pela abstenção. É claro que o compreendo. É claro que, por outras palavras, já andei e ando próximo do que ele pensa. É claro que o articulado da Constituição da República com que se justificou lhe confere razão. Mas deveria ser igualmente claro que ele pudesse prever que ninguém gosta, ainda que lhe não assista qualquer razão, de se ver confrontado com uma acusação que, no mínimo, poderá ser tudo menos simpática, podendo provocar um efeito totalmente contrário ao desejado. E, pelos vistos, a fazer fé nas palavras dos entrevistados pelas diferentes estações de televisão, a reacção foi exactamente a que menos interessava ao acto eleitoral.

Não-sei-que diga !

É ainda claro que ninguém se deve governar com o mal do seu vizinho, mas, no fundo, sempre que nos encontramos em situação de desgraça, sentimo-nos menos desgraçados se estivermos acompanhados na mesma desgraça ou se a desgraça dos outros for ainda maior. E o que aconteceu é que a abstenção varreu toda a Europa, com particular realce – a roçar o escândalo! – no Reino Unido, o que nos leva a interrogar sobre o verdadeiro espírito europeu, evidência de que, certamente, não estarão isentos de culpa os políticos da mesma Europa.

Não fora a abstenção e diria que estas eleições teriam sido, pela primeira vez, as eleições perfeitas! É que, pela primeira vez – creio não errar, mas, se errar, também não fico minimamente preocupado, depois de quanto tenho lido e ouvido dos analistas ou fazedores de opinião profissionais! – dizia eu, pois, que, pela primeira vez, perante resultados tão díspares, todos ganharam e todos ficaram seraficamente satisfeitos: paz na terra aos homens de boa vontade! E que não lhes falte nunca a bênção celestial! Era ouro sobre azul se o mesmo se pudesse passar nos campeonatos do nosso futebol: resultados todos tão diferentes, mas sempre todos iguais! Uma espécie de slogan contra o racismo... No final, todos seriam campeões, nenhum seria despromovido, mas, pelo contrário, todos promovidos! Na paz do Senhor e em plena harmonia, como os anjos e os arcanjos, os querubins e os serafins...

A propósito: não acredito que haja tantos vencedores nas próximas eleições... E é pena, porque lá se vai a paz dos anjos... Estou para ver o que dizem, depois, os políticos e os analistas, porque o povo sempre vai dizendo no rifão: candeia que vai à frente... Bem sei que o ditado se ficou pela metade, mas, como diz a mesma sabedoria popular, para bom entendedor...

Também poderia ficar por aqui, mas, já agora, completo: meia palavra basta!

Como em tudo, mais vale tarde do que nunca! Se, por um lado, lamento que muito do que escrevi sobre a guerra nos Balcãs se viria depois a confirmar, regozijo-me, por outro, com o facto da ONU ter conseguido chamar a si o problema por forma a que tivesse sido possível discutir as condições de paz que vieram a ser negociadas. É inegável que quem fomenta ódios por questões de nacionalismo chauvinista e irracional xenofobia é, potencialmente, um criminoso, com todas as letras, e Slobodan Milosevic não o é apenas potencialmente, é-o de facto. Só não compreendo os efeitos práticos dum tribunal que dimana um mandado de captura por crimes contra a humanidade e as autoridades internacionais, em vez de tudo fazerem para o entregarem à justiça, dialogam com o mesmo sobre as condições para o cessar fogo... Contas de um outro rosário...

É condenável, a todos os títulos, a limpeza étnica perpetrada pelos sérvios sobre os kosovares durante o largo período que duraram os bombardeamentos, mas não é menos condenável a tentativa de vingança que obriga, agora, à debandada dos sérvios, apesar do acordo de paz estabelecido e das tentativas das forças da KFOR para a sua observância. Bem sei que a vivência das situações não se compadece com a observação feita à distância e que não vai ser fácil fazer esquecer ódios alimentados, por vezes, de forma tão sádica e desumana. Porém, um erro nunca deverá ser remediado com outro erro e, neste caso, um genocídio nunca poderá justificar outro genocídio. Esperemos que os homens sejam sensatos por uma vez...

O Governo, antes de divulgar, oficialmente, o local de construção do novo aeroporto de Lisboa, passa pelo Porto e anuncia a «moderna» remodelação do Aeroporto de Sá Carnei-

Não-sei-que diga l

ro, que custará umas dezenitas de milhões de contos... Pois bem, depois de oferecerem um rebuçadito aos pategos, vão poder banquetear-se com um bolo que custará umas tantas centenas de milhões de contos... Mudam as moscas, mas a ...<sup>78</sup>1 continua a ser a mesma.

Escrevo estas linhas no exacto momento em que a televisão transmite o abraço entre Ramos Horta e Xanana de Gusmão e sinto uma profunda e inefável emoção ao ponto de, com toda a minha sinceridade e humildade, confessar ser-me tremendamente difícil encontrar, no teclado, as palavras que este espaço e os meus leitores, muito justamente, mereceriam. Terá razão quem afirma que as emoções devem ser, tão simplesmente, vividas e sentidas.

E como expressão desta também minha emoção, apenas espero que qualquer espécie de cepticismo, mesmo o meu, se desvaneça por completo e este encontro entre timorenses, por iniciativa dos dois bispos de Timor e de Xanana, seja repleto de êxito e um passo decisivo do povo maubere no caminho da tal esperança nunca abandonada.

---

78 Nas reticências, leia-se o disfemismo de trampa;

## Em Nome do Interesse Nacional

Notícias de Gondomar, 15 de Julho de 1999

«Reconheço que parece existir, no íntimo dos portugueses, uma certa propensão para a aceitação do tal presidente-rei. Caso contrário, como compreender que os anteriores ocupantes de Belém tenham sido reconduzidos por voto universal e secreto, facto que poderá vir a repetir-se com o Presidente Jorge Sampaio, se, daqui até lá, não houver uma derrocada sísmica que lance por terra os elevados índices de popularidade de que goza na actualidade, segundo todas as sondagens? Presidente-rei, mas Presidente... e da República!» Isto escrevi eu no Notícias de Gondomar de 30/03/98. Lembro-o a propósito do relevo com que a ainda hipotética candidatura de Pinto Balsemão à Presidência da República é tratada no Expresso do pretérito 3 de Julho: «Serei candidato se o interesse nacional o exigir».

Fiquei contente com o que li. Finalmente, sempre vou ter a oportunidade de verificar se a SIC tem ou não capacidade para impor um presidente. Aos benfiquistas, já o provou; aos portugueses é que ainda não! É que eu apenas faço parte dos últimos e, além do mais, sou céptico!

«Se o interesse nacional o justificar e o exigir, serei candidato a Presidente da República». Desde já se me colocam algumas questões:

1 – O que é, para efeitos duma candidatura, o interesse nacional?



Não-sei-que diga !

2 – Quem é que determina, declara ou pronuncia esse interesse nacional?

3 – Quem é que se constitui em interesse nacional?

4 – Onde, quando e como é que Jorge Sampaio prejudicou ou afrontou, no exercício da sua Presidência, o interesse nacional?

Quem faz o favor de me responder a estas questões?

Para mim, confesso, é uma angústia nacional, perdão, existencial! Imagino-me lá – eu que já combati numa guerra em nome da Pátria e do interesse nacional! – imagino-me lá, dizia eu, a tomar uma atitude que fosse contrária ao interesse nacional...

Numa página interior do citado semanário, começa a desvendar-se um pouco do véu que, como qualquer cendal, tem muito mais de transparente do que de opaco, ou até de diáfano que seja: «Estará à espera, no entanto, da evolução dos estudos de opinião para tomar uma decisão». Mas uma coisa é certa: parece poder contar, desde já, com um apoio deveras importante! É que a Senhora de Balsemão – Tita, como lhe chamam na coluna social – já terá manifestado todo o seu empenho em ser candidata a Primeira Dama da Nação.

O que falta então? Que o Dr. Durão Barroso defina o momento exacto, estratégico, para o anúncio formal daquele que colherá o apoio do partido. E aqui é que reside o busílis! Simplesmente, porque, para muitos, no interior do partido, a figura candidata deveria ser o Prof. Cavaco Silva. Mas este, apesar dos defeitos que o povo entendeu que tinha, há quatro anos atrás, não é estúpido, o que só prova que aprende depressa, ao ponto de ter considerado que, à primeira quem quer cai, mas, à segunda, já só cai quem quer. É inegável que abandona o poder após o desgaste de cerca de uma década, o que, convenhamos,

é, de facto, um tempinho bastante razoável. Depois do confronto disputado com Jorge Sampaio para as presidenciais, é mais do que evidente, mesmo para o maior dos leigos em política, como é o meu caso, que o Professor jamais poderia pôr em causa o prestígio granjeado, interna e externamente, numa segunda disputa, em que o terreno, conforme o provam todas as sondagens divulgadas desde o primeiro dia, é manifestamente favorável ao actual Presidente da República.

Assim sendo, se Durão Barroso não quiser imitar a atitude de Cavaco Silva, no tempo em que este era Primeiro Ministro e Mário Soares se recandidatou à Presidência, ver-se-á forçado a avançar com uma candidatura partidária, mesmo que, a priori, se anteveja como perdedora. Com este cenário, o que fazer? Queimar um homem do aparelho? Numa altura em que a liderança do PSD ainda busca o seu norte, não poderá dar-se ao luxo de apagar figuras em batalhas que se adivinham perdidas. A única saída é a já ensaiada no laboratório do passado, de que foi exemplo o General que concorreu à Câmara do Porto, tentando disputá-la a Fernando Gomes. É que não tenhamos ilusões: só um verdadeiro cataclismo político cuja responsabilidade fosse atribuída a Jorge Sampaio – completamente improvável, atendendo ao seu perfil político e humanista e à forma lúcida, suprapartidária, distanciada e nacional com que tem conduzido o seu mandato, como é próprio de um verdadeiro estadista – poderia pôr em causa a sua mais do que justa, previsível e desejável (em nome da estabilidade nacional) reeleição como Presidente da nossa República.

Em relação ao pré-candidato, não duvido de que se trata de uma pessoa de vasta e heterogénea cultura. E de poder... Jorge Sampaio não faz parte de nenhum império, nem se movimenta em qualquer empório dos media, nacional ou internacional: não

Não-sei-que diga !

tem jornais, nem televisões... Não creio que Jorge Sampaio jogue golfe tão bem como o outro, que eu sou testemunha, juro, pois já vi, com os meus próprios olhos e ao vivo, o pré-candidato, num dos greens da sua preferência, a dar as suas tacadas, e que tacadas... Além do mais, cada qual nasce para o que nasce... Também Maria José Rita não tem nome que suscite um eloquente e sugestivo diminutivo próprio de figurar em coluna social, sei lá, do tipo Mimi, Zezé, Rirri... Coisa esquisitíssima, não acham? Sim, que Rita, apesar de, foneticamente, se aproximar de Tita, não tem nada a ver: nome próprio é nome próprio, não é diminutivo...

Pesados os prós e os contras, cada qual que faça as suas contas, pois presunção e água benta cada um toma a que quer... O que sei é que não rezo pelo rosário dele... do pré-candidato, entenda-se.

A propósito, ou talvez não, vou procurar estar atento em relação à isenção e pluralidade de informação de um jornal como o Expresso e de uma televisão como a SIC. Quem sabe se, de uma vez por todas, as pessoas compreendem que é contra natura a criação de um filho que possa rebelar-se contra o seu próprio pai.

Seja como for, questiono-me se será do interesse nacional vilipendiar a lei, como já o fez a SIC, com todo o despudor, divulgando a previsão de resultados eleitorais antes do fecho das urnas, em nome de uma guerra de audiências que mais não serve senão para melhor vender a publicidade. Ou será que o presidente da estação televisiva era alheio ao facto, provando que, afinal, não preside a nada?

Poderá não fazer sentido – por vezes, até se me afigura que foi a minha cabeça que se já fundiu – mas, sinceramente, também, neste caso, me parece que o povo, no final do espectáculo

ou ainda no seu decurso, dirá: «Afinal, o rei vai nu!» E bem haja... o povo!

P.S.: 1– Por acaso – ou talvez não! – a VISÃO n° 329, de 8 de Julho, revista que também pertence ao grupo a que preside Francisco Pinto Balsemão, apresenta, imediatamente a seguir ao anúncio da pré-candidatura feito pelo Expresso, uma entrevista a quatro páginas com o mesmo senhor e sobre o mesmo tema!

2 – Não sei se por acaso ou por ironia do mesmo, o entrevistador coloca-lhe, textualmente, a seguinte questão: «Que elementos comporta a sua definição de interesse nacional?» As palavras não deixam enganar: «Ao manifestar este meu interesse...» O certo, porém, é que continuo sem saber qual é o seu conceito de interesse nacional: à questão colocada, falou, falou, mas não respondeu.

Não-sei-que diga I

## **A Lógica Aritmética Que Fez Estalar o Verniz**

Notícias de Gondomar, 30 de Julho de 1999

Nunca tive dúvidas de que, ao apresentar o Dr. Mário Soares como cabeça de lista para o Parlamento Europeu, o PS mais não visava do que retirar os dividendos eleitorais da mais valia que representava a figura do ex-Presidente da República e fundador do partido, criando uma dinâmica de vitória que pudesse conduzir aos resultados desejados nas eleições de Outubro para a Assembleia da República, isto é, uma «maioria absolutamente inequívoca», ou então, sem malabarismo de palavras, a obtenção de uma maioria absoluta que permita uma governação sem a interferência das restantes formações partidárias ou sem a necessidade de negociações em que, não raras vezes, o partido mostrou não ser tão hábil como, certamente, desejaria (basta lembrar as razões que conduziram Jorge Lacão à sua própria demissão do cargo de porta-voz do seu grupo parlamentar).

O maior erro, porém, foi criar no povo português a expectativa de que, através do seu voto, estaria a contribuir para a eleição de Mário Soares para a presidência do Parlamento Europeu, quando se sabia – os promotores da candidatura sabiam-no muito bem! – que o exercício do cargo resulta do escrutínio no seio do próprio Parlamento Europeu.

É inegável a importância que assume o Parlamento Europeu que, a partir do Tratado de Amsterdão, vê as suas compe-

tências alargadas ao nível dos poderes legislativo, orçamental e de controlo do executivo, estendendo-se este não só à Comissão Europeia, mas também ao Conselho de Ministros da União e ao Conselho Europeu. Ora o grande interlocutor, por excelência, do Parlamento Europeu junto destes diferentes órgãos é, precisamente, o seu presidente, donde a sua inegável importância.

Só que o inesperado aconteceu. Sendo a esmagadora maioria dos países da União governada por partidos socialistas, talvez por não sentirem resolvidos ou atenuados os problemas do seu quotidiano, a verdade é que os eleitores decidiram (não foi o caso em Portugal) mostrar um cartão amarelo aos partidos que estão no poder, alterando, desta forma, radicalmente, toda a lógica que enformava a estratégia delineada pelo PS português. E, assim, a correlação de forças inverteu-se no Parlamento Europeu.

Numa espécie de acordo de cavalheiros, o Partido Socialista Europeu e o Partido Popular Europeu resolviam entre si a partilha dos cargos no seio do Parlamento Europeu: os vice-presidentes do próprio Parlamento, os questores e os presidentes e vice-presidentes das diferentes comissões parlamentares. Ora, como só há um presidente, segundo o tal acordo de cavalheiros, a legislatura seria dividida em dois períodos de dois anos e meio, sendo a primeira metade presidida por um deputado do partido mais votado e a segunda por um do segundo, assegurando-se, deste modo, uma espécie de alternância democrática na presidência. Isto verificou-se ao longo dos vários anos em que o PSE foi o partido maioritário.

Acontece que, no caso presente, sob o pretexto de que a presidência do último período havia pertencido ao elemento do PPE, procurando manter aquilo que afirmavam ser a tradição

Não-sei-que diga !

da rotatividade, o PSE resolveu reivindicar para si o exercício do cargo para os primeiros dois anos e meio. Esqueceu-se, porém, de que, no caso presente, já não era o partido maioritário. E o PPE decidiu, e muito bem, não abrir mão daquilo que lhe assistia por direito próprio e, ao verificar a sobrançeria inoportuna e totalmente descabida do PSE, resolveu estabelecer um acordo com os liberais, assegurando uma nova maioria estratégica e retirando qualquer hipótese dos socialistas chegarem à presidência mesmo no segundo período.

Custa-me a admitir que Mário Soares não anteviesse, à distância, as consequências que, da decisão do seu partido europeu, resultariam. Qual é, então, a verdadeira força e a verdadeira importância do ex-Presidente da República no seio da Europa? Dir-se-á, eventualmente, que a sua grande vitória foi a obtida no interior do PSE, conseguindo afirmar-se, por consenso mais ou menos negociado, como o candidato único dos socialistas. Bem vistas as coisas, e atendendo à estratégia definida pelo PSE, não posso deixar de me interrogar se tudo não passou de uma forma artilosa e maquiavélica de o mandar, perdoem-me a expressão, para os cornos do touro, sabido como se sabe que Mário Soares nunca foi homem de voltar as costas aos mais ousados desafios. Só que quem se movimenta no fio da navalha, mais cedo ou mais tarde... E o que estava em causa não era meramente uma questão de índole pessoal, era a possibilidade de Portugal ter, mesmo que no segundo período da legislatura, um deputado seu a presidir ao Parlamento Europeu. E todos nós sabemos como o facto poderia alimentar o ego dum país que, pequeno e periférico, continua na cauda da Europa a que pertence e a longos anos de distância.

Depois foi a realidade, ainda que amarga para alguns, do resultado da votação que elegeu, à primeira volta, contra mui-

tas previsões, a francesa Nicole Fontaine: 306 votos a favor da francesa contra apenas 200 a favor do português.

Se o PSE tem 180 deputados, se Esquerda Unitária Europeia (47 deputados) desistiu da sua candidatura a favor de Mário Soares, se a ex-comissária Emma Bonino aconselhou os deputados da sua lista (7) a votarem no português, pergunta-se, então, o que terá falhado, já que Mário Soares nem sequer conseguiu o pleno destas formações? E já não falo dos restantes deputados portugueses eleitos por outros partidos...

A propósito destes, gostaria de dizer duas coisas: que a declaração de Durão Barroso foi politicamente correcta, pelo menos no que concerne à necessidade de cativar o eleitorado que preserva, orgulhosamente, o sentimento nacional, não perdendo de vista o que, para si, é a prioridade do momento, as eleições de Outubro; que esta mesma declaração nunca poderia ser vinculativa, já que o voto é secreto; que qualquer que tenha sido o sentido de voto destes deputados, o mesmo jamais poderia ser aferido por declarações pessoais que se não conciliam com o carácter secreto do voto; que apenas por tentativa de obtenção de resultados favoráveis nas legislativas de Outubro se poderá entender a interpretação, por parte do PS, do apenas presumível sentido de voto dos sociais-democratas, já que a diferença entre o pleno possível ( $180 + 47 + 7 = 234$ ) e o obtido (200) ultrapassa em muito o número dos restantes deputados portugueses. Tal tentativa é o mesmo que disparar tiros no escuro. O caso do eurodeputado madeirense, Sérgio Marques, que terá votado contra a candidatura de Mário Soares é um caso à parte e que se entende como uma manobra previamente concertada no arquipélago como retaliação à insistente afirmação de Soares de que, na Madeira, existe um défice democrático. Isso explicará a



Não-sei-que diga l

imediate manifestação de solidariedade expressa pelo PSD/Madeira.

Por isso, não faz sentido que, agora, se acuse, clara ou veladamente, os deputados do PSD de falta de patriotismo, se se admitir que não era falta de patriotismo os deputados franceses do PSE não votarem em Nicole Fontaine. Dois pesos e duas medidas: no caso dos franceses do PSE, a honra estaria em seguir o sentido de voto determinado pelo partido; no caso dos portugueses do PPE, a honra radicaria já na fidelidade àquele que representava o orgulho da pátria. Vamos lá nós entendê-los, a eles, aos tais que querem construir uma Europa Unida...

Por mim, não trilho exercícios de adivinhação e recuso-me a fazer juízos de intenção quanto ao cenário de divisão dos deputados portugueses aventado por alguns analistas, e até era bom que prestássemos particular atenção às palavras de Jackes Delors: «É frequente conceber-se a identidade europeia como uma espécie de identidade nacional ao nível europeu. [...] Há aqui, parece-me, um mal entendido. [...] Contrariamente à identidade nacional, a construção europeia não se apoia principalmente em símbolos, em monumentos, em mitos, nem mesmo numa língua comum. As emoções ligam-nos às nações, não à Europa. [...] A percepção que a Europa tem dela própria repousa, mais que no nacionalismo, em objectivos claramente definidos, tais como a democracia, a paz, a prosperidade.»<sup>79</sup> 1 A construção da Europa que desejamos há-de, pois, ser um processo longo e demorado, mas que justifique a crença que nela depositamos.

---

79 Jacques Delors, *A Europa em busca da(s) sua(s) identidade(s)*, *Forum Iustitiae*, n.º 1, Junho de 1999;

Para terminar, diria apenas que nem mesmo «a nova dinâmica» que, nas palavras de Mário Soares, foi agora desencadeada justifica a deselegância do seu comentário ao discurso de abertura da nova presidente. Tanto sarcasmo para quê, numa sociedade que reivindica a igualdade de direitos efectivos para a mulher e num momento em que se discutem cotas por via desses mesmos direitos. Diria que até as donas de casa, com rigor e sem exagero, podem considerar-se ofendidas, e não o merecem.

Não-sei-que diga I

## Fátima Nunca Mais<sup>80</sup>

Notícias de Gondomar, 15 de Setembro de 1999

Assisti, há algum tempo, a um debate na RTP, moderado por Judite de Sousa, a propósito da publicação do último livro do Pe. Mário de Oliveira, *Fátima Nunca Mais*.

Conheço o padre Mário há mais de trinta anos, desde o tempo em que foi coadjutor na paróquia de Santo António das Antas e meu professor de Religião e Moral no Liceu de Alexandre Herculano, no Porto. Por isso me habituei a ler o que ia publicando, mesmo no tempo do fascismo e da censura, e não pude deixar de acompanhar, atentamente, os julgamentos a que foi sujeito pelo Tribunal Plenário do Porto, depois de preso pela famigerada PIDE/DGS. Ainda hoje guardo como verdadeiras relíquias os dois volumes publicados pelo seu advogado de defesa, Dr. José da Silva, com o título *Subversão ou Evangelho?*, livros que dão o testemunho de um homem de uma coragem imensa e verdadeiramente invulgar.

Conhecendo como conheço o padre Mário, assisti atentamente ao debate e confesso que me senti um tanto frustrado ao verificar que o monsenhor Geraldês Freire, professor jubilado da Universidade de Coimbra, não se revelava, na minha modesta opinião, à altura do debate, tal a incapacidade de contrargumentar, sem ferir os mais elementares princípios da lógica, perante a evidência dos factos apresentados pelo padre Mário.

---

80 Título do mais recente livro do Padre Mário Pais de Oliveira;

Confesso que, à data, ainda não conhecia o livro, apesar de já ter tomado conhecimento da sua publicação, mas afazeres profissionais haviam-me impedido de sair a correr atrás de tão ansiada aquisição. No entanto, não tive a menor dúvida de que o livro iria ser um verdadeiro sucesso de vendas. No momento em que o monsenhor, insurgindo-se, em termos censórios e fora do respectivo contexto, contra a expressão «Urge pois queimar as nossas bíblias!»,<sup>81</sup> sentenciou que se queimasse não a Bíblia, mas o Fátima Nunca Mais, acabou por lhe insuflar uma nova alma, alma nova de que nem sequer carecia. Espanta-me que um professor catedrático não saiba que, afinal, o fruto proibido é, de facto, o mais apetecido. Que falta de tacto! O livro não precisava já de mais ou melhor publicidade! E o que é certo é que a psicologia de massas funcionou mesmo: quando, em véspera de férias, procurei o livro, ia já – pasme-se! – em 5ª edição!

Li-o de um fôlego. E acreditem os mais crentes: daquilo que sei sobre o fenómeno de Fátima (tive a felicidade de ter tido acesso a fontes bem mais antigas, algumas das quais contemporâneas dos acontecimentos), Fátima Nunca Mais é um livro muito, muito, mesmo muito soft, como agora se diz para utilizar a expressão inglesa. Mas se se preferir o português, direi apenas muito leve, muito macio, muito suave... Muito, mas mesmo muito brando! Por isso, disponibilizo-me a facultar ao padre Mário elementos que, até ao momento, não utilizou. Creio que, se se dedicar à investigação de tais dados, a sua ca-

---

81 «Urge pois queimar as nossas bíblias! Não temos coragem? Também não é isso, à letra, que eu pretendo, evidentemente. Mas dizê-lo, assim, com esta crueza toda, é preciso para que todos nos apercebamos de que temos de abordar todas as suas narrativas com cautela.», Fátima Nunca Mais, pág. 147;

Não-sei-que diga I

neta terá ainda muito que escrever sobre o assunto ao longo da sua vida. Coragem, sei que lhe não falta, como não faltou a muitos republicanos que pugnaram pela reposição da verdade na época do embuste.

Custa-me, no entanto, ouvir pessoas a ajuizar o padre Mário não o conhecendo, não conhecendo a sua obra, a publicada em livro e a outra, a melhor, que é o exemplo da sua própria vida. Custa-me ainda mais, quando os juízos são proferidos pelas bocas daqueles que o padre Mário mais e insistentemente tem defendido. Custa-me ainda verificar quanto alguns espíritos continuam manietados na liberdade de – perdoe-se-me o pleonasma – livremente pensarem, ao ponto de recusarem ler um livro que se lhes oferece para as mãos e, mais grave ainda, pensarem que é pecado fazê-lo, porque o mesmo é obra de satanás; ou sequer ouvir pronunciar o seu título, interiorizando, por isso, um complexo de culpa que conduz uma pessoa a recitar, de memória e maquinalmente, como uma fita magnética, umas quantas ladainhas em jeito de acto de contrição. Ao que nós chegámos!

A farsa – posso utilizar o termo próprio do teatro, porque tudo não passou de uma muito bem montada encenação – terá sido idealizada por três padres em Torres Novas: o pároco de Fátima, padre Manuel Marques Ferreira, o padre Benevenuto de Sousa, tido, na época, como fanático, e o padre Abel Ventura do Céu Faria, prior de Seiça.

Em conversa sobre o modo como corria a vida nas respectivas paróquias, terá o pároco de Fátima lamentado a sorte adversa por se encontrar numa região pouco produtiva e de “gente miserável e sem iniciativa”. A este desabafo, prescreveu um dos companheiros a adequada receita: “Tens uma maneira de enriquecer depressa: provoca uma aparição como a de La Sa-

lette ou a de Lourdes e cai-te lá o poder do mundo!” Em jeito de agradecimento por tão feliz sugestão, a resposta não se fez esperar: “Pensas bem. E o meio presta-se para coisas dessas!”

Para que a farsa resultasse em sucesso, era necessário que o elenco fosse composto apenas pelos intérpretes estritamente necessários e de absoluta e inequívoca confiança. Confiança de uns assegurada pelo segredo da confissão e a dos outros pela inocência própria da idade. Depois... Depois, a fé vê tudo, mesmo o que não existe.

A mãe de Lúcia<sup>82</sup> era uma das tais pessoas de confiança pelo confesso, com a vantagem de saber ler, pelo que lhe fizeram chegar às mãos a Missão Abreviada, referida no livro do padre Mário, para que fosse lida em família, não tardando, assim, que as pobres criancinhas não só conhecessem bem a história de La Salette como também fossem objecto de visões, diurnas ou nocturnas, tais as descrições dantescas e terroristas que tal livro contém.

Estando tudo perfeitamente ensaiado, restava apenas que a Guerra Mundial de 1914/18 se precipitasse para o seu final, para que a senhora pudesse anunciar o seu primeiro segredo, como viria a fazê-lo... Só que com muitos meses de diferença... Anunciando-o em 1917, com a promessa do regresso imediato dos soldados portugueses, os pobres desgraçados, nos quais se contava também o meu avô materno, ainda se veriam envolvidos na linha da frente, combatendo também na batalha de La Lys no dia 9 de Abril de 1918.

---

82 Em relatório enviado ao Governador Civil de Santarém, em 31 de Outubro de 1924, o Administrador do Concelho de Ourém, Artur de Oliveira Santos, afirma que, na opinião de muitas pessoas, a mais velha dos «videntes» era doente mental, eventualmente, por razões hereditárias;

Não-sei-que diga !

Apesar de todos os milagres anunciados e propalados aos quatro ventos – curiosamente, todos operados fora de Fátima, com excepção do dito do sol, porque, como diz o povo, os santos da terra não fazem milagres! – houve figuras da Igreja que não se prestaram a dar cobertura ao embuste, não fosse, até, o diabo tecê-las e acabar tudo em tribunal, como acontecera em França a propósito de La Salette, em que o padre envolvido e a embusteira acabaram condenados e presos. Pois o cardeal patriarca de então, Mendes Belo, até à data da sua morte (1929), nunca obsequiou Fátima com a sua visita. Parece-me elucidativo.

Entretanto, já a 1ª República havia sido derrubada com o golpe de 28 de Maio de 1926, e aquele que viria a ser o braço direito de António de Oliveira Salazar, Manuel Gonçalves Cerejeira, assumiria o governo do Patriarcado de Lisboa em 22 de Janeiro de 1930. Este e o bispo de Leiria, José Alves Correia da Silva, encarregar-se-iam de não deixar morrer a galinha dos ovos de ouro e o fascismo justificaria a máxima Deus, Pátria e Autoridade. Bem como a dos quatro FF: Fátima, Fado e Futebol... Alienação q. b., como o tempero nas refeições...

Para terminar, gostaria apenas de referir que Artur de Oliveira Santos, no relatório mencionado na nota 3, e em relação às pessoas que se deslocavam em peregrinação, nos dá o seguinte testemunho: “A multidão que vem à Cova da Iria é composta de diferentes classes. [...] mas a grande maioria é decerto constituída por gente rude, de longes terras, onde predomina o espírito fanático e reaccionário.”

Declara também que todo o dinheiro recebido na Cova da Iria, incalculável, era ensacado e remetido, todos os dias 13, à consignação do bispo de Leiria, acrescentando: “São muitos os

promotores ou interessados desta peregrinação, mas o principal é o bispo de Leiria. É quem tudo orienta e dirige.”

E o milagre fez-se, o único, o verdadeiro! Mas, desta feita, pela mão exclusiva do homem: um ermo na serra, como tantos outros que existem por todo o país, converteu-se numa cidade desenvolvida, onde já tenho dificuldade em circular sem me perder, e onde não falta sequer o privilégio da auto-estrada nº 1 com nó próprio e tudo.<sup>83</sup> E, da fortuna colossal que lá cai, ao longo de todo o ano, ninguém sabe o seu montante, nem qual o seu destino. Mas o banco do Vaticano continuará a engordar, enquanto o cidadão comum continuará a pagar impostos por todos aqueles que o deveriam fazer e não fazem. Grave, porém, é que, após o 28 de Maio, nenhum governo está isento de culpa. Decididamente, nenhum se quis republicano. Pelo menos, no sentido da 1ª República.

---

83 Quantas localidades ainda à espera de uma boa estrada para o desenvolvimento da economia local!;



Não-sei-que diga I

## Um Grito de Raiva por Timor

Notícias de Gondomar, 15 de Setembro de 1999

«Pelo caminho, ficam Santa Cruz, Alas, Ermera, Liquiçá, Suai, Díli e as imagens de todos os terrores perpetrados, impunemente, pelo exército ou pelos bandoleiros das milícias armadas que actuam odiosa e irracionalmente perante a passividade e a complacência das chamadas forças da ordem, mesmo depois de assinado o acordo de 5 de Maio, em Nova Iorque.

Não duvido do empenho e da seriedade do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, mas tenho todos os motivos para duvidar, sem quaisquer reservas, das intenções da Indonésia. Bem sei que, por vezes, sou muito céptico, mas sempre me pareceu que o rápido volte-face da Indonésia em relação a Timor-Leste, mesmo depois da deposição de Suharto, mais não era do que um presente envenenado. É claro que compete às pessoas de boa fé libertar o presente do respectivo veneno por forma a que a Indonésia, no fim, conclua que, afinal, o tiro lhe saiu pela culatra. Até lá, tudo farão, ou permitirão, no sentido da situação evoluir para uma verdadeira guerra civil, que justificaria não só a sua agressão de há vinte e quatro anos como a evidência da impossibilidade da sobrevivência pacífica do povo timorense fora da sua própria alçada.

Mais do que nunca, apesar da sentida e justa revolta dos dirigentes do CNRT, é absolutamente indispensável a manutenção do necessário sangue frio, mesmo quando ainda se assiste ao derramar de sangue palpitantemente quente, por forma a não

facultar ao inimigo qualquer pretexto de que possa tirar partido, por menor que seja.

É evidente que Portugal e toda a comunidade internacional devem continuar a pressionar a ONU para que, efectivamente, se criem condições para uma verdadeira consulta popular. No fundo, pressionar a ONU no sentido de permitir que a esperança não morra e se concretize efectivamente. Então, entender-se-á, de forma conclusiva, o verdadeiro alcance da atribuição do Nobel da Paz a D. Ximenes Belo e a Ramos Horta.»

Estas palavras, escrevi-as em Maio e foram publicadas no Notícias de Gondomar de 15 do mesmo mês. Volvidos quatro meses, lamento, profundamente, verificar que, afinal, os meus receios eram mais do que fundados.

Apesar do adiamento da votação de 8 para 30 de Agosto e da instauração dum clima de intimidação e de terror, o povo maubere, numa atitude de verdadeira heroicidade, saiu à rua para utilizar a única arma de que dispunha, uma arma pacífica e proporcionada pela comunidade internacional: o voto. O exemplo evidenciado por este povo mártir chega a ser um motivo de vergonha para quantos cidadãos do chamado mundo ocidental, desenvolvido e civilizado, optam pela comodidade pouco cívica da abstenção em actos eleitorais.

78,5% a favor da independência dum total de quase 100% de votantes é elucidativo e inequívoco. Daí o desespero de todos aqueles que têm interesses pessoais em Timor Loro Sae. Já vimos que os seus valores estão muito aquém dos valores da própria condição humana, por isso não me espanta, embora me martirize, verificar a impunidade com que os bandoleiros das chamadas milícias e as respectivas forças da ordem, numa promiscuidade vergonhosa e absoluta, continuam a perpetrar o genocídio encetado há já mais de vinte anos.

Não-sei-que diga !

Revolve-me as entranhas a atitude cínica da Indonésia, afirmando, permanentemente, assegurar as condições de segurança no território. Até o aparato da deslocação dum naipe alargado de ministros a Díli, se verificarmos que, afinal, tudo não passa duma encenação montada para impressionar a opinião daqueles que têm o poder e a responsabilidade de, a nível internacional, tomarem as medidas necessárias e adequadas à gravidade da situação actual. Mas o certo é que, se lá iam a pretexto de fazerem a avaliação da situação no território, foi totalmente em vão, já que nem sequer tiveram a coragem de sair do aeroporto. Afinal, que governo é este?

As autoridades políticas indonésias provaram, no passado dia 30, que, se for esse o seu interesse e essa a sua vontade, têm condições para fazerem respeitar a ordem de comando da respectiva hierarquia. Por isso, se o fizeram no dia 30 e não o mantêm depois, é porque pretendem provar o que havia escrito anteriormente: proporcionar um conflito que possa evoluir para a dimensão duma guerra civil que pudesse evidenciar a incapacidade do povo timorense viver ele próprio em paz sem a interferência de uma potência exterior. Mais do que o presente, justificar-se-iam os crimes do passado.

Comecei a escrever este texto na tarde de Domingo, dia 5, por não poder ficar indiferente ao que via e ao que ouvia. Mais de cem – e por defeito, segundo as palavras da diplomata portuguesa Ana Gomes – eram os mortos só daquela noite! Porém, a evolução dos acontecimentos tem sido de tal forma galopante, que não encontro já palavras para dar conta de tudo quanto sinto.

Na antecâmara do terceiro milénio, assiste todo o mundo a uma das maiores vergonhas da humanidade: já não se trata de

um massacre, assiste-se ao genocídio de um povo inteiro, a limpeza total, como tinham anunciado.

Na tarde de Domingo, dia 5, ainda me dediquei a inventariar as acções de destruição selvagem perpetradas pelos energúmenos. Hoje, porém, apaguei tudo. Não há já o que distinguir. Díli já não existe. Apenas as cinzas. A UNAMET prepara-se para ser totalmente evacuada, pois até o único depósito de géneros de que dispunha foi absolutamente calcinado. Não há o que comer, não há o que beber, não há comunicações, não há electricidade, não há combustível para alimentar os geradores, não há, em absoluto e em desespero de causa, como permanecer. Resta saber o que vai ser dos cerca de dois mil e quinhentos refugiados nas instalações da UNAMET, sendo que cerca de metade são crianças e a maioria de colo.

É uma vergonha para o chamado mundo ocidental, o tal que apregoa pugnar pelos direitos humanos.

Não basta que Bill Clinton venha para a televisão quase largar lágrimas de crocodilo! É tempo de se deixarem de palavras de mera circunstância e passarem aos actos. Refiro-me, é claro, aos que têm poder para o fazer. E seria a grande oportunidade de quantos sujaram as mãos com o sangue de Timor: a oportunidade de poderem lavá-las, pelo menos agora, com um pouco de dignidade, ainda que tardia. E cada segundo que passa é tarde demais. Tudo o mais não passa de indisfarçável hipocrisia e execrável cinismo.

Se, num passado recente, a propósito do Kosowo, lamentei que a intervenção militar tivesse sido feita à revelia da ONU, é imperioso que a mesma ONU, para não perder a sua credibilidade, através do seu Conselho de Segurança e, fundamentalmente, dos seus cinco membros permanentes (China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos da América), assumam a

Não-sei-que diga !

sua responsabilidade histórica, criando, de imediato, as condições necessárias à constituição de uma força multinacional capaz de assegurar a manutenção de paz, ou melhor, como diz já um ministro francês, de reposição da paz no território de Timor Loro Sae.

Penso que Portugal tem feito tudo quanto está ao seu alcance e registo o facto da Presidência da República, da Assembleia da República, do Governo e da Oposição terem vindo a demonstrar um verdadeiro sentido de Estado e um consenso nacional que são de enaltecer.

De louvar também a onda de solidariedade que varre o país inteiro por iniciativa de organizações não governamentais, as mais diversas da chamada sociedade civil. Porque sentimos a angústia e a crueza da nossa impotência, reste-nos, ao menos, a consciência de que tudo quanto possamos fazer por Timor nunca será demais.

Uma vez mais, uma palavra de elevado apreço pela atitude firme e corajosa que transparece das palavras apaziguadoras e conciliatórias dos mais altos responsáveis timorenses, nomeadamente, o comandante Xanana Gusmão e os galardoados com o Prémio Nobel da Paz, o bispo Ximenes Belo e Ramos Horta. Ao vê-los na televisão, sinto um tremendo nó na garganta pelo nó que adivinho nas suas próprias gargantas: apenas palavras de paz, perdão e conciliação, e estrangulado o grito de revolta clamado pelo sangue dos irmãos que tombam, no solo pátrio, indefesos e inocentes. Só de heróis!

De mim, que não sou santo nem herói, um grito de raiva confessada!

## O Fantasma das Legislativas

Notícias de Gondomar, 30 de Setembro de 1999

“Penso que Portugal tem feito tudo quanto está ao seu alcance e registo o facto da Presidência da República, da Assembleia da República, do Governo e da Oposição terem vindo a demonstrar um verdadeiro sentido de Estado e um consenso nacional que são de enaltecer.” Isto, disse-o no último número do Notícias de Gondomar. Lamento, porém, neste momento, não pensar rigorosamente do mesmo modo.

Quando tudo levava a crer que o caso de Timor era, de facto, um assunto de Estado da maior gravidade para a nação portuguesa, reunindo, por isso, um consenso acima de qualquer desconfiança, eis que alguns bastidores partidários se agitam e estrebucham devido às legislativas que se avizinham.

E o primeiro a dar o mote foi o Dr. Durão Barroso ao solicitar, ao Presidente da República, o adiamento das eleições, para que o Governo pudesse concentrar toda a sua atenção e acção na diplomacia que requeria o caso de Timor. Não o entendeu assim o Presidente, aliás, no que foi corroborado pelas restantes forças partidárias com assento na Assembleia da República.

Havia, pois, que modificar a estratégia, ainda que, para tal, tivesse de estalar o verniz. Assim, no passado dia 11, Durão Barroso começa por afirmar, numa crítica demasiadamente explícita, que não eram visíveis progressos no desenvolvimento do problema de Timor. Espantou-me! Ele, a quem, pessoalmente

Não-sei-que diga !

te, há alguns anos, augurava uma carreira política de respeito. Mas Durão Barroso, neste momento e no actual contexto, não tem sido o melhor exemplo, com a agravante de ter sido Ministro dos Negócios Estrangeiros e saber, melhor do que eu e, certamente, melhor que a maioria dos leitores, que o ritmo da diplomacia não é a imposição da vontade de uma das partes, sobretudo se a parte não possui meios de persuasão, qualquer que seja a sua espécie. Deveria recordar-se do tempo em que se deslocava à sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, para, praticamente, apenas olhar para o Sr. Ali Alatas, não sei se também para lhe apertar a mão, e, à saída do encontro, lá ir dizendo que se não tinha adiantado nada, mas que o simples facto do mesmo permitir o agendamento de novo encontro, fazendo com que a causa de Timor se mantivesse acesa na opinião pública internacional, era já um passo muito importante e significativo.

Mas como o Dr. Durão Barroso se esqueceu de tudo isto, passou a dar palpites ao Governo e à Presidência da República sobre como deveriam actuar em tais circunstâncias. Palpites, porque conselhos, os de boa fé, são dados em local apropriado, como é, por exemplo, o Conselho de Estado, e não em público, como o fez, mais não pretendendo do que obter dividendos, em termos partidários, do impacto das suas declarações, uma vez que tinha plena consciência do efeito das mesmas na presença da comunicação social. Resta-nos saber se o feitiço não se voltará contra o feiticeiro.

“A ONU, a Indonésia e Portugal disseram que os timorenses poderiam votar” é uma afirmação expressa em tom de libelo acusatório. Porém, colocar Portugal num mesmo plano de igualdade de responsabilidade em relação à Indonésia, ou mesmo em relação à ONU... Francamente! No mínimo, é de uma

tremenda injustiça. Mais: de uma injustiça que creio consciente e premeditada. Eu, que não sou aprendiz de feiticeiro, perdão, aprendiz de político, nunca o faria. Lembrar-me-ia sempre de que tal atitude só enfraqueceria o poder negocial de Portugal num momento em que era necessário concentrar todas as capacidades, todas as energias, todas as vontades. Agora uma pessoa que afirmou que seria primeiro-ministro de Portugal, embora não soubesse quando... Valha-nos Deus!

E a prova de que tudo fora maduramente pensado é o que se lê da necessidade da sua justificação: “não digo isto por crítica de política interna”. – Senhor Doutor, para quem é que está a falar?

Estou convencidíssimo de que Durão Barroso não adoptaria tal atitude, se não fosse o caso de estarmos diante de eleições legislativas e os acontecimentos de Timor terem vindo a proporcionar um protagonismo ao Governo que lhe faculta uma visibilidade permanente na comunicação social, com particular incidência na televisão. Acontece, porém, que não foi o Governo quem desencadeou os trágicos acontecimentos em Timor, nem escolheu a data por forma a fazer coincidir todo este protagonismo com o momento eleitoral. Por outro lado, qualquer protagonismo só produz resultados positivos, se o desempenho do protagonista é positivo, de contrário, como é fácil entender, os seus efeitos serão sempre perniciosos. Por isso, a avaliação do protagonismo será sempre feita pelo juízo dos portugueses.

Ainda assim, lembro que também Durão Barroso tem aproveitado bem tudo o que a causa de Timor lhe tem podido proporcionar. Lembro tão só o encontro que protagonizou junto do Secretário Geral da NATO, Javier Solana, pelo facto de terem sido colegas ao tempo em que ambos eram Ministros dos Negócios Estrangeiros, um de Portugal e o outro de Espanha – pe-



Não-sei-que diga !

los vistos, cada um vai à caça com o perdigueiro de que dispõe... – e, no entanto, não dei pelo facto do Governo, ou a Presidência da República, ter, alguma vez, acusado quem quer que seja do exercício de diplomacia paralela.

Já afirmei, nesta rubrica, que, sondagens, há-as para todos os gostos. As sondagens são o que são e valem o que valem. No entanto, não tenho dúvidas de que, quase sempre, são encomendadas para, das mesmas, se retirar, entre outras coisas, o indispensável efeito psicológico.

Ora não deixa de ser significativo que Durão Barroso tenha afirmado, publicamente, que “não houve nenhum progresso real no terreno...”, apesar dos esforços da diplomacia portuguesa, no dia em que uma sondagem da Universidade Católica/RTP/Antena 1/Público dava a maioria absoluta ao PS (53%) contra 28% do PSD. Poder-se-á afirmar, é verdade, que é pura coincidência. Mas que grande coincidência, direi eu!

Penso que a criação de situações artificiais com o exclusivo fim eleitoralista pode acarretar consequências tremendamente nefastas para os seus autores.

Como julgará o povo português tudo isto, quando o próprio bispo D. Ximenes Belo, na homilia da missa de Domingo, 12, fazia a avaliação da actuação do Governo, referindo-se a governantes “com rosto marcado pela insónia”? O que é curioso é que é neste mesmo Domingo, 12, que o presidente indonésio, Yúsunf Habibie, admite a presença da força multinacional com o mandato da ONU.

À data em que escrevo, praticamente todos os analistas, mesmo internacionais, são unânimes em afirmar que tudo se processou em tempo record, atendendo à sistemática morosidade com que as situações de conflito são tratadas no seio da Organização.

De resto, sustentar a teoria de Durão Barroso seria o mesmo que afirmar que o desrespeito do acordo de Bicesse, no caso de Angola, de que foi mediador, era da sua total e exclusiva responsabilidade. Mas tenho a certeza de que rejeita esta hipótese.

O problema da nossa consciência era o de sabermos que cada segundo que passava poderia corresponder a mais uma morte, sentindo-nos absolutamente impotentes para o impedirmos ao ritmo desse mesmo segundo. Daí a resposta do povo português, cujo eco se estendeu a praticamente todo o mundo.

Se calhar, o problema foi Portugal e a ONU não conhecerem, então, o ditado ensinado agora por Xanana Gusmão: “Se o diabo te contar uma mentira, acredita, mas, se um indonésio te disser uma verdade, desconfia.”

Sabe ainda Durão Barroso que a diplomacia portuguesa afirmou sempre tudo fazer para abreviar a consumação duma resolução do Conselho de Segurança e a rápida intervenção duma força multinacional, mesmo que, para tal, tivesse de abdicar de fazer parte integrante dessa mesma força na fase inicial. Por isso, o que pretende o Dr. Durão Barroso?

É inegável que o povo português tem reagido emocionalmente, o mesmo podendo vir a acontecer na data das eleições, mas também tenho a obrigação moral de admitir que a maturidade do nosso povo permitirá a demonstração de que se não deixa impressionar, evidenciando, no momento e em local apropriado, que não há razão alguma para que se misturem alhos com bugalhos.

Antevejo, no entanto, que, quaisquer que sejam os resultados, todos procurarão justificá-los à luz dos acontecimentos em Timor Loro Sae.

Não-sei-que diga !

P.S.: Lamento imenso a actuação do Governo, particularmente do Ministério da Administração Interna, no caso dos touros de morte em Barrancos. Com que autoridade, moral e política, actuará, no futuro, sempre que as circunstâncias obriguem à reposição da legalidade democrática? E como não sou candidato a deputado, nem a primeiro-ministro, posso afirmar, com toda a propriedade, que se trata de uma “crítica de política interna”.

## Absolutamente Inequívoco

Notícias de Gondomar, 15 de Outubro de 1999

O Partido Socialista ganhou as eleições e o Eng.º António Guterres formará governo com uma maioria absolutamente inequívoca. Do que não tenho dúvidas, porém, é de que preferiria fazê-lo com uma maioria inequivocamente absoluta. É o que tem o malabarismo das palavras. E as implicações são várias, passando, desde logo, pelo saber-se se o governo a formar cumprirá ou não o período de toda a legislatura. Tal como aconteceu em relação à legislatura que agora termina, entende António Guterres que o povo lhe conferiu um mandato para quatro anos. A ver vamos.

Com sondagens que se mantinham mais ou menos estáveis de há algum tempo a esta parte, o PS sabia que as possibilidades duma maioria absoluta eram imensas, mas, como sempre tenho afirmado, as sondagens são o que são e valem o que valem. Assim, o espírito prudente adoptará sempre as reservas capazes de acautelarem os imponderáveis de qualquer imprevisibilidade e esta foi, pelos vistos, a política abraçada pelos responsáveis do partido, rejeitando mesmo assumir uma postura de dramaticidade encenada, ao jeito da que rendeu votos, no passado, a Cavaco Silva, naquilo que o PS, então, designou como chantagem eleitoral.

Ainda que, mesmo duma forma velada, não fossem enjeitando tal possibilidade; ainda que nunca se tivessem apressado a desmentir ou a contradizer as interpretações da comunicação

Não-sei-que diga I

social, o certo é que, quando instados a pronunciar-se sobre se apenas governariam com a maioria absoluta, o que respondiam, explicitamente, era que era mais fácil governar com este tipo de maioria, mas que aceitavam, democraticamente, o veredicto do voto popular e governariam com a maioria que resultasse do acto eleitoral.

No entanto, uma coisa é a clareza do discurso «politicamente correcto» que se pretende apresentar e uma outra bem diferente é a mensagem que subjaz no mesmo e que, no fundo, é a que, verdadeiramente, se quer fazer passar, procurando, assim, alcançar os objectivos que norteiam os procedimentos.

Se o PS tivesse reivindicado, explicitamente, a maioria absoluta, era, hoje, claramente, um partido derrotado. E não o é, de facto, uma vez que, além de ter sido o partido vencedor, viu aumentado não só o seu número de votos, mas também o número de deputados eleitos. Mas, se o não é de facto, não tenho tanta certeza assim, se o é ou não em consciência. A adivinhar pelo semblante da maioria dos seus dirigentes e dos seus militantes e simpatizantes, dir-se-ia que sim. Fizeram-me lembrar os adeptos dum clube de futebol que, no final de um encontro, numa situação de vitória e de excelente exibição, têm a plena consciência de que, apesar de tudo, nem a vitória, nem a exibição foram suficientes para que o seu clube passasse à eliminação seguinte, o que se traduz numa enorme frustração.

Por isso, não me restam dúvidas de que, mais do que há quatro anos, o PS terá experimentado, agora, o dramático sentimento de desespero e angústia de quem se sente morrer na praia. É que entre o absolutamente inequívoco e o inequivocamente absoluto vai uma distância que ultrapassa imenso a simples aritmética de três deputados. Um que fosse...

E o que é curioso é que, tendo ganho à direita (perda de cinco deputados por parte do PSD), perdeu a maioria absoluta com os ganhos da CDU e com a eleição, pela primeira vez, de deputados pelo Bloco de Esquerda.

Confesso que gostaria de penetrar na psicologia do eleitor e saber se este resultado ocorre, porque, conscientemente, era intenção dos portugueses negar qualquer possibilidade de maioria absoluta ao actual primeiro-ministro ou se, pelo contrário, decorre do facto de se ter feito passar a mensagem de que tal maioria estava mais do que garantida, propiciando, deste modo, ao jeito do que aconteceu em relação ao referendo sobre a despenalização do aborto, uma abstenção nunca vista em eleições legislativas, por um lado, e, por outro, a interiorização da não necessidade do uso do chamado voto útil da esquerda. Deste modo, a CDU terá recuperado algum daquele que considera ser seu eleitorado e o Bloco de Esquerda consegue, pela primeira vez, eleger dois deputados por Lisboa, deixando Miguel Portas de ser eleito pelo Porto por uma escassa unha negra.

Seja como for, penso que a conjuntura proporcionada pela presidência portuguesa da União Europeia e pela cada vez mais que provável reeleição de Jorge Sampaio para a Presidência da República poderá facilitar a vida ao Partido Socialista na primeira metade da legislatura. Resta saber se a favorável conjuntura económica internacional se irá prolongar por muito tempo. O primeiro grande teste será a aprovação do Orçamento Geral do Estado, mas não me parece que a oposição possa dar-se ao luxo de derrubar um governo que se encontra no dealbar da maioria absoluta. Todos têm ainda muito presente a forma como Cavaco Silva atingiu a sua primeira maioria absoluta.

Mas, independentemente disso, creio que o comportamento das forças à esquerda e à direita também não será igual ao do

Não-sei-que diga l

passado. A começar já pela iniciativa, anunciada pelo PCP, de apresentar, na Assembleia da República, um projecto de Lei sobre a despenalização do aborto, já que os comunistas não se conformam com a forma como a anterior iniciativa foi derrotada na Assembleia, nem com o «empate técnico» que ditou a derrota no referendo. Lá será, certamente, um sapo para o Eng.º Guterres engolir.

O que é importante salientar, no entanto, é que esta informação, que, pelo passado recente, até poderia ser bastante polémica, se divulgada em período de campanha eleitoral, acabou por o não ser, porque, simplesmente, a mesma campanha se concentrou, exclusivamente, na obtenção ou não obtenção da maioria absoluta, ficando todos os restantes temas fora da discussão naquela que terá sido a campanha mais amorfa a que já assistimos.

Em relação ao PSD, partindo do princípio de que não é estratégia andarem a desbaratar gerais, suponho que o melhor caminho será apontar baterias para o período após as presidenciais, não caindo na síndrome do Sporting de querer tudo agora e já. É que não perspectivo quem possa destronar Jorge Sampaio, a não ser um cataclismo de todo imprevisível. Depois, sim, é o momento de arregaçarem as mangas e trabalharem a favor da alternância democrática, para que não se instalem, em Portugal, a inépcia e a apatia que possibilitam a alimentação do ego dos candidatos a caudillos.

Já agora, por falar em caudillos, gozei imenso com as estrepitosas gargalhadas que, na sede de candidatura do PSD, se fizeram ouvir aquando da intervenção do líder da Madeira. Estou ansioso por assistir às cenas dos próximos episódios. Com uma enorme esperança... A que resulta de saber que até Salazar, lá donde se encontra, assistiu ao derrube do regime que construiu.

Manuel Maria

Para concluir, diria só que já aí vem o aumento dos combustíveis! E, claro, o inevitável aumento de tudo quanto está dependente do transporte. As eleições já lá vão, e o ministro Pina Moura, num lapso involuntário, bem o tinha prevenido. E temos boa memória!



Não-sei-que diga I

## Romagem ao Espírito de Antero

Notícias de Gondomar, 30 de Outubro de 1999

No dia em que este número do Notícias de Gondomar chegar às mãos da maioria dos seus leitores, já teremos cumprido, uma vez mais, o ritual da romagem aos cemitérios em memória dos que nos são queridos. E, quer queiramos, quer não, esta data acaba sempre por ser, em maior ou menor grau, um motivo de profunda reflexão, a reflexão sobre o insondável mistério que é o absurdo da morte. Tal facto trouxe-me à memória um vulto enorme da Literatura Portuguesa, dos maiores entre os maiores, e um dos três mestres de Fernando Pessoa, para além de Alberto Caeiro, um dos seus heterónimos. «É mestre quem tem de ensinar...», diz Pessoa, e Antero de Quental «ensinou a pensar em ritmo; descobriu-nos a verdade de que ser imbecil não é indispensável a um poeta.»

Nascido a 18 de Abril de 1842, em Ponta Delgada, nos Açores, Antero recebeu uma esmerada educação religiosa, ao ponto de ter planeado tornar-se sacerdote, o que, a verificar-se, não seria caso único na família. Diz-se, por exemplo, que, aos 12 anos já se extasiava com a poesia da Harpa do Crente, de Alexandre Herculano, uma poesia profundamente mística.

Aos 16 anos, porém, estava matriculado na Universidade de Coimbra, aonde chegavam as influências de vultos como Darwin, Proudhon, Marx, Michelet, Taine, Balzac, Flaubert, Zola, entre outros. Deste modo, não admira que, após a sua saída de S. Miguel, em carta autobiográfica, registe a seguinte

confissão: «Varrida num instante toda a minha educação católica e tradicional, caí num estado de dúvida e incerteza, tanto mais pungente quanto, espírito naturalmente religioso, tinha nascido para crer placidamente e obedecer sem esforço a uma regra reconhecida.»

É, pois, este estado pungente de dúvida e de incerteza que irá determinar a sua poesia ao longo da sua vida, independentemente de alguns estudiosos, nomeadamente contemporâneos seus, como é o caso de Oliveira Martins, pretenderem definir diferentes períodos de produção literária.

Depois de ter afirmado, aquando da publicação das Odes Modernas, que «A Poesia moderna é a voz da Revolução», a sua obra poética ganha alcance em temas como a Justiça, a Fraternidade, o Amor, a Solidão, Deus, a Morte e o Nada, o que revela, à evidência, as suas verdadeiras preocupações.

A par dos que defendem a estratificação da sua obra de acordo com diferentes períodos da sua vida, há também quem afirme estarmos diante de um espírito em permanente convulsão, no qual já se sente fermentar a gestação duma heteronímia não declarada, que apenas viria a ganhar corpo, tal como a conhecemos, em Fernando Pessoa.

Não admira que o protagonista da célebre Questão Coimbrã, na generosidade da sua juventude e no espírito vanguardista das Odes Modernas, se dirigisse aos poetas do seu tempo, incitando-os ao combate em nome de valores como o Amor, a Fraternidade e a Justiça, que, no fundo, alimentavam o seu sonho de mudar o mundo: Tu que dormes, espírito sereno / [...] / [...] / Longe da luta e do fragor terreno, / / Acorda! É tempo! [...] / [...] / [...] / Um mundo novo espera só um aceno... / / Escuta! É a grande voz das multidões! / São teus irmãos, que se erguem! São canções... / Mas de guerra... e são vozes de rebate!

Não-sei-que diga l

// Ergue-te, pois, soldado do Futuro, / E dos raios de luz do sonho puro, / Sonhador, faz espada de combate!»<sup>84</sup>

Num outro soneto, depois de falar «Dum Deus que luta, poderoso e inculto» e que se manifesta nas florestas, na serra, no espaço constelado, no mar, estabelece o contraste com o que se verifica nas «negras cidades», naquilo que me parece ser clara alusão às consequências da Revolução Industrial: «Mas nas negras cidades, onde solta / Se ergue, de sangue mádida, a revolta, / Como incêndio que um vento bravo atíça, / Há mais alta missão, mais alta glória: / O combater, à grande luz da história, / Os combates eternos da Justiça!»<sup>85</sup>

Porém, a cruel realidade da vida desvanece tamanho altruísmo e o herói vacila, evidenciando um espírito cada vez menos sereno e comportando-se como barco à deriva em mar revoltado e tempestuoso, em busca desesperada dum seguro porto de abrigo. Se, num soneto, por exemplo, faz a apologia da luz, num outro, embrulha-se na protecção da noite: «Amem a noite os magros crapulosos, / e os que sonham com virgens impossíveis, / E os que se inclinam, mudos e impassíveis, / À borda dos abismos silenciosos... // [...] // Eu amarei a santa madrugada, / E o meio-dia, em vida refervendo, / E a tarde rumorosa e repousada. // Viva e trabalhe em plena luz: depois, / Seja-me dado ainda ver, morrendo, / O claro Sol, amigo dos heróis!»<sup>86</sup>

«Noite, vão para ti meus pensamentos, / Quando olho e vejo, à luz cruel do dia, / Tanto estéril lutar, tanta agonia, / E inúteis tantos ásperos tormentos...»<sup>87</sup>

---

84 Antero de Quental, *Sonetos, A Um Poeta*, Círculo de Leitores;

85 Idem, *Justitia Mater*;

86 Idem, *Mais Luz!*;

87 Idem, *Nox*;

É inegável que é já o reflexo do desalento que manifestará em muitos outros poemas, de que é exemplo paradigmático O Palácio da Ventura, um soneto em que podemos assistir a uma espécie de balanço introspectivo da sua vida: «Sonho que sou um cavaleiro andante / Por desertos, por sóis, por noite escura. / Paladino do amor, busco anelante / O palácio encantado da Ventura!»

Apesar das adversidades anunciadas, de forma eloquentemente metafórica, no segundo verso, este paladino do amor (universal), procura, ansiosamente, o palácio da Ventura, isto é, tudo o que possa simbolizar o seu sossego, a sua tranquilidade, no fundo, a felicidade a que todo o ser humano aspira por direito de nascença. Todavia, antevê-se já a frustração final deste cavaleiro. É que se trata de um cavaleiro que se não afirma como sendo, mas como sonhando que é, e, como se não bastasse, o quarto verso aponta para um objecto de busca que só ganha forma no mundo a que pertence, o mundo feérico e onírico, o mundo da fantasia.

«Mas já desmaio, exausto e vacilante, / Quebrada a espada já, rota a armadura... / E eis que súbito o avisto, fulgurante / Na sua pompa e aérea formosura!»

O desafio parece inumano, por isso não é de estranhar a tibiaza manifestada nos dois primeiros versos desta segunda quadra. É apenas um momento mais de desalento, como tantos da sua vida. Entretanto, parece avistar, lá longe, o objecto da sua busca, uma espécie de luzinha no fundo do túnel, fazendo renascer a esperança. Mas, tal como acontece aos beduínos do deserto (elemento apontado já na primeira quadra), constata-se que tudo não vai passar duma mera miragem, fruto do seu ardente desejo, fruto duma ânsia desmedida: «Com grandes golpes bato à porta e brado: / Eu sou o Vagabundo, o

Não-sei-que diga l

Deserdado... / Abri-vos, portas d'ouro, ante meus ais! / /  
Abrem-se as portas d'ouro, com fragor...» E enquanto as portas  
se abrem, parecerá infundável esse momento de enorme expecta-  
tativa: é fácil adivinhar a ansiedade do cavaleiro que quer ver  
banidos para sempre os seus desesperos, os seus sofrimentos,  
as suas angústias. «Mas dentro encontro só, cheio de dor, / Si-  
lêncio e escuridão – e nada mais!»

Não espanta, por isso, que um espírito, num estado de alma  
como este, procure, desesperadamente, a tranquilidade final e  
absoluta – absoluto que, no fundo, terá sido a grande causa de  
toda a sua angústia existencial: «E o homem porque vaga desolo-  
lado / E em vão busca certeza que o conforto? / / Mas, na pom-  
pa de imenso funeral, / Muda, a noite, sinistra e triunfal, / Passa  
volvendo as horas vagarosas... / / É tudo, em torno de mim, dú-  
vida e luto...»<sup>88</sup>

Daqui ao refúgio na morte é apenas o tempo de um ai: « –  
“Se esta espada que empunho é coruscante, / (Responde o ne-  
gro cavaleiro andante) / É porque esta é a espada da  
Verdade. / / Firo mas salvo... Prostro e desbarato, / Mas conso-  
lo... Subverto, mas resgato... / E, sendo a Morte, sou a liberda-  
de.”<sup>89</sup> A liberdade, sim, porque a morte liberta-o de todo o so-  
frimento: «Em mim, os Sofrimentos que não saram, / Paixão,  
Dúvida e Mal, se desvanecem. / As torrentes da Dor, que nunca  
param, / Como num mar em mim desaparecem.»<sup>90</sup> Não surpre-  
ende, pois, que o poeta se lhe entregue: «Dormirei no teu seio  
inalterável, / Na comunhão da paz universal, / Morte libertadora  
e inviolável!»<sup>91</sup>

---

88 Idem, *Lacrimae Rerum* (Lágrimas das Coisas);

89 Idem, *Mors Liberatrix* (Morte Libertadora);

90 Idem, *O que diz a Morte*;

91 Idem, *O Elogio da Morte*, V;

No entanto, reminiscências da sua cultura judaico-cristã parecem trazer à superfície um certo complexo de culpa, que não de pecado: «Talvez seja pecado procurar-te, / Mas não sonhar contigo e adorar-te, / Não-ser, que és o Ser único absoluto.»

Esta é, talvez, a grande verdade a chegou o espírito comungido do poeta: a morte como único absoluto a que pode ascender a razão humana.

Num último golpe de desespero, lança-se nas mãos da sua derradeira e extrema aspiração, a de um Deus no qual gostaria de acreditar: «Na mão de Deus, na sua mão direita, / Descansou afinal meu coração. / [...] / Como criança, em lôbrega jornada, / Que a mãe leva no colo agasalhada / E atravessa, sorrindo vagamente, / Selvas, mares, areias do deserto... / Dorme o teu sono, coração liberto, / Dorme na mão de Deus eternamente!»<sup>92</sup> Mas, ainda agora, o sono não é um sono profundo e tranquilo: [Deus] «Buscou quem o não quis; e a mim, que o chamo, / Há-de fugir-me, como a ingrato filho? / Ó Deus, meu pai e abrigo! Espero!... eu creio!»<sup>93</sup> Será que crê? Se tal fosse verdade, desaparecer-lhe-iam todas as dúvidas que lhe alimentam as angústias, desapareceriam os pesadelos de seu sono intranquilo: «Só uma vez ousei interrogá-lo: / – “Quem és (lhe perguntei com grande abalo), / Fantasma a quem odeio e a quem amo?” // – “Teus irmãos (respondeu), os vãos humanos, / Chamam-me Deus, há mais de dez mil anos... / Mas eu por mim não sei como me chamo...”<sup>94</sup>

Por mais que apregoasse a conversão, creio que nunca a terá alcançado, para infelicidade sua: «Entre os filhos dum século maldito / Tomei também lugar na ímpia mesa, / [...] / Mas

92 Idem, *Na Mão de Deus*;

93 Idem, *Salmo*;

94 Idem, *O Inconsciente*;

Não-sei-que diga l

um dia abalou-se-me a firmeza, / Deu-me rebate o coração con-  
trito! // Erma, cheia de tédio e de quebranto, / Rompendo os  
diques ao represo pranto, / Virou-se para Deus minha alma tris-  
te! // Amortalhei na Fé o pensamento, / E achei a paz na inér-  
cia e esquecimento... / Só me falta saber se Deus existe!»<sup>95</sup>

Como viver em paz um espírito assim?

Antero de Quental pôs termo à vida em 11 de Setembro de  
1891.

---

95 Idem, *O Convertido*;

## Para uma Amiga da Filha do Prezado Leitor

Notícias de Gondomar, 15 de Novembro de 1999

Imagine, prezado leitor, que, no dia dos fiéis defuntos, uma filha sua, à hora do jantar, telefona a uma amiga para lhe dar conta do que quer que seja e que, do outro lado, lhe responde uma alma emocionalmente em crise:

– Estou muito preocupada, profundamente preocupada...

– Mas o que é que se passa?

– Imagina que o meu pai veio comigo para baixo para ir ao funeral dum primo nosso. Saiu de casa depois do almoço para ir ao velório e, até agora, ainda não deu sinal. Estou muito preocupada.

– Vais ver que não há motivo para isso. É natural que se tenha descuidado das horas e, às tantas, está por aí na conversa com qualquer pessoa que tenha encontrado.

– Mas é estranho não me ter telefonado a avisar... Estou mesmo muito preocupada...

– Sem motivo, vais ver. De qualquer forma, se precisares de alguma coisa, já sabes que podes contar comigo.

Compreendo a preocupação da criatura: se o coração dum pai, ou duma mãe, se aperta por um filho, é natural que o de um filho se sinta apertado por seu pai.

Na sua angústia de filha, esta jovem chamou um táxi e pediu que a conduzisse até à igreja onde decorria o velório e na



Não-sei-que diga !

qual deveria estar ou ter estado o pai: “Mas, por favor, devagar, que vou à procura de uma pessoa e quero ver se a encontro em algum dos passeios.” O taxista inicia, então, uma marcha pa-chorrença com a nossa personagem teimosamente agarrada à esperança de ver terminada a cruel ansiedade a cada metro de passeio que, de um e outro lado, os seus olhos iam alcançando. Adivinho-lhe as pancadas do coração ao sair do táxi à porta da igreja: “Espere, por favor, que não demoro...”

– O teu pai ainda não chegou a casa?... Mas saiu daqui ainda não eram seis horas...

Pobre criatura a que assim se preocupa com os seus. Já lhe sinto os olhos marejados.

De regresso a casa, continua sem sinais daquele que procura. Já em desespero de causa, assume a atitude que, intimamente, queria recusar por a consciência lhe ditar que nada de bom poderia augurar: telefonar à Polícia e perguntar, a cada um dos hospitais centrais, se, por qualquer eventualidade, lá terá dado entrada alguém com o nome do pai.

Às onze e meia da noite, a sua filha, prezado leitor, atende o telefone e reconhece a voz embargada do outro lado, assustando-se terrificamente:

– Estou no Hospital de S. João. O meu pai foi atropelado mesmo à minha porta... antes de eu ter chegado... Quando me disseram que tinha dado entrada e que se encontrava em Obs, vim logo para aqui... Está nos cuidados intensivos... Não me dão grandes esperanças...

– Vá, não desanimes... A esperança é sempre a última coisa a morrer...

– Os médicos não estiveram com rodeios... Foram bastante elucidativos: disseram-me que, se resistir, terá uma vida totalmente vegetativa. Não quero acreditar que isto me esteja a

acontecer... Quando saí de casa para ir trabalhar, ainda tinha pai... Deixei-o lá... E, agora, já não sei se ainda o tenho...

As palavras saíam-lhe, certamente, atropeladas e a sua filha, prezado leitor, atónita e compungida pela amiga, provavelmente, terá reincidido nas estafadas palavras de circunstância: “Calma! Enquanto há vida, há esperança...” Mas mesmo as situações mais difíceis da vida exigem, igualmente, uma atitude distanciada e pragmática, embora, por vezes, possa parecer demasiadamente fria e cruel:

– A tua família já sabe?

– Já vem a caminho... Mais uma angústia... Descer o Marão a esta hora da noite com tamanha preocupação... Seja o que Deus quiser...

As minhas palavras, prezado leitor, vão, pois, agora, inteiri-nhas para a amiga da sua filha.

Sei bem, minha querida – espero que me perdoes a intromissão na tua privacidade – sei bem, dizia eu, o quanto sofres neste momento... tu e a tua família... que também eu já passei pelo mesmo amargo de boca. Já lá vão uns anos largos... e como está tudo ainda tão presente.

Não quiseram interromper-me as aulas, mas estranhei que me fossem esperar à estrada da Circunvalação, ao fim da tarde. Fizeram-me um sinal e parei o carro. Entraram. E sem que tivesse tempo de respirar ou fazer qualquer pergunta, a notícia estourou como uma bomba, que não sei como a minha cabeça resistiu a ficar no sítio: “Não é para te preocupares, mas o teu pai está no hospital. O teu irmão já lá esteve a falar com um médico amigo e ainda há esperança. Não adianta lá ir agora.”

Não me recordo se falei. Provavelmente, não, que o silêncio, tantas vezes, diz mais que qualquer palavra. E lá conduzi o carro até casa.

Não-sei-que diga l

No dia seguinte, um amigo enfiou-me uma bata branca, introduziu-me nos cuidados intensivos e apresentou-me a uma médica da equipa. A médica não me conhecia e, talvez por isso, senti que me não devia enganar: “Eu não devia fazer isto, mas atendendo à pessoa que o acompanha... Aqui tem o relatório médico. O seu pai foi vítima de um AVC, de origem hemorrágica, e a área afectada é bastante considerável. Custa-nos dizer-lhe, mas a esperança de vida é muito reduzida... a não ser um milagre... Posso acompanhá-lo por breves instantes, se o desejar ver. Está ligado a um ventilador. Está ao lado de acidentados que ainda impressionam mais. Procure não olhar para o lado.”

No seio de um cenário que tendia, efectivamente, para o macabro, foi a última vez que vi o meu pai a respirar, ainda que com o auxílio de uma máquina.

Sei bem, minha querida, pelo que estás a passar. Podemos ter as nossas questões; eventualmente, uma ou outra pequena zanga, se se pode chamar zanga a qualquer curto-circuito entre duas pessoas conscientes e normais; podemos até acreditar que é inevitável o conflito de gerações, mas, na hora em que nos faltam, há qualquer coisa de muito estranho e pouco misericordioso que mói, mói, mói... e volta a moer... desapiedadamente... até que a ferida aberta cicatrize, muito lentamente, na memória da imagem que guardamos.

Imagine, prezado leitor, que, no dia dos fiéis defuntos, uma filha sua, à hora do jantar, telefona a uma amiga para lhe dar conta do que quer que seja e que, do outro lado, lhe responde uma alma emocionalmente em crise... Imagine, ainda, prezado leitor, que, no dia seguinte, com a absurda brutalidade que o facto comporta, a amiga da sua filha é já órfã de pai...

Manuel Maria

Mas, como diz José Saramago em *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*, mal nascemos, somos logo condenados à morte; só não conhecemos o dia da execução. Nem as circunstâncias... acrescentaria eu.

Não-sei-que diga l

## Todos os Animais são Iguais, mas...

Notícias de Gondomar, 30 de Novembro de 1999

“Todos os animais são iguais, embora alguns sejam mais iguais do que os outros.”<sup>96</sup>

Com o desenvolvimento da ciência médica e a melhoria das condições de salubridade em que se vive, é um facto que a esperança de vida, nos chamados países desenvolvidos ou em via de desenvolvimento, tem vindo a aumentar, atingindo a longevidade média valores impensáveis há tempos não muito remotos.

Calcula-se que o número de idosos em Portugal ultrapassa já o milhão, o que, no mínimo, representa 10% do total da população.

Numa sociedade cada vez mais competitiva, o conceito de emprego estável e de longa duração tende a desaparecer, obrigando os trabalhadores a uma permanente actualização dos conhecimentos, se não quiserem sentir-se ultrapassados pelas novas tecnologias e, em função disso, serem considerados dispensáveis, sempre que as empresas entenderem ter sido chegado o momento da reciclagem da mão de obra. Assiste-se, pois, tantas vezes em nome da modernização e da viabilidade económica e financeira das empresas, à dispensa massiva de mão de obra cuja média etária já não permite qualquer esperança de um novo emprego. E acontece que, muitas vezes, também com a

---

96 George Orwell, *O Triunfo dos Porcos* (citação de memória);

conivência dos sucessivos governos, a saída airosa tem sido a de ridículas indemnizações com a aliciante e não menos tentadora reforma antecipada.

Não admira, pois, que toda a classe política se manifeste preocupada com a Segurança Social, embora, como seria lógico prever, nem todos pelas mesmas razões.

Diz-se, aos quatro ventos, que a reforma não está posta em causa. Porém, é lícito que muitos como eu, que, através dos seus descontos, asseguram o pagamento das reformas pagas na actualidade, se questionem sobre o seu futuro, sobre o momento em que, por opção própria, por limite de idade, por necessidade determinada por condições de falta de saúde ou por razões compulsivas a que os mesmos possam ser alheios, tiverem necessidade e direito à sua própria reforma.

Não me surpreende e, por vezes, até me escandaliza a insistência com que, abanando sempre com o velho fantasma da insegurança no futuro, numa altura da vida em que todos somos, indiscutivelmente, mais vulneráveis, se alicia à subscrição dos PPR's (Planos de Poupança Reforma) em que, a priori, quem beneficia, no imediato, são as Seguradoras e a Banca com a respectiva capitalização. De resto, como disse George Orwell, há animais que são mais iguais do que outros. Pois não é verdade que a esmagadora maioria da população faz contas à vida, tintim por tintim, até ao último dia do mês? Pois não é verdade que se diz, por aí, à boca cheia, que a nossa população está endividada até à ponta dos cabelos? Pois não é verdade que as instituições de defesa do consumidor e o próprio Banco de Portugal temem esta euforia de recurso ao crédito fácil, em nome de um juro baixo, que se sabe, perfeitamente, que não pode durar eternamente, de que é sinal evidente e seguro o último aumento de 0,5% determinado pelo Banco Central Europeu?

Não-sei-que diga !

Com legitimidade me questiono sobre as reais intenções dos políticos que defendem que o Estado se deve demitir cada vez mais das suas responsabilidades sociais, endossando o assunto para as Seguradoras. Serão, porventura, estas entidades instituições com fins não lucrativos? Quem retiraria, pois, dividendos e proveito de uma tal política?

Compreendo que o Governo, com paixão ou sem paixão, invista nos jardins de infância, apesar da discussão que gira à volta da sua gratuitidade: é inegável que um país atrasado em relação aos demais da União Europeia aposte na mais importante via de recuperação, a da educação e formação, pois só assim será possível a modernidade que se persegue, garante da nossa identidade como nação.

Acontece, porém, que, sempre há manifestações de rua – refiro, como exemplo, as manifestações do 1º de Maio – vejo engrossar o número dos que erguem em punho a bandeira negra, numa clara alusão à miséria para que são atirados aqueles que perderam qualquer poder reivindicativo e de quem se não lembram a não ser nos períodos de campanha eleitoral. É claro que falo dos reformados, uma larga franja da população envolvida numa cada vez mais difícil teia de problemas.

Na sociedade actual, por razões de exclusiva necessidade ou de mera realização pessoal, é normal assistirmos à situação de um casal em que ambos têm ocupação profissional. E, numa altura em que ainda se não libertaram das preocupações da educação cada vez mais prolongada dos filhos, já se vêem a braços com as que resultam dos cuidados de saúde que requer a idade avançada dos pais. Tenho assistido a situações verdadeiramente dramáticas.

Numa família da minha intimidade, deu-se o caso de, num curto espaço de tempo, o casal se ver confrontado com duas

pessoas absolutamente dependentes de terceiros: uma, vítima duma trombose, paralisou completamente de um dos lados, ficando remetida a uma cama, por alguns anos, até aos últimos instantes da sua vida; outra, em idade bastante avançada, entra num estado progressivo de senilidade, com perda de memória e reconhecimento, ao ponto de tudo confundir, tornando-se o seu próprio meio físico potencialmente perigoso por falta do necessário discernimento.

Em ambos os casos, a família em causa tentou o acompanhamento pessoal, entreajudando-se nas tarefas exigidas no dia a dia, sobretudo à noite, período em que era impossível a presença de pessoal doméstico. Mas a um dia, seguia-se outro dia, e a este, um outro, e assim sucessivamente. E ambos tinham de trabalhar no dia seguinte. Ao fim de algum tempo, naturalmente, estavam exaustos, porque quem trabalha necessita de descansar minimamente. Daí ao psiquiatra, foi um instantinho só e, em ambos os casos, os idosos acabaram internados num lar geriátrico. A peso de ouro. A peso de ouro, porque o nosso país não está preparado para tal e os poucos que existem com contratos assinados com a Assistência Social, girando em torno das Misericórdias ou de instituições paroquiais, não chegam para as encomendas, acontecendo, em muitos casos, o aliciamento de alvíssaras, tais são as listas de espera, por um lado, e o desespero das pessoas por outro.

Talvez seja esta a principal razão por que, hoje, proliferam «lares» sem o mínimo de condições e de dignidade, não admirando, por isso, que assistamos, quase diariamente, através da televisão, ao encerramento de muitos. Em contrapartida, não se vislumbra que o Estado, perante uma realidade cada vez mais pungente (ainda agora foi divulgado que as vítimas da doença de Alzheimer ascendem já a 50.000), assuma a responsabili-



Não-sei-que diga !

de de proporcionar um final de vida digno a quem contribuiu com o que lhe foi exigido uma vida inteira.

Por outro lado, não falta já quem tenha descoberto a nova galinha dos ovos de ouro! Grupos há que entendem ser já rentável a construção de verdadeiras instâncias de luxo, em condomínio fechado, onde não falta absolutamente nada, mas mesmo absolutamente nada, tendo como público alvo justamente a chamada terceira idade. Ocorre-me então perguntar a quem se destinará tal luxo? Quantos portugueses poderão usufruir duma regalia destas?

É claro que não vou responder; é claro que se trata apenas de perguntas de retórica; é claro que os leitores, que tenho por inteligentes, já perceberam que os privilégios são sempre, e uma vez mais, para os animais mais iguais do que os outros.

## Aldeia Global em Tempo de Natal

Notícias de Gondomar, 15 de Dezembro de 1999

O que penso sobre o Natal não evoluiu de uma forma significativa em relação ao que escrevi no último ano, pelo que me abstenho de me tornar repetitivo, consciente de que a repetição incessante das palavras acabará sempre por esvaziá-las de qualquer sentido.

Opto, pois, por breves reflexões sobre acontecimentos que encheram as páginas dos jornais e ocuparam o tempo nobre dos noticiários das rádios e das televisões: a conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC) e as declarações que terão sido proferidas, em privado, pelo ex-ministro das Finanças, Doutor Sousa Franco, e publicadas pelo semanário Independente.

Ainda que a política oficial do reino fosse a da necessidade da expansão da fé cristã, quem duvida, hoje, de que o que, efectivamente, moveu os portugueses na direcção de África, Ásia e América, na época das descobertas, foi a necessidade de chegar, em condições favoráveis, aos países originários dos produtos exóticos que, transportados em longas caravanas ao longo de infundáveis dezenas de milhares de quilómetros, sujeitas a um sem número de assaltos, acabavam por chegar à Europa a preços exorbitantes e, por isso, inacessíveis à esmagadora maioria da população?

Se é certo que o ensejo da actividade comercial proporcionou a aproximação de diferentes povos e culturas, não é menos

Não-sei-que diga I

sabido que os custos foram imensos e desmesurados numa época em que ainda ninguém falava de direitos humanos: naufrágios, guerras, conquistas, pilhagens, violações, escravatura, etc., tudo em santo nome de Deus... O cristão... apostólico e romano.

Foi tal possível devido aos avanços tecnológicos de então, aplicados à arte de navegar, em que os portugueses se contavam entre os primeiros. Podemos, assim, concluir que o desenvolvimento do meio de comunicação (neste caso, a navegação) foi condição sine qua non ao desenvolvimento do intercâmbio comercial.

Volvidos cinco séculos, numa época em que se fala da globalização da comunicação, numa época em que é possível, fisicamente, dar-se a volta ao globo no espaço de vinte e quatro horas ou menos, numa época em que, graças à tecnologia dos satélites, é possível assistir-se ao que se passa em qualquer parte do mundo, em tempo real, não é crível que se não caminhe para a globalização da humanidade – lembremo-nos da Aldeia Global de que falava Gorbachev –, nela incluída uma das suas mais ancestrais actividades como é o comércio.

Este último seria o grande objectivo da conferência da OMC, em Seattle, nos Estados Unidos da América. Só que, como em muitas coisas da vida, os seus membros não poderiam estar todos de acordo, uma vez que os interesses que os movem, justificadamente, decorrem do diferente nível de desenvolvimento de cada um.

Para termos uma pequena ideia do que está em causa, tentemos passar, para um pequeno país como o nosso, aquilo que se poderá jogar a nível mundial. E nem de propósito o facto de nos encontrarmos na quadra do Natal, uma época do ano particularmente vocacionada para o aumento do consumo. É inegá-

vel que tudo se vende e tudo se compra; é igualmente inegável que não são os mesmos a vender, nem os mesmos a comprar; é ainda inegável que, particularmente nesta altura, as diferentes Associações Comerciais apelam, desesperadamente, às compras no chamado comércio tradicional. E porquê? Porque ninguém duvida de que as grandes superfícies, hipermercados e centros comerciais, dispõem de condições de aquisição e oferta que violam as mais elementares regras duma leal concorrência, criando desequilíbrios que tendem para um monopólio, salvo erro, proibido por lei. Dir-me-á o prezado leitor que, com esta concorrência, quem beneficia é o consumidor. Pois, mas é necessário que não nos esqueçamos dos nossos outros papéis. É que cada um de nós só se pode tornar consumidor se tiver trabalho e se o seu trabalho for adequadamente remunerado: se eu não ganhar, não tenho como gastar. Além disso, todos sabemos como, nesses meios, prolifera o emprego precário, porque, (in)justamente, todo o contrato é agora assinado a prazo.

Passemos isto para um plano muito mais vasto, o tal da mundialização. Num mundo em que nos confrontamos com multinacionais com economias mais poderosas que as da maioria dos Estados (a título de exemplo, Portugal encontra-se em 42º lugar, mas, antes de si, posicionam-se 10 empresas, entre as quais 4 americanas e 5 japonesas<sup>97</sup>), se não forem estabelecidas regras que salvaguardem os interesses de todos, cair-se-á, inevitavelmente, numa verdadeira lei da selva. Há países que, em nome do desenvolvimento da sua economia, o trabalho é pago ao quilo do arroz e, como se não bastasse, os trabalhadores não têm qualquer horário de trabalho, nem sindicatos que os protejam. Acresce ainda que, em concorrência com esta mão de obra

---

97 VISÃO n.º 352, de 09/12/99;

Não-sei-que diga !

depauperada, ainda se assiste à utilização da mão de obra infantil. Até o maior leigo em economia, que é o meu caso, pode ver que um produto que resulta deste tipo de mão de obra surgirá no mercado a preços com os quais não poderão concorrer os que incorporam mão de obra qualificada de trabalhadores que têm os seus direitos salvaguardados através de contratos que resultam de negociações entre as diferentes partes interessadas, nomeadamente, associações patronais e sindicatos.

Dá-se ainda o caso de haver multinacionais que já desistiram de possuir indústria própria, exactamente para escaparem ao conjunto de obrigações sociais impostas pelos verdadeiros Estados de Direito. Assim, contratam a execução dos produtos onde o preço da mão de obra o justifique, ainda que assegurem o controlo da qualidade, limitando-se a apor a patente registada, vulgo marca ou etiqueta, que assegurará o êxito no mercado.

Por outro lado, considerem-se ainda os países que, em nome da mesma economia, não possuem qualquer legislação que proteja o meio ambiente ou que, possuindo-a, dela fazem uma tábua rasa por falta de fiscalização eficaz e punição exemplificativa e dissuasiva, tolerando ou incitando à criação de indústria poluidora.

Não espanta, pois, que já se ergam vozes a denunciar os que facilitam e até instigam à formação de novos e minúsculos Estados, a partir de conflitos regionais localizados um pouco por todo o globo, pois tal política conduzirá à criação de mais países com um PIB (Produto Interno Bruto) inferior ao poderio económico das multinacionais que se lá venham a instalar, podendo estas manipular a própria orientação política do país a seu belo prazer.

Resta-nos saber que também a comunicação está já globalizada, não significando isto, contudo e necessariamente, uma consolação... Globalizada para o bem, mas também globalizada para o mal... Por isso, é chegada a hora de nos mantermos atentos, mais do que nunca, pois, por vezes, não é nada fácil distinguir o trigo do joio.

Então não é verdade que há por aí quem alimente teorias maquiavélicas, ao ponto de se convencer de que os fins justificam os meios?

Já se vê que códigos deontológicos e éticos são coisas só para os outros. Mas o que é ainda mais grave é que, para se justificar a deontologia e a ética, se procure legitimar actos condenatórios em nome do interesse público – haja quem me defina interesse público, que lhe ficarei imensamente grato –, mesmo que se trate de escarrapachar uma conversa privada sem a prévia autorização dos seus autores. Logo, como inevitável consequência, é por demais óbvio que estarão sempre em desvantagem todos aqueles que, por deficiência de audição, tenham necessidade de falar alto.

Não sei porquê, mas, ao presenciar determinados comportamentos no meio jornalístico, lembro-me logo da Crónica de Costumes que Eça de Queirós, com uma fina sabedoria, tão bem tratou, n' Os Maias, no celeberrimo episódio que tem por pano de fundo a imprensa e em que são protagonistas dois jornais, a Corneta do Diabo e A Tarde.

Um bom Natal! No seu sentido mais global.

## Celebração da Paz

Notícias de Gondomar, 30 de Dezembro de 1999

Era inevitável que escrevesse duas palavras sobre Macau: há apelos interiores a que se não pode resistir... No entanto, algo que parecia escapar-me à consciência ia retardando a minha própria vontade. Sinto, porém, agora, que era uma certa pudicícia que me impedia de me enredar num discurso de lugares comuns como alguns a que temos assistido, dando-me conta de que, involuntariamente, acabo por voltar a um tema aflorado no número anterior.

“Duas são também as forças de desenvolvimento – o estímulo físico ou material e o estímulo intelectual ou moral. Na vida das sociedades, o primeiro é dado pelo comércio, o segundo pela cultura. Com efeito, o desenvolvimento dos povos se efectua, no que material, pela multiplicação de contactos económicos; no que mental, pela multiplicação de contactos culturais. E o comércio e a cultura andam comumente a par: é que a multiplicação de relações de uma espécie facilita inevitavelmente a multiplicação e relações da outra espécie.”<sup>98</sup>

“Na evolução de uma civilização, o primeiro estágio é o do imperialismo de domínio; segue-se o da expansão; acaba pelo da cultura. É que a uma civilização decadente, onde o poder militar fraqueja, onde o comércio [...], só resta de grande a cul-

---

98 Fernando Pessoa, *O Quinto Império, Portugal, Vasto Império* (Resposta ao Inquérito de Augusto da Costa), Obras de Fernando Pessoa, vol. III, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1986;

tura que produziu, porque essa – ao contrário da força militar e do vigor comercial, que são coisas presentes – domina desde o passado, fica.”<sup>99</sup>

Que palavras mais felizes e eloquentes podem ser aplicadas ao caso de Macau?

Macau! Terra do Santo Nome de Deus!

Embora os portugueses tivessem chegado à China, pela primeira vez, em 1513, só em 1557, depois de afastados os piratas da costa chinesa, é que Portugal se instala em Macau, como recompensa e oferta do imperador Chi-Tsung, uma vez que a presença dos portugueses representava uma garantia de segurança para a navegação costeira e a estabilidade do comércio marítimo.

442 anos passaram e a lógica aconteceu. Muitos falam do fim do império, alguns utilizando mesmo a palavra nos seus títulos. Apesar de tudo, sinto que nunca tivemos vocação para imperialismos – como, aliás, referiu, e bem, o último Governador de Macau, Gen. Rocha Vieira, no seu discurso de encerramento da Gala solene –, embora tivéssemos assumido numerosos e diversificados papéis, como tão bem evidenciou Fernão Mendes Pinto na sua Peregrinação. Se alguém, sem sombra de atávico chauvinismo, pretender ser intelectualmente honesto, reconhecerá que, em relação a Macau, nunca estivemos em situação de domínio no que quer que fosse e, se uma pequeníssima expansão territorial existiu, foi, tão só, graças a uma concessão imperial. Imperial, sim, mas chinesa.

Nos derradeiros dias que antecederam o dia 19 de Dezembro, falou-se muito da carga emotiva que o mesmo envolveria.

---

99 Ibidem, *O império Português* (Um Império da Cultura, um Império do Espírito);



Não-sei-que diga I

Ouvi mesmo os testemunhos mais diversos e não pude deixar de invocar outros momentos não menos significativos para Portugal enquanto Nação: Goa, Damão e Diu, por onde passou um tio meu e onde foi feito prisioneiro um amigo, que prisioneiro permaneceu por, pelo menos, seis meses; Guiné e Cabo Verde; Angola; S. Tomé e Príncipe; Moçambique, por onde, pessoalmente, em comissão de serviço, passei; mesmo Timor.

Fosse por que já tinha sido colocado à prova no passado, fosse ainda por ter assistido às cerimónias da passagem de Hong-Kong para o domínio chinês, certo é que me encontrava misteriosa e surpreendentemente estranho. Talvez uma estranheza como uma espécie de capa de protecção em relação a qualquer tempestade que se possa abater sobre nós. Ou talvez não. Afinal, que espaço ocupava Macau na nossa vida de porteguesinhos perdidos neste cantinho ibérico?

Perdidos? Perdido estava, para nós, Macau. Que espaço ocupava Macau, regularmente, nas nossas televisões, nos nossos jornais, nos nossos livros, nas nossas escolas? Para a maioria dos portugueses, Macau existia, tão só, graças à indiscrição de um fax celeberrimo, quase mais célebre do que a mesma Macau ou o aeroporto que lhe deu origem. Dos seus Governadores, lembrar-se-á a maioria dos portugueses de dois: de Rocha Vieira, por razões óbvias, e de Carlos Melancia, por razões não menos óbvias (não é meu propósito questionar se, apesar de óbvias, justas ou injustas). É pouco, muito pouco... Mas a culpa não é dos portugueses. Que fizemos, ao longo de quatrocentos e quarenta e dois anos, de que os portugueses, enquanto Nação e povo, se possam orgulhar? Sei que a ignorância é a melhor e mais perigosa aliada da injustiça e temo ser injusto, evidenciando ignorância. Pior que tudo é que sinto que esta ig-

norância é a de um povo inteiro, em que, uma vez mais, as raras excepções só existem para confirmarem a regra.

Não foi o arrear da bandeira que me emocionou (é provável que inúmeras cerimónias de hastear e de arrear bandeira em que participei me tenham causticado até aos limites da insensibilidade), emocionaram-me as emoções que as pessoas, mesmo em actos cerimoniais e de Estado não conseguiram conter, nem esconder; emocionaram-me as despedidas de pessoas que, provavelmente, jamais voltarão a encontrar-se – sei bem quanto é doloroso voltar as costas a qualquer pedaço da nossa vida, onde quer que ele fique! Emocionou-me, mais que tudo, de uma forma cruel – cruel, porque, para mim, inesperada, no que de mais real possa existir em todo o seu sentido –, a Celebração da Paz de Rão Kiao, interpretada pela Orquestra Chinesa de Macau, com o poema Flor de Lótus abrindo-se em dádiva na pujante e familiar voz de Luís Represas e no mais fino e cristalino canto, verdadeiramente invulgar, da intérprete chinesa que, ao invés de sugerir o poderio inegável de uma China que se impõe ao mundo, antes transparecia um clamor, uma súplica, um sentimento de fragilidade que comove o mais impedernido dos corações e convida à paz universal. Tal como as outras quatrocentas e quarenta e duas vozes que formavam um coro infantil do tamanho de quase cinco séculos. Não o esperava, confesso, uma vez que não assisti em directo e o tempo provoca um certo distanciamento. – Razões que se prendem com a minha actividade profissional impediram-me de assistir, em directo, apesar de se tratar de um Domingo, a todas as cerimónias transmitidas pelo serviço público de televisão. Por isso, deixei a gravar o que não pude ver em directo. – Não aguentei! E não me sinto ridículo ao confessar que as lágrimas bailaram, repetidamente, uma dança estranha em meus olhos. A emoção foi superior aos

Não-sei-que diga !

meus limites! Obrigado, Rão Kiao. Que bela prenda executaste naquele momento, para que eu apenas a abrisse neste dia de Natal! Vá-se lá saber porquê... E até me esqueço de muitas outras coisas... Tão pequeninas... Mas tão pequeninas mesmo ao lado da tua música. Tão pequeninas como o facto de apenas 1%, ou talvez menos, ficar, naquela terra, a falar português. Que assim seja. Tu deixaste a Celebração da Paz que o mundo, enquanto for mundo, jamais esquecerá.

“Valeu a pena? Tudo vale a pena / Se a alma não é pequena.”<sup>100</sup>

---

100 Ibidem, vol. I, *Mensagem, Mar Português*.